

# Mapeamento dos **equipamentos de segurança alimentar e nutricional** nos municípios brasileiros

Uma análise espacial a partir dos dados da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC)/ do IBGE



# **Mapeamento dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros**

Uma análise espacial a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)/ do IBGE

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME (SECF) MINISTÉRIO  
DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

**SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME**

**Valéria Burity – Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome**

Sérgio Ricardo Ischiara – Chefe de Gabinete  
Gabriele Carvalho de Freitas  
Luiza Sassi  
Fábio Campos Sfredo  
Audrei dos Santos Soares  
Sergio Augusto Barretto

**Diretoria de Combate à Fome e Gestão do SISAN – DGSISAN**

Gismália Luiza Passos Trabuço – Diretora de Programa  
Camila Linche Gonçalves Lima – Assessora da Diretoria

**Coordenação-Geral de Apoio à Gestão do SISAN - CGSIS**

Natália Gebrim Doria – Coordenadora-Geral  
Amanda da Silva Bastos de Oliveira  
Nathália França Freire  
Andreia Carmo  
Mariana Santarelli  
Luciana Jacob  
Ana Felicien  
Letícia Graça Generoso  
Juliana Casemiro

**Coordenação-Geral de Planos de Combate à Fome e de Segurança Alimentar e Nutricional - CGPLAN**

Leonardo Rauta Martins – Gerente de Projeto  
Mozart Augusto Mariano Machado

Renata Bravin de Assis Pinto  
Maria Clara Pavão da Silva  
Jenifer Queila de Santana  
Clarissa Machado Paes

**Coordenação-Geral de Articulação Federativa do SISAN - CGSISEF**

Élcio de Souza Magalhães – Coordenador-Geral  
Thatiana Regina Fávaro  
Aline Muras De Oliveira Pino  
Ana Beatriz de Jesus Reis e Silva  
Laura Sollero de Paula  
Lorrayne Tavares de Souza  
Iara Santana Targino  
Vivian Braga de Oliveira  
Verônica Inácio da Silva

**Diretoria de Vigilância do SISAN - DVIGISAN**

Alexandre Arbex Valadares – Diretor de Programa  
Marcelo Galiza Pereira de Souza – Gerente de Projeto  
José Alexandre da Silva Júnior – Coordenador  
Rosana Salles Costa  
Paula Frias dos Santos  
Igor Gomes Alves  
Lídia Silva Barbosa  
Natália Caruso Ribeiro  
Breno Avelino da Silva  
Marcos Antonio V. Faria

**Responsável pela Nota Técnica**

Breno Avelino da Silva

## **Mapeamento dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros**

### **1. Introdução**

A garantia do direito humano à alimentação adequada depende, entre outros fatores, da existência de uma rede de equipamentos públicos capaz de promover o acesso regular da população a alimentos de qualidade. Mercados públicos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, sacolões ou quitandas públicas e centrais de recebimento da agricultura familiar compõem essa infraestrutura e cumprem funções complementares na cadeia de segurança alimentar e nutricional: da comercialização a preços acessíveis ao acolhimento de populações em situação de vulnerabilidade, passando pelo fortalecimento dos circuitos locais de produção e consumo.

Conhecer a distribuição territorial desses equipamentos, onde estão, em que quantidade e, sobretudo, onde estão ausentes, é condição fundamental para orientar o planejamento e a alocação de recursos públicos. Mais que isso, tais informações são indispensáveis para aferir o grau de enraizamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) nos municípios do país.

O presente relatório oferece um diagnóstico da infraestrutura pública de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros, com base nos dados do Suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2024), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A pesquisa, de abrangência censitária, cobre os 5.570 municípios do país e registrou 3.952 equipamentos públicos de alimentação, distribuídos em seis categorias. A partir desses registros, foi realizado um trabalho de geocodificação (processo de atribuição de coordenadas geográficas a cada equipamento com base em seu endereço coletado), o que permitiu a construção de mapas e a análise espacial de sua distribuição no território nacional.

O relatório examina como essa infraestrutura se distribui entre regiões, estados e municípios, considerando o porte populacional de cada localidade e a densidade de equipamentos por habitante. Identifica, ainda, os municípios que não dispõem de nenhum equipamento público de segurança alimentar, revelando lacunas que merecem atenção. Ao produzir esse retrato georreferenciado, o objetivo é contribuir para que os gestores, pesquisadores e a sociedade em geral possam compreender de forma clara o estágio atual da rede pública de alimentação no Brasil e os desafios que persistem para sua ampliação e fortalecimento.

## **2. Metodologia**

A geocodificação dos endereços foi realizada a partir dos dados da pesquisa MUNIC 2024 – Suplemento de Segurança Alimentar. O objetivo foi atribuir a cada equipamento cadastrado – mercado público, sacolão ou quitanda pública, restaurante popular, cozinha comunitária, banco de alimentos e central de recebimento da agricultura familiar – coordenadas geográficas (latitude e longitude), de modo a viabilizar análises espaciais e cartográficas. Os processamento das informações e análises estatísticas e geoespaciais foram realizados na linguagem de programação R, versão 4.5.1.

### **2.1 - Consolidação e limpeza da base**

As seis abas foram agrupadas em uma única base, por meio dos pacotes tidyverse e readxl. Como cada aba possui nomenclatura de variáveis distinta, seguindo o padrão de codificação do questionário do IBGE, foi realizado um mapeamento que traduziu os códigos para nomes padronizados comuns a todos os equipamentos, como: nome do equipamento, logradouro, número, complemento, bairro, CEP. Colunas de identificação municipal foram mantidas. Após a consolidação foram aplicados dois tratamentos: (1) a padronização dos CEPs, no qual foram removidos caracteres não numéricos; (2) a construção de um campo para o endereço completo, unificando as colunas logradouro, número, bairro, muni-

cípio, UF, CEP e país, para o formato adequado para envio aos serviços de geocodificação.

## 2.2 - Geocodificação

A geocodificação foi realizada em três camadas sequenciais e complementares, aplicadas em ordem decrescente de precisão geográfica esperada, por meio do pacote tidygeocoder. Para cada equipamento, a coordenada final utilizada corresponde à primeira camada que retornou um resultado válido.

Camada 1 - Endereço Completo: a coluna construída na etapa anterior (endereço completo) foi enviado à API do OpenStreetmap, plataforma colaborativa de mapeamento global livre, através do serviço de geocodificação Nominatim. Esta camada tende a produzir os resultados mais precisos, geralmente localizando a nível de lote ou trecho do logradouro, no entanto, é mais suscetível a falhas quando endereços apresentam inconsistências de grafia ou formatação.

Camada 2 - CEP: para os equipamentos sem resultados na camada anterior, utilizou-se a busca por CEP padronizado, empregando o mesmo serviço, a geocodificação por CEP é mais robusta a variações de endereços, mas sua precisão é menor, sendo em nível de trecho de rua ou setor postal.

Camada 3- Centroide Municipal: Como último recurso, os equipamentos sem resultados nas etapas anteriores receberam as coordenadas do centroide geométrico do município ao qual pertencem, calculadas a partir dos polígonos oficiais do IBGE (malha municipal de 2022), obtidas por meio do pacote geobr, que permite acesso às bases geoespaciais oficiais brasileiras. Essa abordagem garante que todos os registros possuam coordenadas, todavia, os que receberam o valor do centróide possuem uma precisão restrita em comparação ao restante, por serem um ponto que não corresponde ao local exato do equipamento. Após

esses processos foi utilizado o pacote SF para a manipulação dos dados espaciais no R.

É válido destacar que cada registro da base final contém uma variável identificando qual camada foi utilizada. Com isso, a tabela 1 apresenta a distribuição dos equipamentos por estratégia de geocodificação utilizada.

Tabela 1: Quantidade de Equipamentos por Método de Geocodificação

| Método                         | Quantidade | %     |
|--------------------------------|------------|-------|
| Endereço completo (OSM)        | 990        | 25,1% |
| CEP (OSM)                      | 1.461      | 37,0% |
| Centroide do município (geobr) | 1.501      | 38,0% |

### 3. Distribuição dos equipamentos

#### 3.1 Brasil

O Suplemento de Segurança Alimentar da MUNIC 2024 registrou 3.952 equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, distribuídos em 2.128 dos 5.570 municípios brasileiros. Esses equipamentos estão organizados em seis categorias, cada uma voltada a uma função específica dentro da rede pública de alimentação: mercados públicos, sacolões ou quitandas públicas, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e centrais de recebimento da agricultura familiar. O quadro abaixo apresenta a distribuição por equipamentos no Brasil.

*Tabela 2: Distribuição dos tipos de equipamento por município*

| <b>Tipo de Equipamento</b>                          | <b>Quantidade</b> | <b>Municípios</b> | <b>%</b> |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|----------|
| Mercado Público                                     | 2.324             | 1.625             | 58,8%    |
| Cozinha Comunitária                                 | 489               | 283               | 12,4%    |
| Central De Recebimento Da Agri-<br>cultura Familiar | 483               | 462               | 12,2%    |
| Restaurante Popular                                 | 329               | 212               | 8,3%     |
| Banco De Alimentos                                  | 229               | 226               | 5,8%     |
| Sacolão Ou Quitanda Pública                         | 98                | 27                | 2,5%     |

Os mercados públicos respondem por 2.324 unidades, o que equivale a 58,8% do total, distribuídos em 1.625 municípios. Trata-se do equipamento mais disseminado no território nacional. Em seguida, aparecem as cozinhas comunitárias, com 489 unidades em 283 municípios (12,4%), e as centrais de recebimento da agricultura familiar, com 483 unidades presentes em 462 municípios (12,2%). Embora as cozinhas comunitárias superem ligeiramente as centrais em número absoluto de equipamentos, as centrais alcançam um número significativamente maior de municípios, o que indica uma distribuição territorial menos concentrada.

Os restaurantes populares totalizam 329 unidades em 212 municípios (8,3%), ao passo que os bancos de alimentos somam 229 unidades distribuídas por 226 municípios (5,8%). Por fim, os sacolões ou quitandas públicas constituem a categoria menos representada, com apenas 98 unidades concentradas em 27 municípios (2,5%), evidenciando não apenas a menor escala dessa modalidade, mas também um padrão de forte concentração geográfica.

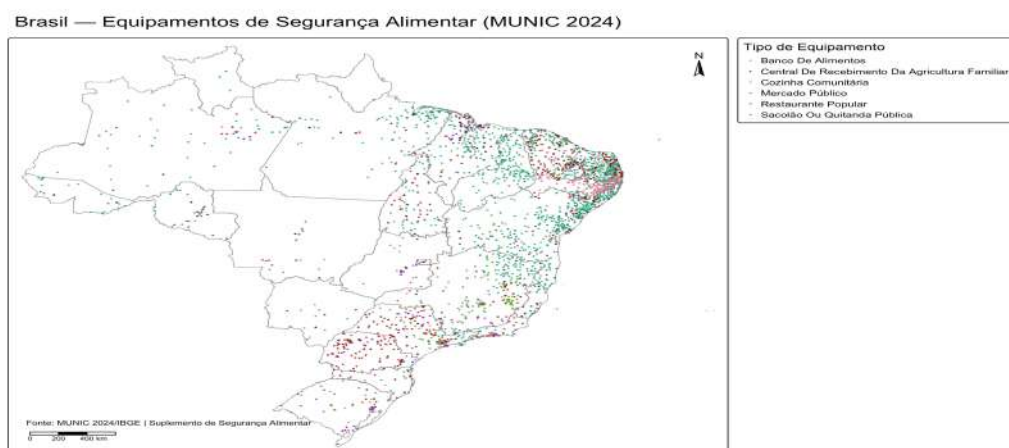
### 3.2 Mapa nacional da distribuição dos equipamentos

A distribuição dos equipamentos de segurança alimentar no território brasileiro, como se vê no mapa a seguir, revela uma assimetria espacial



da oferta. Tal configuração explica-se, em parte, pela distribuição populacional do país e por características específicas da rede de equipamentos de segurança alimentar, alguns dos quais são desenhados para áreas urbanas de maior adensamento populacional. Mas a distribuição dos equipamentos – com áreas de maior concentração, áreas de maior dispersão da oferta – expressa também as diferenças das trajetórias de institucionalização da política de segurança alimentar entre as unidades da federação e os municípios. O mapa abaixo (Figura 1) apresenta a localização georreferenciada dos 3.952 equipamentos cadastrados, diferenciados por tipo.

*Figura 1: Mapa Nacional com os Equipamentos*



A leitura do mapa revela uma concentração expressiva de equipamentos na faixa litorânea do Nordeste, onde o agrupamento de pontos é o mais denso, estendendo-se do Maranhão à Bahia. Um segundo eixo de concentração aparece no Sudeste, sobretudo no interior paulista e no sul de Minas Gerais. Em contraste, grandes extensões do Norte e do Centro-Oeste apresentam uma disposição rarefeita e dispersa do ser-

viço. A tabela 3 detalha a quantidade de equipamentos e o número de municípios atendidos em cada estado, por região.

*Tabela 3: Distribuição dos equipamentos por Estados*

| Região           | UF | Quantidade | Municípios | %     |
|------------------|----|------------|------------|-------|
| 1 - Norte        | PA | 186        | 90         | 4,7%  |
| 1 - Norte        | AM | 115        | 49         | 2,9%  |
| 1 - Norte        | TO | 100        | 72         | 2,5%  |
| 1 - Norte        | AC | 39         | 17         | 1,0%  |
| 1 - Norte        | RO | 38         | 20         | 1,0%  |
| 1 - Norte        | RR | 4          | 3          | 0,1%  |
| 1 - Norte        | AP | 1          | 1          | 0,0%  |
| 2 - Nordeste     | BA | 415        | 231        | 10,5% |
| 2 - Nordeste     | PE | 350        | 156        | 8,9%  |
| 2 - Nordeste     | CE | 343        | 160        | 8,7%  |
| 2 - Nordeste     | MA | 284        | 152        | 7,2%  |
| 2 - Nordeste     | PB | 251        | 156        | 6,4%  |
| 2 - Nordeste     | PI | 199        | 145        | 5,0%  |
| 2 - Nordeste     | RN | 193        | 126        | 4,9%  |
| 2 - Nordeste     | AL | 132        | 78         | 3,3%  |
| 2 - Nordeste     | SE | 105        | 55         | 2,7%  |
| 3 - Sudeste      | SP | 359        | 145        | 9,1%  |
| 3 - Sudeste      | MG | 350        | 223        | 8,9%  |
| 3 - Sudeste      | RJ | 80         | 23         | 2,0%  |
| 3 - Sudeste      | ES | 40         | 26         | 1,0%  |
| 4 - Sul          | PR | 157        | 92         | 4,0%  |
| 4 - Sul          | RS | 78         | 37         | 2,0%  |
| 4 - Sul          | SC | 39         | 23         | 1,0%  |
| 5 - Centro-Oeste | GO | 29         | 18         | 0,7%  |
| 5 - Centro-Oeste | MT | 25         | 14         | 0,6%  |
| 5 - Centro-Oeste | DF | 23         | 2          | 0,6%  |
| 5 - Centro-Oeste | MS | 17         | 14         | 0,4%  |

O Nordeste concentra o maior volume de equipamentos em termos absolutos. Bahia (410), Pernambuco (350) e Ceará (343) figuram entre as unidades da federação com maior quantidade, respondendo, juntas, por

cerca de 28% de todos os equipamentos do País. Maranhão (284), Paraíba (251), Piauí (199), Rio Grande do Norte (193), Alagoas (132) e Sergipe (105) complementam o quadro da região, que, somada, reúne mais da metade do total nacional. A elevada presença de equipamentos no Nordeste está associada ao peso dos mercados públicos na região, que constituem a categoria predominante.

No Sudeste, São Paulo (359) e Minas Gerais (350) respondem pela quase totalidade dos equipamentos da região, enquanto Rio de Janeiro (80) e Espírito Santo (40) apresentam números consideravelmente menores. A região Norte é puxada pelo Pará (186), seguido por Amazonas (115) e Tocantins (100), ao passo que estados como Roraima (4) e Amapá (1) registram presença quase residual de equipamentos. No Sul, o Paraná (157) se destaca em relação ao Rio Grande do Sul (78) e a Santa Catarina (39). O Centro-Oeste, por sua vez, é a região com menor presença de equipamentos: Goiás (29), Mato Grosso (25), Distrito Federal (23) e Mato Grosso do Sul (17), somam, juntos 94 equipamentos, menos que estados isolados como Sergipe ou Alagoas.

### 3.3 Quantidade de equipamentos nos municípios por faixa populacional

A relação entre o porte dos municípios e a presença de equipamentos públicos de segurança alimentar é uma dimensão central para compreender os padrões de cobertura dessa infraestrutura no território nacional. Municípios de diferentes tamanhos enfrentam desafios distintos tanto na implementação quanto na manutenção desses equipamentos, e a análise por faixa populacional permite identificar onde a rede é mais densa, onde é mais rarefeita e como a cobertura se comporta quando ponderada pelo tamanho da população atendida. A tabela 4 apresenta a quantidade de equipamentos e o número de municípios com, ao menos, um equipamento em cada faixa populacional.

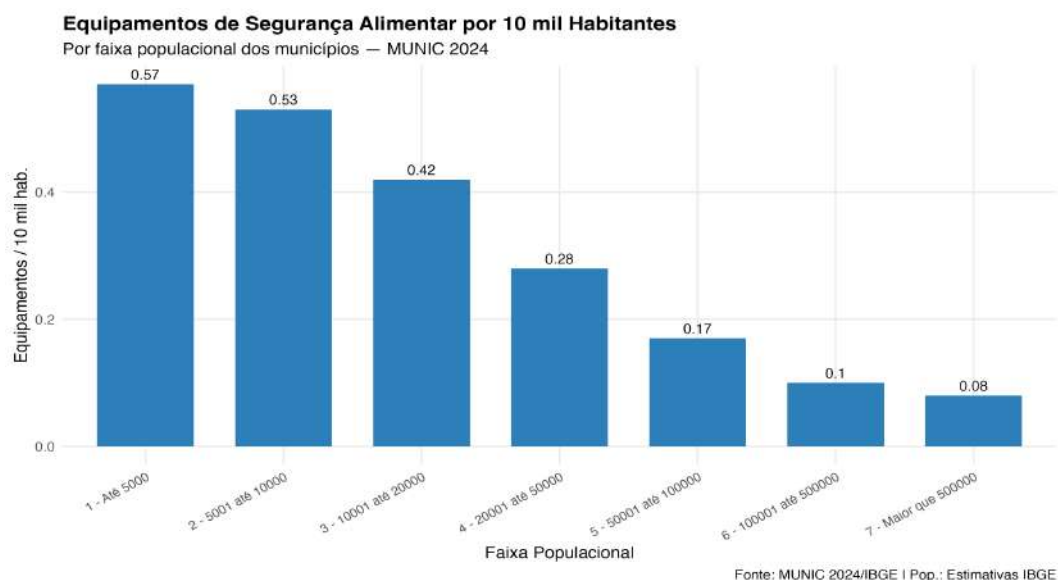
Tabela 4: Quantidade de Equipamentos por Faixa Populacional

| Faixa Populacional      | Municípios com Equipamentos | Quantidade de Equipamentos | %     |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|-------|
| 1 - Até 5.000           | 204                         | 247                        | 6,2%  |
| 2 - 5.001 até 10.000    | 363                         | 447                        | 11,3% |
| 3 - 10.001 até 20.000   | 548                         | 814                        | 20,6% |
| 4 - 20.001 até 50.000   | 557                         | 935                        | 23,7% |
| 5 - 50.001 até 100.000  | 201                         | 391                        | 9,9%  |
| 6 - 100.001 até 500.000 | 210                         | 609                        | 15,4% |
| 7 - Maior que 500.000   | 45                          | 509                        | 12,9% |

As faixas intermediárias concentram o maior volume absoluto de equipamentos. Municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes reúnem 935 equipamentos distribuídos por 557 municípios, seguidos pelos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes, com 814 equipamentos em 548 municípios. Juntas, essas duas faixas respondem por 44,3% de todo o país. Os municípios com porte maior (acima de 500 mil habitantes) acumulam 509 equipamentos em apenas 45 municípios, o que representa 12,9% do total. No extremo oposto, os municípios de menor porte, com até 5 mil habitantes, abrigam apenas 247 equipamentos em 204 municípios, correspondendo a 6,2% do total.

Esses números absolutos, contudo, não capturam a relação entre o número de equipamentos e a população efetivamente atendida. O gráfico abaixo (Figura 2) apresenta a quantidade de equipamentos por 10 mil habitantes em cada faixa populacional.

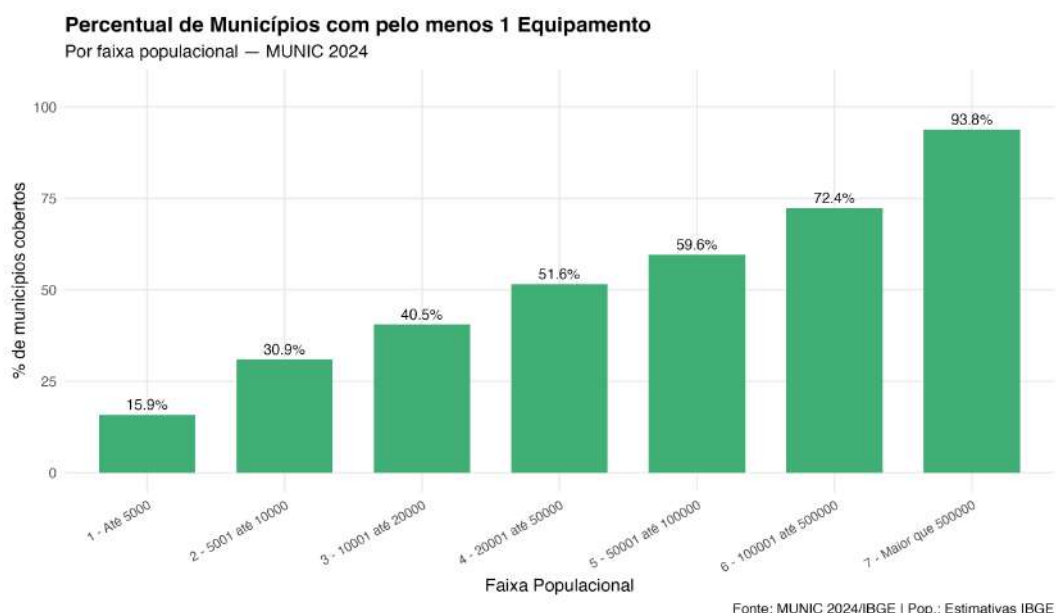
Figura 2: Equipamentos de Segurança Alimentar por 10 mil Habitantes



A leitura do gráfico inverte a hierarquia sugerida pelos dados absolutos. Os municípios de até 5 mil habitantes apresentam a maior taxa de cobertura relativa, com 0,57 equipamentos por 10 mil habitantes, seguidos pelos municípios entre 5 e 10 mil (0,53) e entre 10 mil e 20 mil (0,42). A partir daí, a taxa cai de forma consistente à medida que o porte municipal aumenta: 0,28 na faixa de 20 mil a 50 mil, 0,17 entre 50 e 100 mil, 0,10 entre 100 e 500 mil e apenas 0,08 nos municípios com mais de 500 mil habitantes. Esse padrão indica que, embora os municípios menores disponham de poucos equipamentos em termos absolutos, a relação entre oferta e população é proporcionalmente mais favorável do que nos grandes centros urbanos, onde o volume de equipamentos, ainda que expressivo, se dilui diante de contingentes populacionais muito maiores.

Essa constatação, porém, precisa ser qualificada por uma terceira dimensão: a proporção de municípios que dispõem de ao menos um equipamento em cada faixa. A Figura 3 apresenta esse indicador.

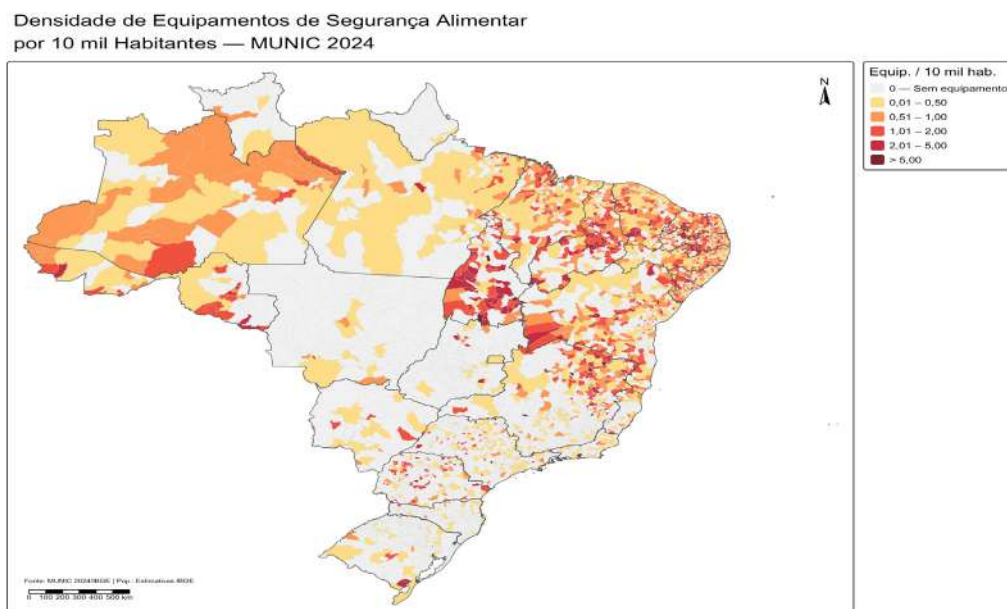
Figura 3: Percentual de Municípios com pelo menos 1 equipamento



Os dados revelam um gradiente claro associado ao porte municipal. Entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, 93,8% possuem ao menos um equipamento público de segurança alimentar. Essa proporção cai para 72,4% nos municípios entre 100 e 500 mil, 59,6% entre 50 e 100 mil, e segue em queda progressiva até atingir 15,9% nos municípios de até 5 mil habitantes. Em outras palavras, mais de 84% dos menores municípios do país não contam com nenhum equipamento de segurança alimentar. A taxa de cobertura relativa mais elevada observada nessa faixa, portanto, refere-se a um universo restrito de municípios, aqueles poucos que efetivamente dispõem de algum equipamento.

O mapa de densidade permite visualizar, de forma integrada, a relação entre o número de equipamentos e a população de cada município, projetada no espaço geográfico. Enquanto as análises acima apresentaram essa relação por faixa populacional, o mapa abaixo (Figura 4) oferece uma leitura territorializada, classificando cada município segundo a quantidade de equipamentos por 10 mil habitantes.

Figura 3: Densidade de equipamentos por 10 mil habitantes



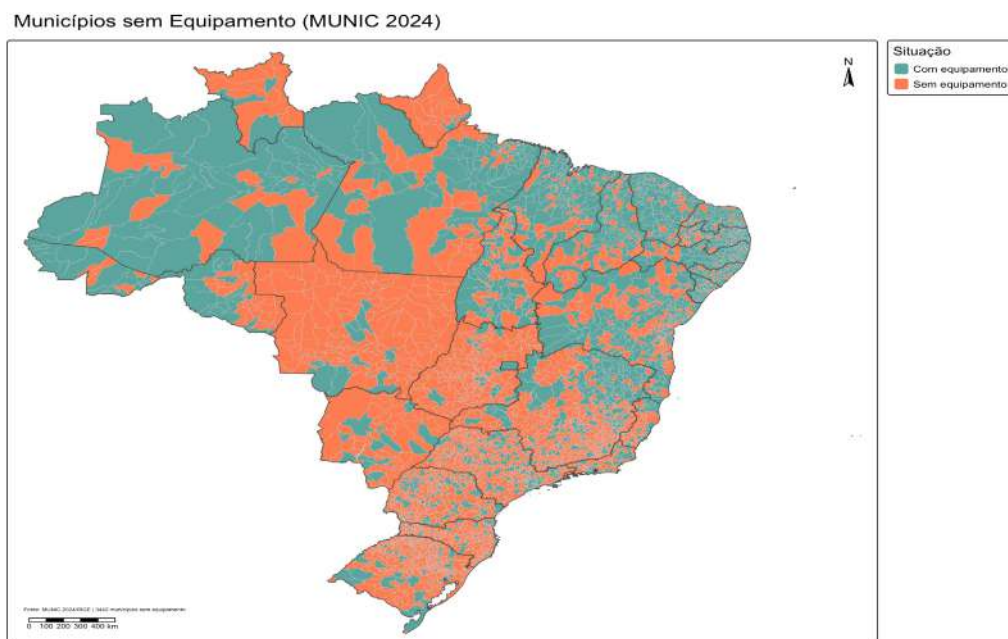
O padrão espacial confirma as tendências já identificadas. As maiores densidades, acima de 2 equipamentos por 10 mil habitantes, concentram-se em municípios de menor porte, sobretudo no interior do Nordeste, onde a combinação entre populações reduzidas e presença de mercados públicos resulta em taxas de cobertura relativamente mais elevadas. Faixas intermediárias de densidade (entre 0,51 e 2) aparecem de forma mais dispersa, acompanhando o litoral nordestino, porções do Norte e trechos do interior de Minas Gerais e São Paulo. Já as áreas em amarelo claro (municípios com densidade entre 0,01 e 0,5) predominam nos grandes centros urbanos e nas regiões metropolitanas, onde o volume absoluto de equipamentos se dilui diante de contingentes populacionais expressivos. O dado mais revelador do mapa, contudo, é a extensão das áreas sem nenhum equipamento, representadas pelo cinza

claro, que dominam vastas porções do Centro-Oeste, do Sul, do interior do Sudeste e de parcelas do Norte, sinalizando que a ausência de infraestrutura pública de segurança alimentar é a condição predominante na maioria dos municípios brasileiros.

### 3.4 Municípios sem equipamento público de segurança alimentar

Dos 5.570 municípios brasileiros, 3.442, o equivalente a 61,8% do total, não dispõem de nenhum equipamento público de segurança alimentar cadastrado na MUNIC 2024. Os demais 2.128 municípios (38,2%) contam com ao menos um equipamento. O mapa abaixo (Figura 4) apresenta essa distribuição, distinguindo os municípios com e sem equipamento.

**Figura 4: Municípios com e sem equipamentos**



A visão do mapa mostra que, embora os municípios com equipamento



formem agrupamentos visíveis no Nordeste, no Eixo São Paulo-Minas Gerais e em partes do Paraná, a maior parte do território nacional é ocupada por municípios sem nenhuma unidade. Essa condição é particularmente acentuada no Centro-Oeste, no interior do Sul e em extensas faixas do Norte, onde a cor correspondente à ausência de equipamentos domina o mapa de forma quase contínua. A constatação de que quase dois terços dos municípios brasileiros não contam com nenhum equipamento público de segurança alimentar dimensiona o desafio que ainda se coloca para a universalização da oferta desses serviços.

#### 4. Considerações finais

Tendo por base os dados do *Suplemento de Segurança Alimentar da MUNIC 2024/IBGE*, este relatório apresenta uma descrição espacializada da rede de equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros. A MUNIC identificou que, no ano de 2024, havia 3.952 equipamentos públicos de alimentação no país, distribuídos em seis categorias: mercados públicos, sacolões ou quitandas, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e centrais de recebimento da agricultura familiar.<sup>1</sup>

Entre as regiões, o Nordeste concentra mais da metade do total de equipamentos públicos de segurança alimentar do país, com destaque para os mercados públicos. Considerando as faixas demográficas, a maior parte relativa dos equipamentos se localiza em municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes. São 935 equipamentos distribuídos em 557 municípios; no entanto, 45 municípios com população superior a 500 mil habitantes reúnem 509 equipamentos, ou 12,9% do total. Por outro lado, municípios de até 5 mil habitantes registram maior taxa de cobertura relativa de equipamentos por habitantes, com média de 0,57

equipamentos por 10 mil/hab., um padrão que indica uma relação entre

---

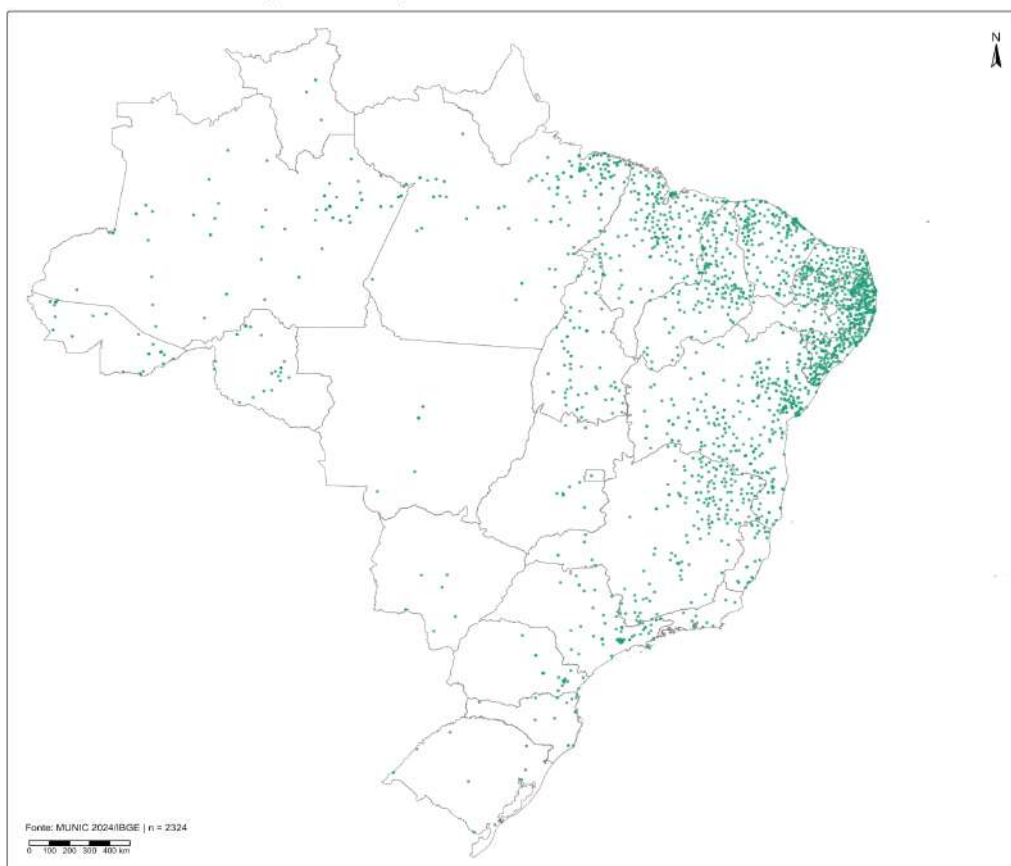
<sup>1</sup> As feiras livres não foram incluídas nesse mapeamento em virtude de seu caráter itinerante.

oferta e população proporcionalmente mais favorável que a encontrada nos grandes centros urbanos.

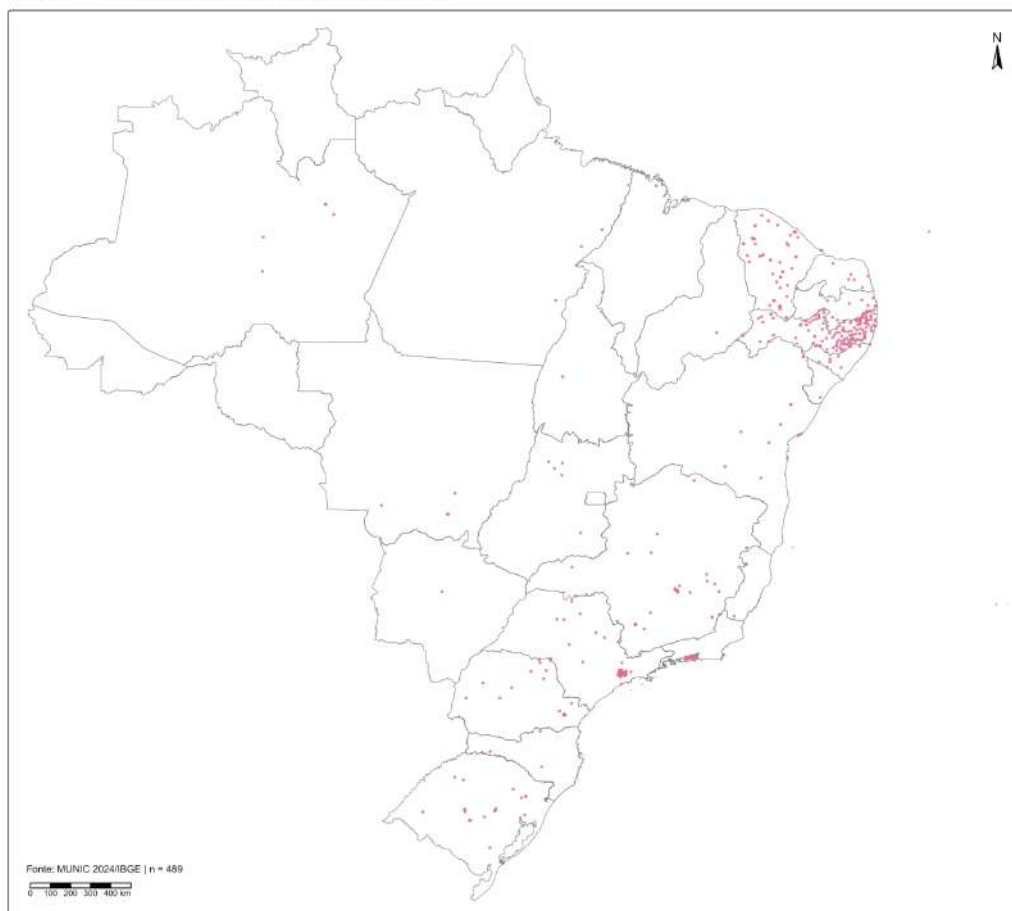
No entanto, entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, 93,8% possuem ao menos um equipamento público de segurança alimentar. Essa proporção cai a apenas 15,9% nos municípios de até 5 mil habitantes, o que revela um desafio importante para a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no território: dos 5.570 municípios do país, 61,8% não dispõem de nenhum equipamento público de segurança alimentar cadastrado na MUNIC 2024.

## 5. Anexo (Mapa Nacional por Tipo de Equipamento)

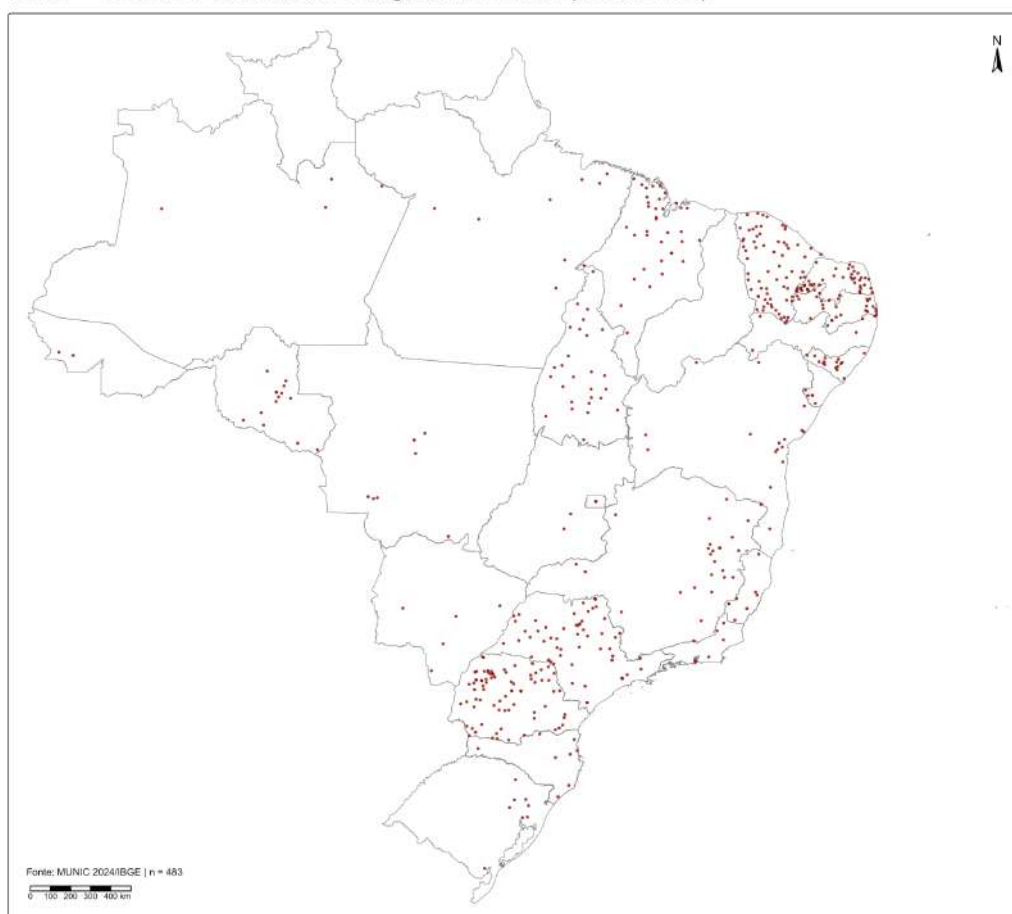
Brasil — Mercado Público (MUNIC 2024)



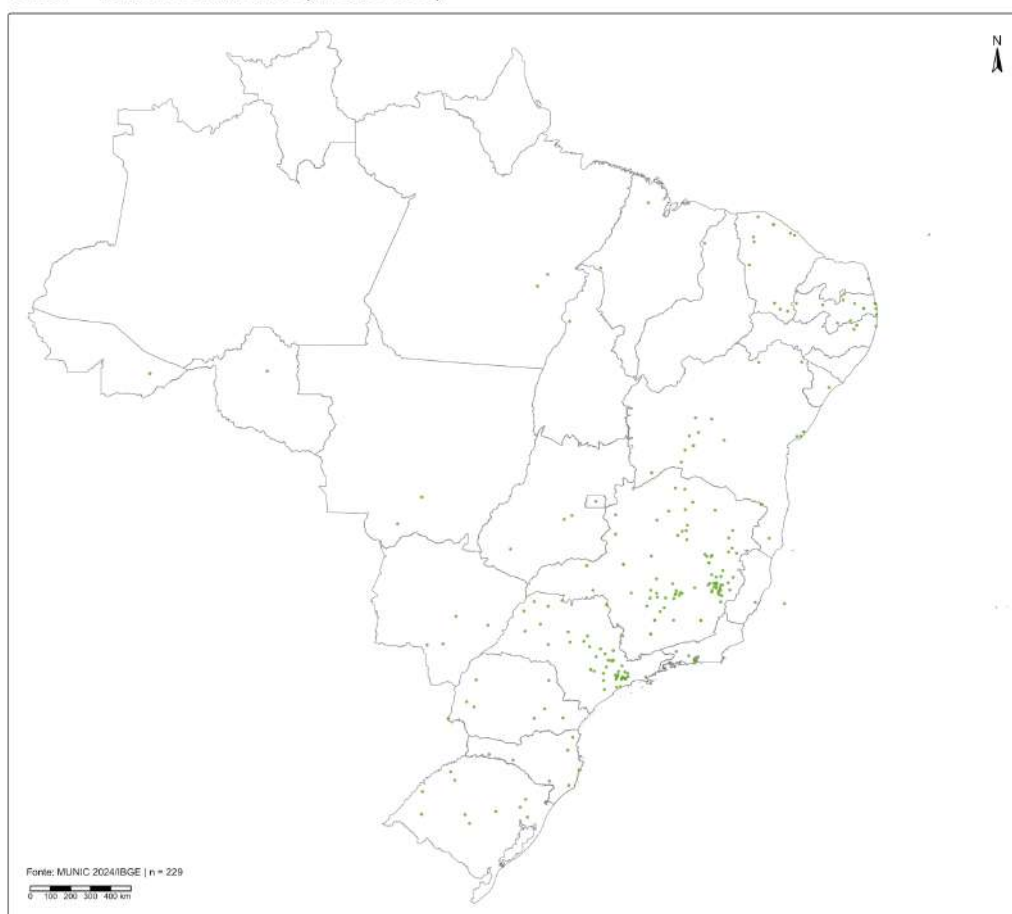
Brasil — Cozinha Comunitária (MUNIC 2024)



Brasil — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar (MUNIC 2024)



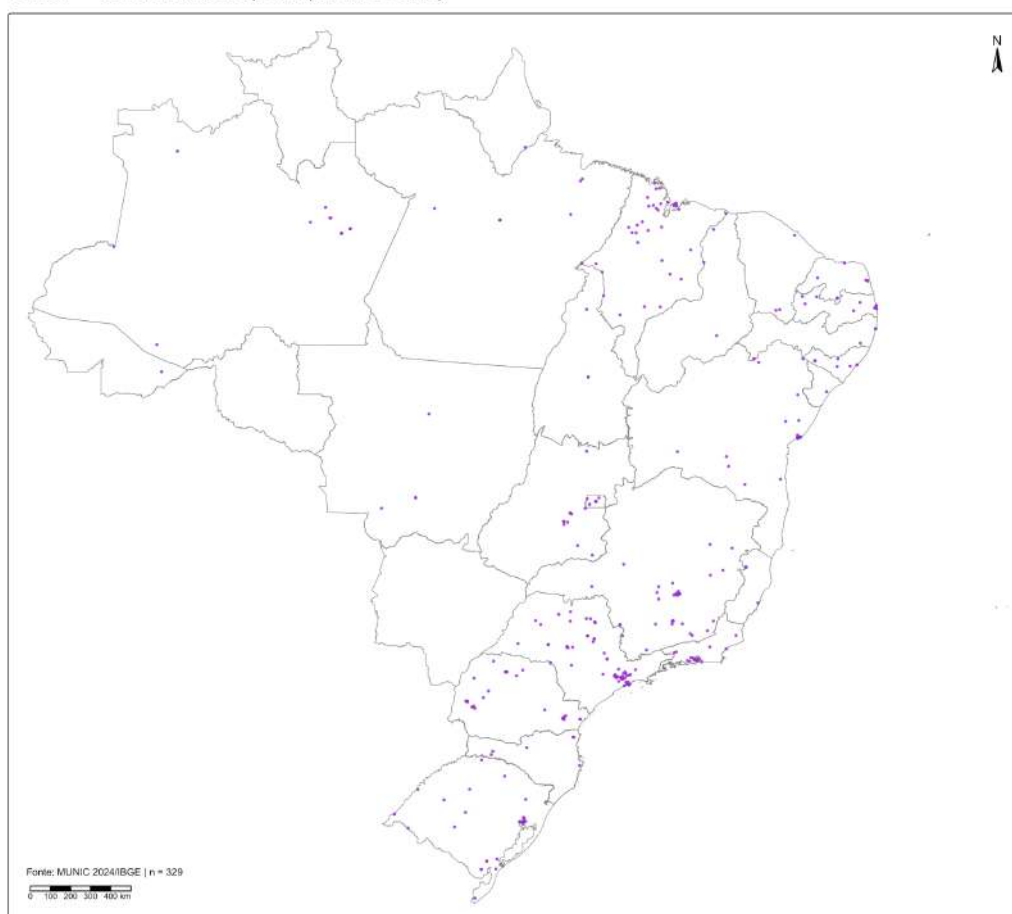
Brasil — Banco De Alimentos (MUNIC 2024)



Brasil — Sacolão Ou Quitanda Pública (MUNIC 2024)



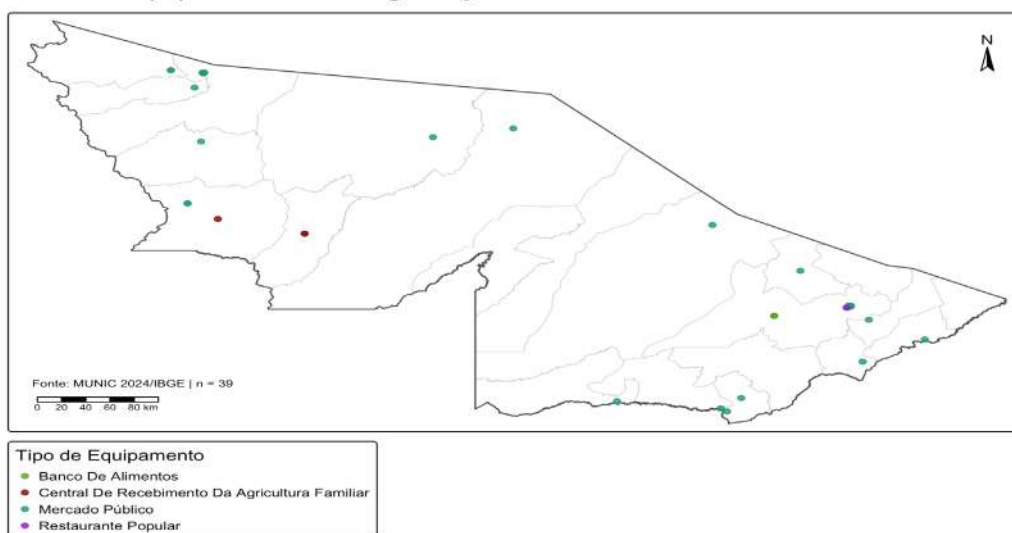
Brasil — Restaurante Popular (MUNIC 2024)



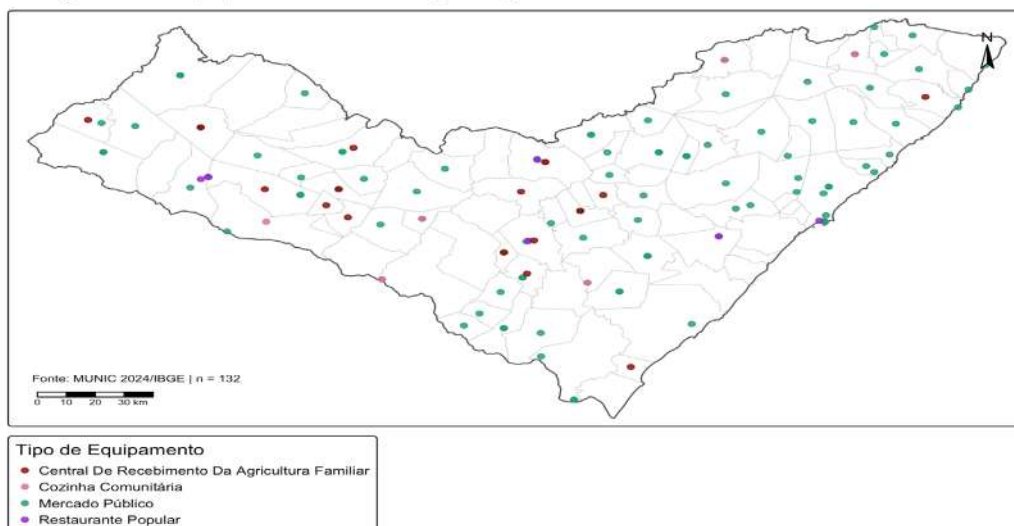


## 4.1 Anexo (Equipamentos nos Estado

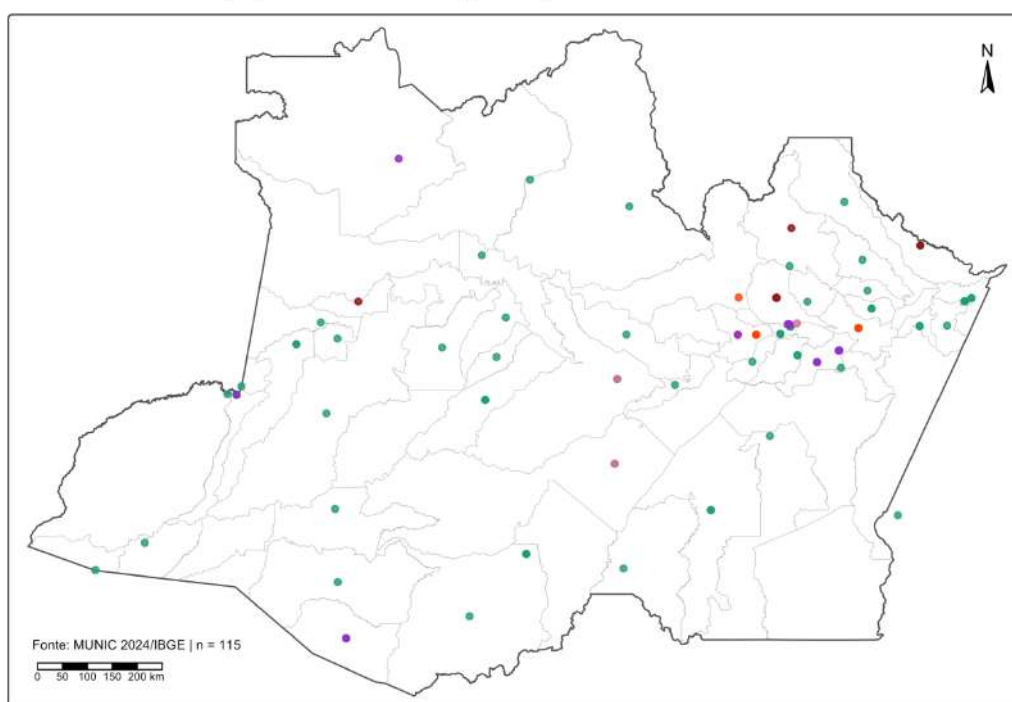
Acre — Equipamentos de Segurança Alimentar



### Alagoas — Equipamentos de Segurança Alimentar

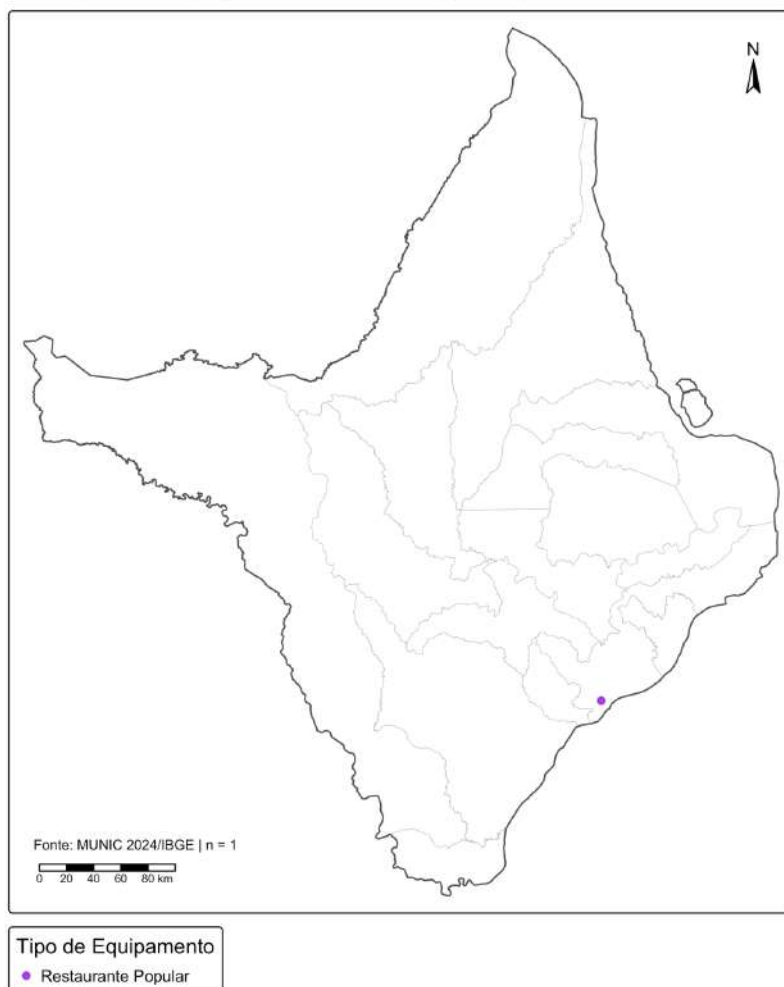


## Amazônias — Equipamentos de Segurança Alimentar

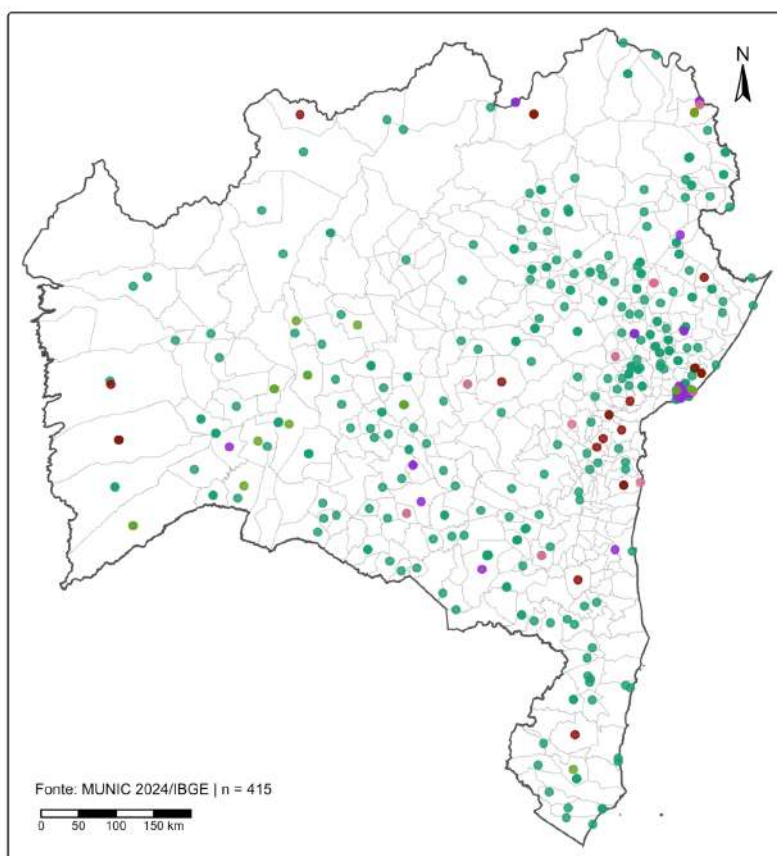


| Tipo de Equipamento |                                                |
|---------------------|------------------------------------------------|
| ●                   | Central De Recebimento Da Agricultura Familiar |
| ●                   | Cozinha Comunitária                            |
| ●                   | Mercado Público                                |
| ●                   | Restaurante Popular                            |
| ●                   | Sacolão Ou Quitanda Pública                    |

## Amapá — Equipamentos de Segurança Alimentar

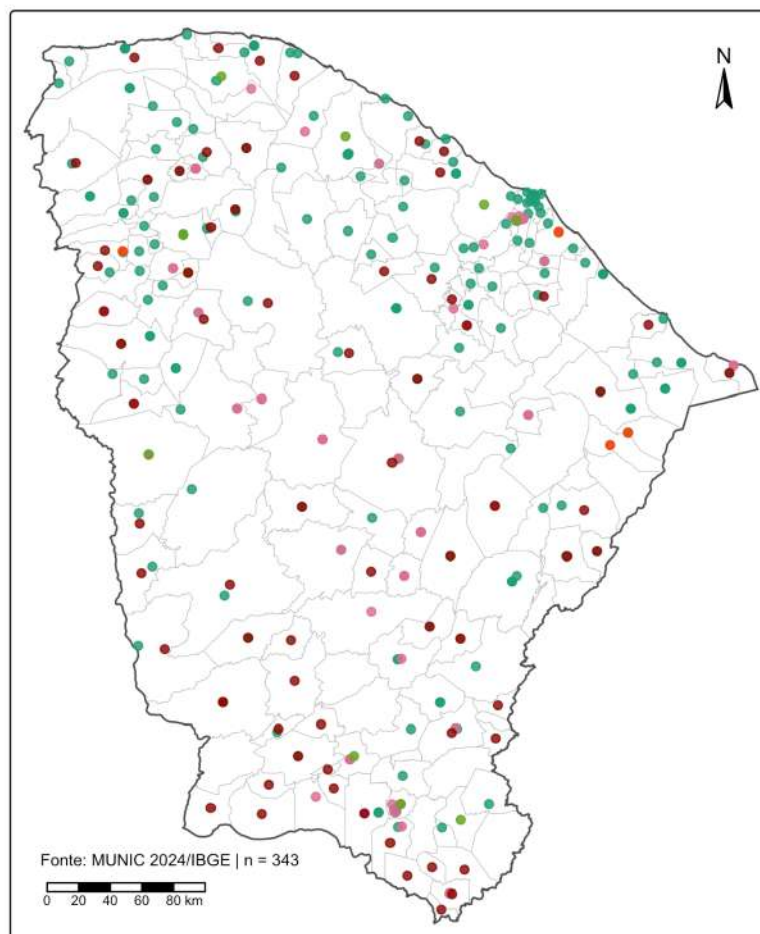


## Bahia — Equipamentos de Segurança Alimentar



- Tipo de Equipamento**
- Banco De Alimentos
  - Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
  - Cozinha Comunitária
  - Mercado Público
  - Restaurante Popular
  - Sacolão Ou Quitanda Pública

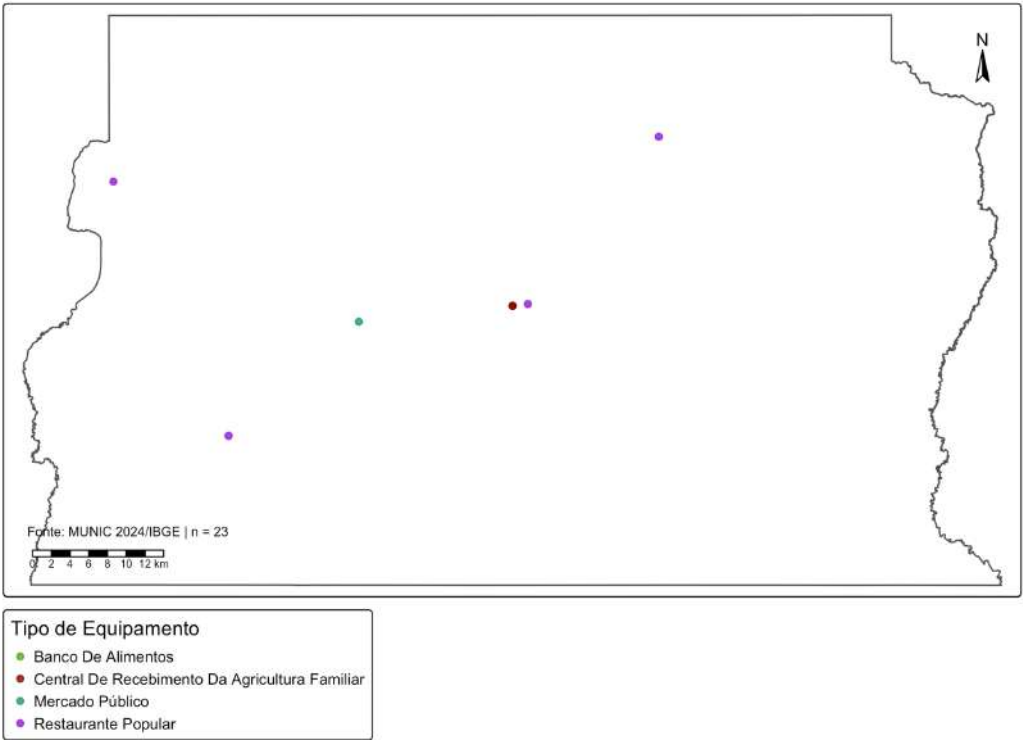
## Ceará — Equipamentos de Segurança Alimentar



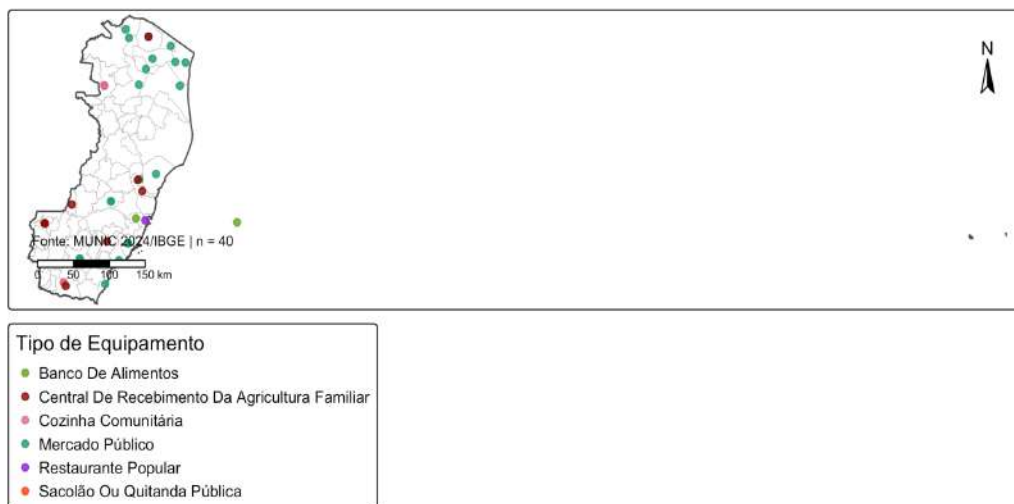
### Tipo de Equipamento

- Banco De Alimentos
- Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
- Cozinha Comunitária
- Mercado Público
- Restaurante Popular
- Sacolão Ou Quitanda Pública

Distrito Federal — Equipamentos de Segurança Alimentar

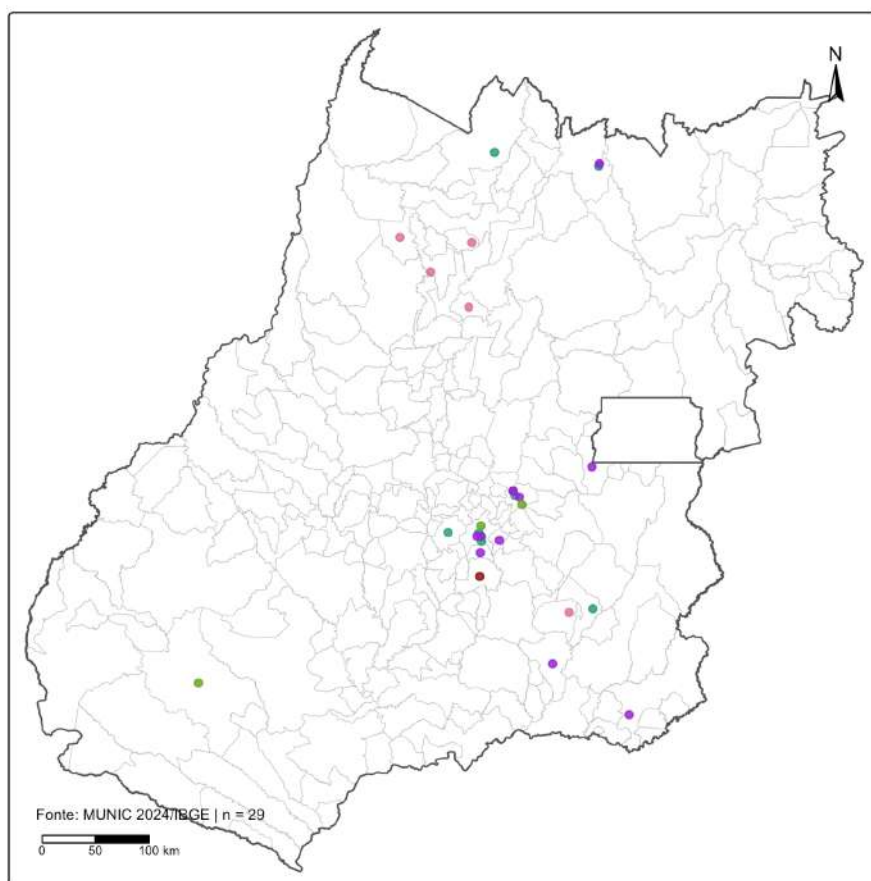


## Espírito Santo — Equipamentos de Segurança Alimentar





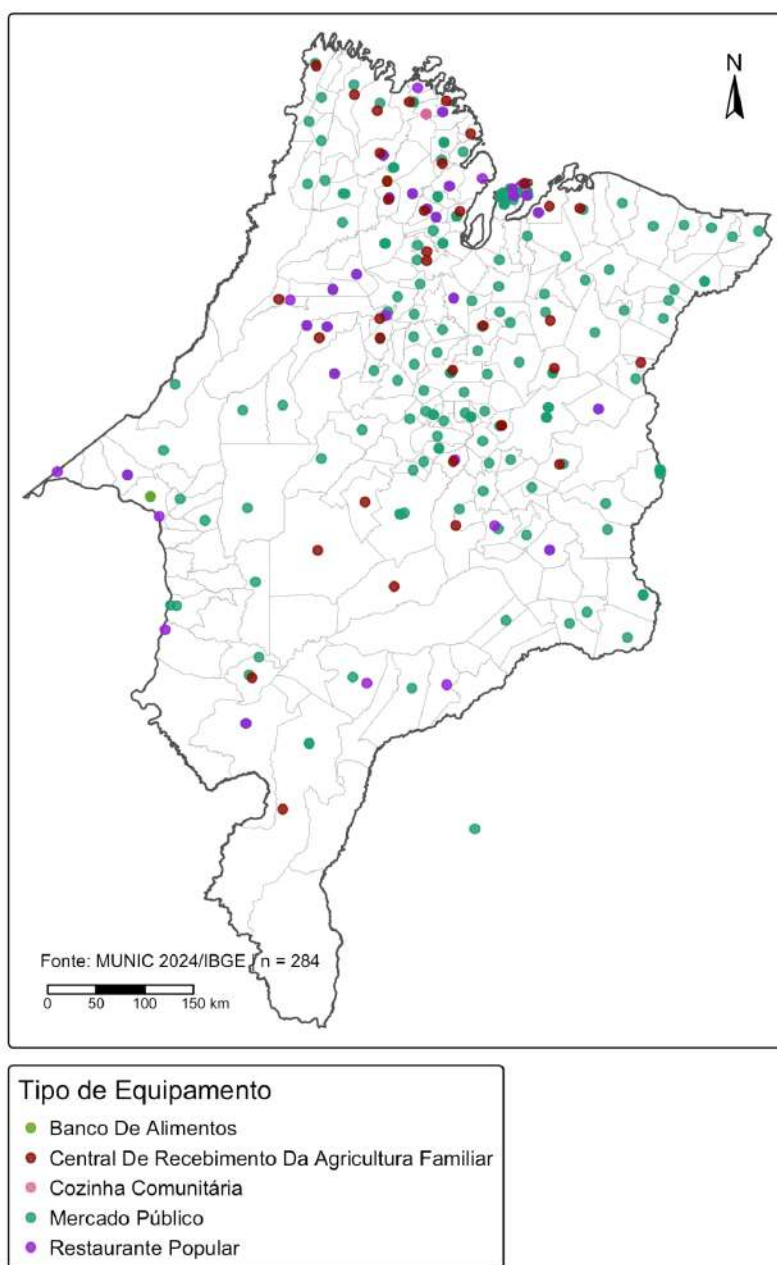
## Goiás — Equipamentos de Segurança Alimentar



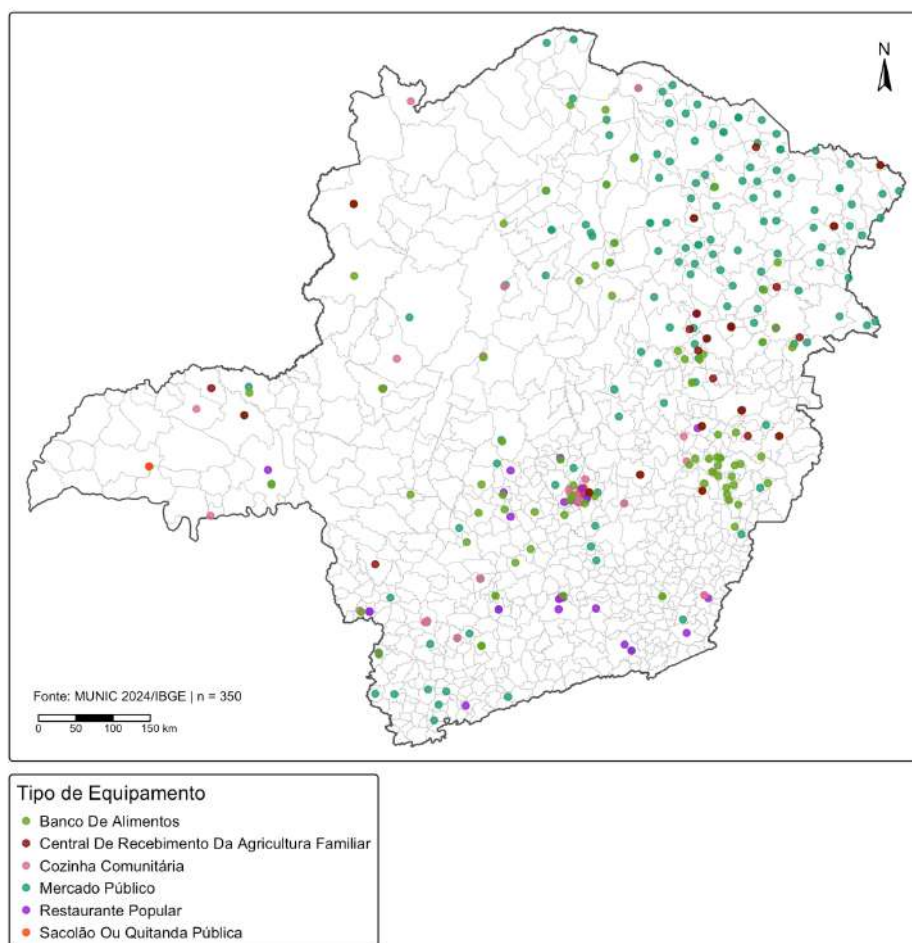
### Tipo de Equipamento

- Banco De Alimentos
- Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
- Cozinha Comunitária
- Mercado Público
- Restaurante Popular

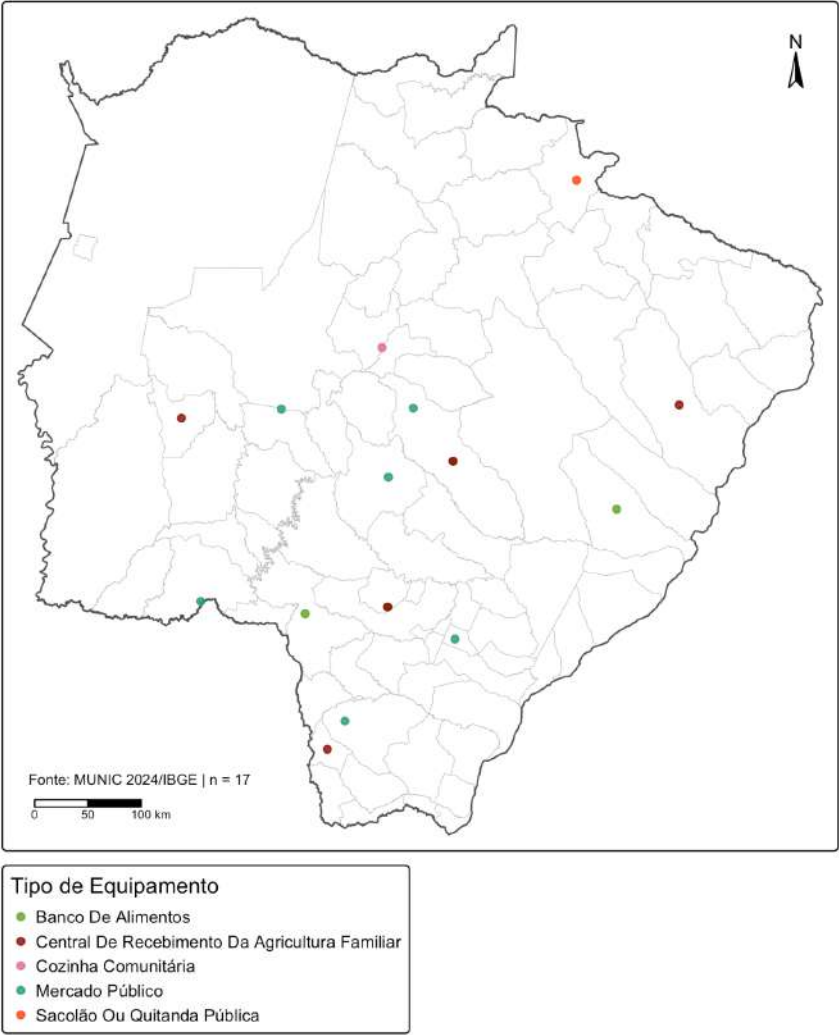
## Maranhão — Equipamentos de Segurança Alimentar



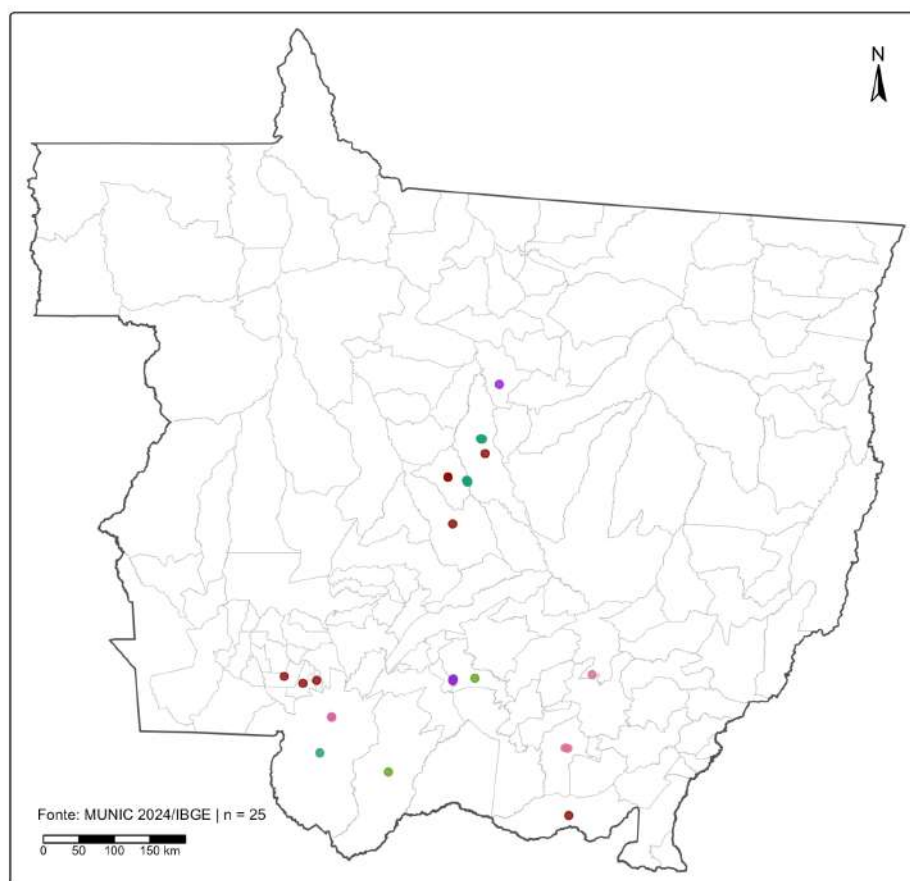
## Minas Gerais — Equipamentos de Segurança Alimentar



Mato Grosso Do Sul — Equipamentos de Segurança Alimentar

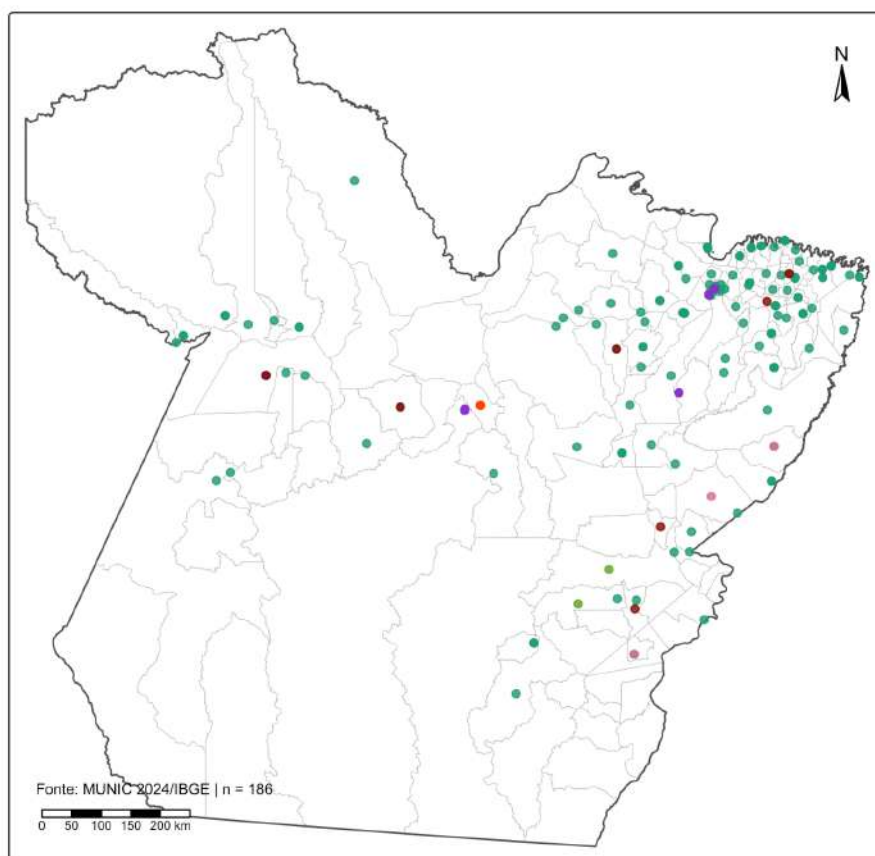


## Mato Grosso — Equipamentos de Segurança Alimentar



| Tipo de Equipamento                   |                                                |
|---------------------------------------|------------------------------------------------|
| <span style="color: green;">●</span>  | Banco De Alimentos                             |
| <span style="color: red;">●</span>    | Central De Recebimento Da Agricultura Familiar |
| <span style="color: pink;">●</span>   | Cozinha Comunitária                            |
| <span style="color: teal;">●</span>   | Mercado Público                                |
| <span style="color: purple;">●</span> | Restaurante Popular                            |

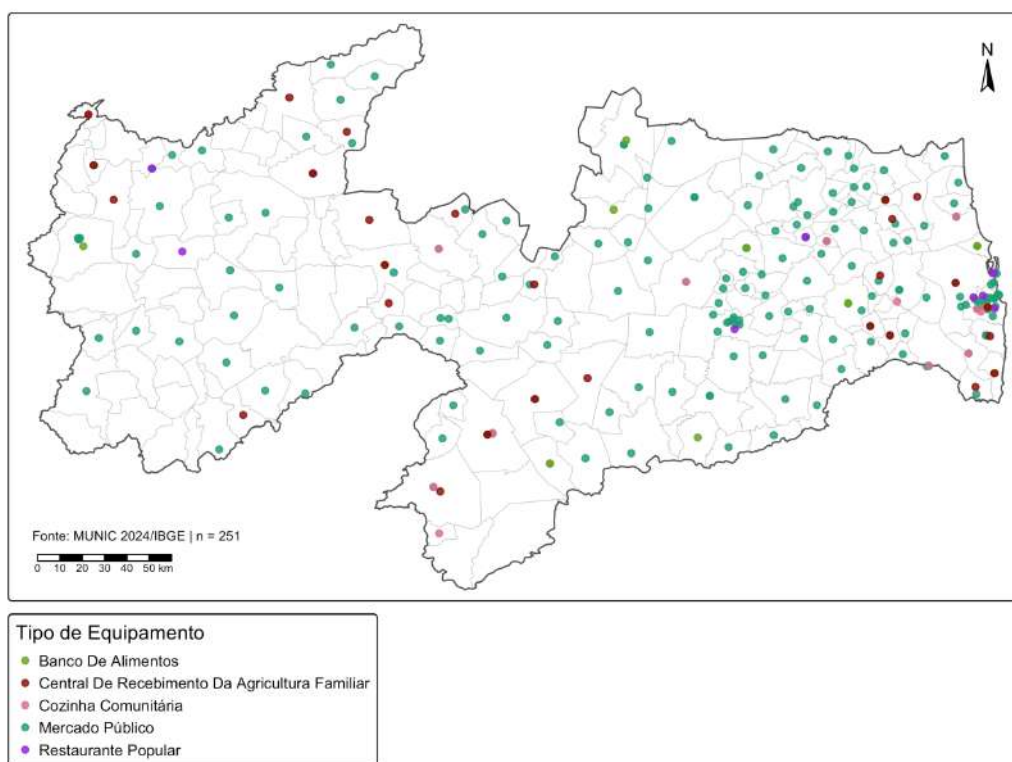
## Pará — Equipamentos de Segurança Alimentar



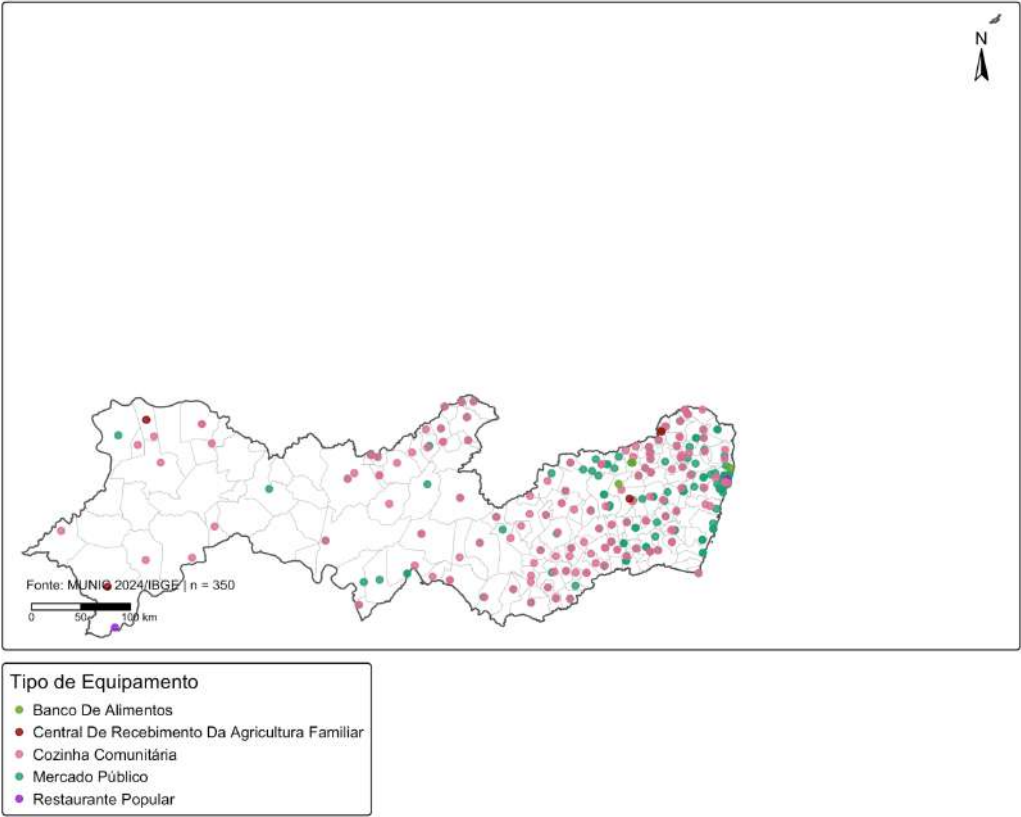
### Tipo de Equipamento

- Banco De Alimentos
- Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
- Cozinha Comunitária
- Mercado Público
- Restaurante Popular
- Sacolão Ou Quitanda Pública

## Paraíba — Equipamentos de Segurança Alimentar

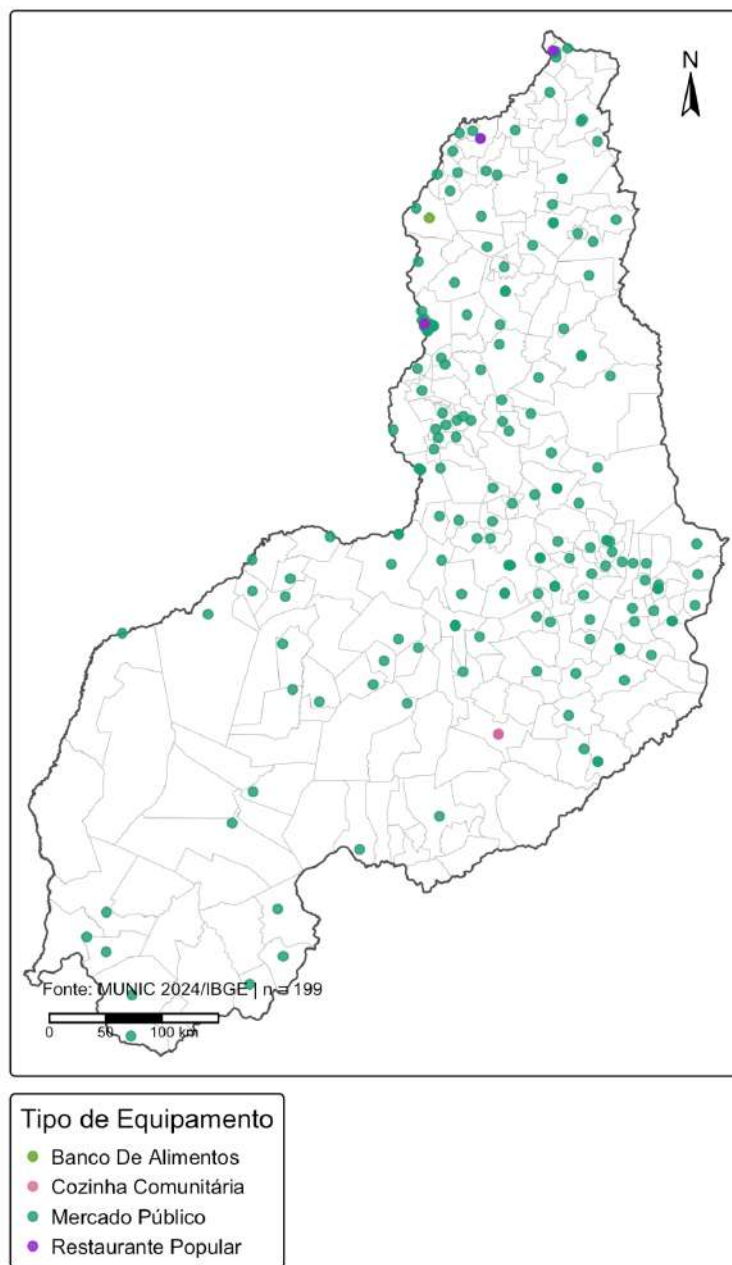


Pernambuco — Equipamentos de Segurança Alimentar

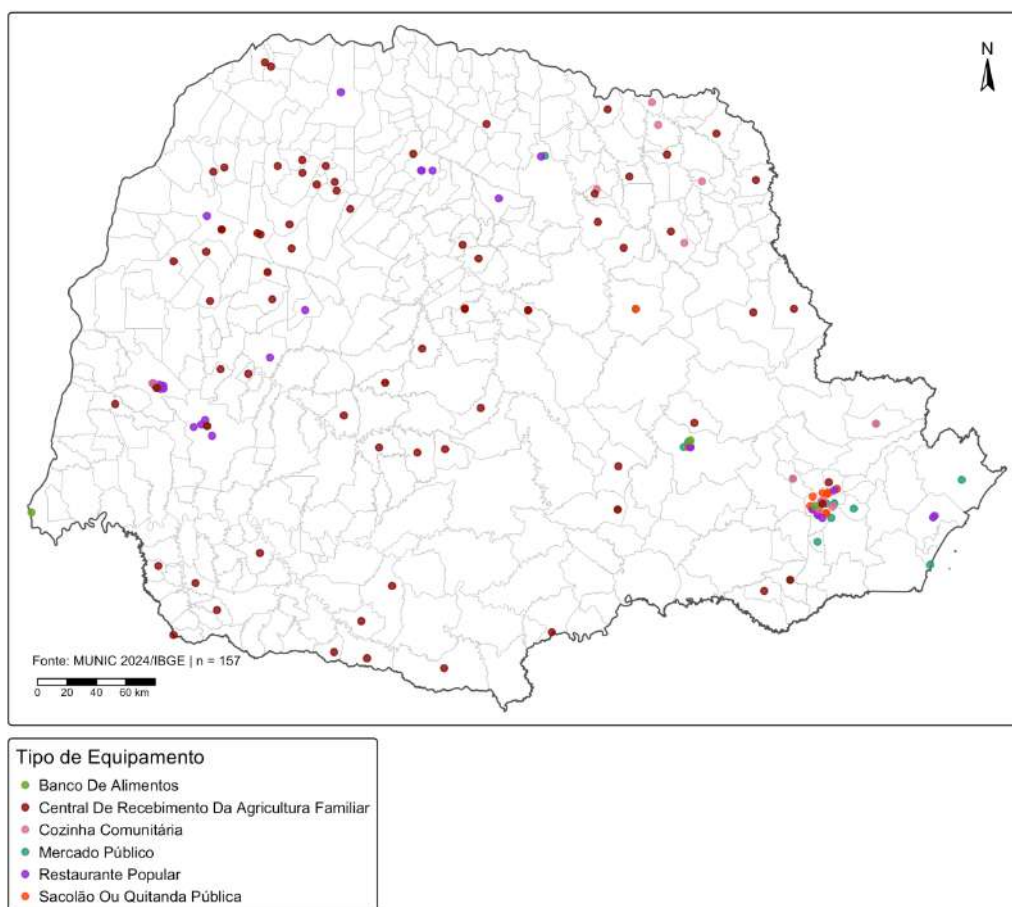




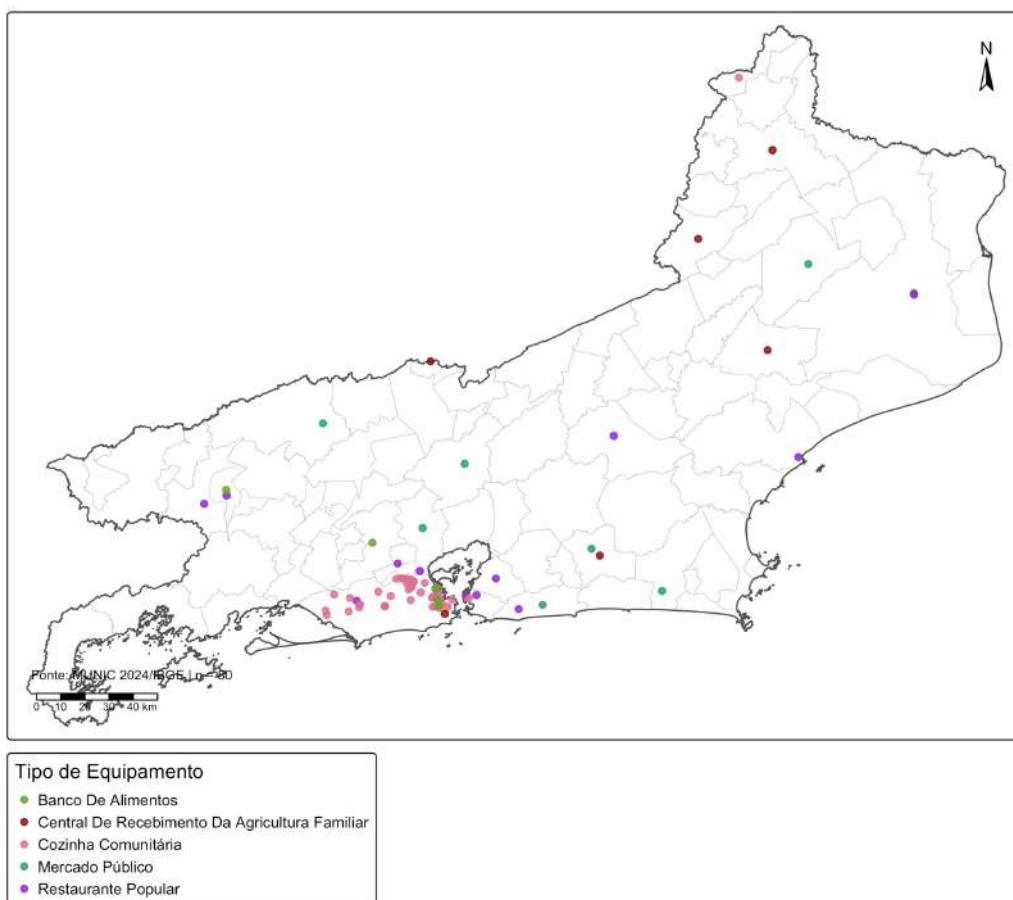
## Piauí — Equipamentos de Segurança Alimentar



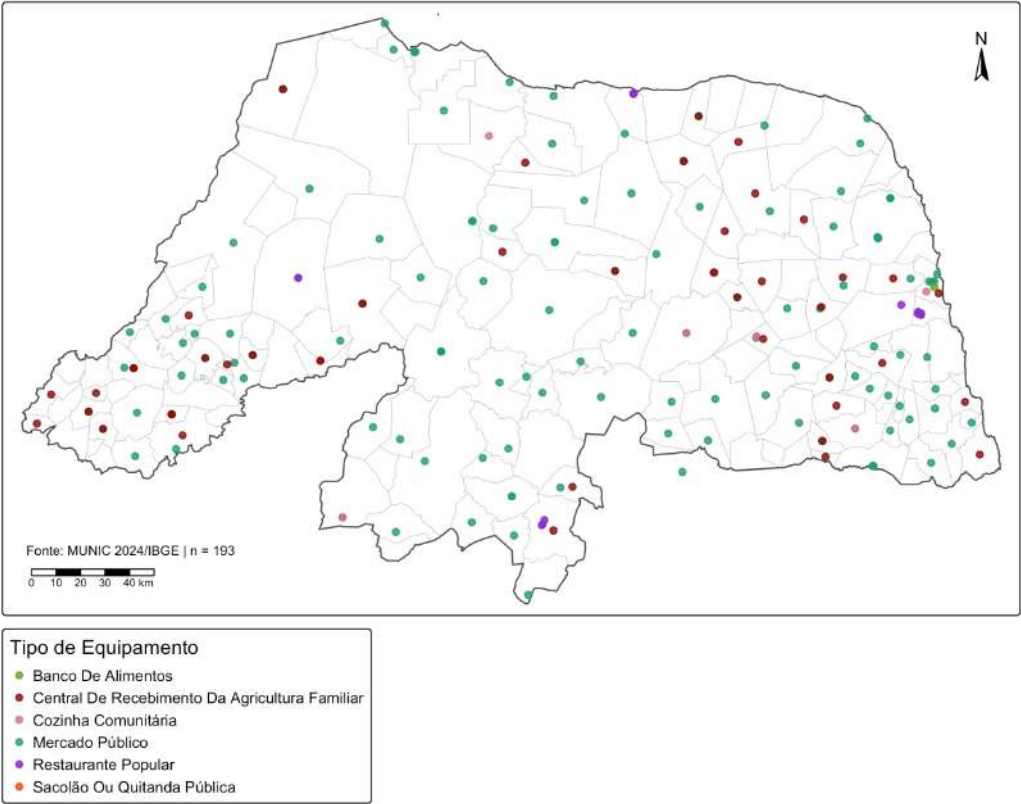
## Paraná — Equipamentos de Segurança Alimentar



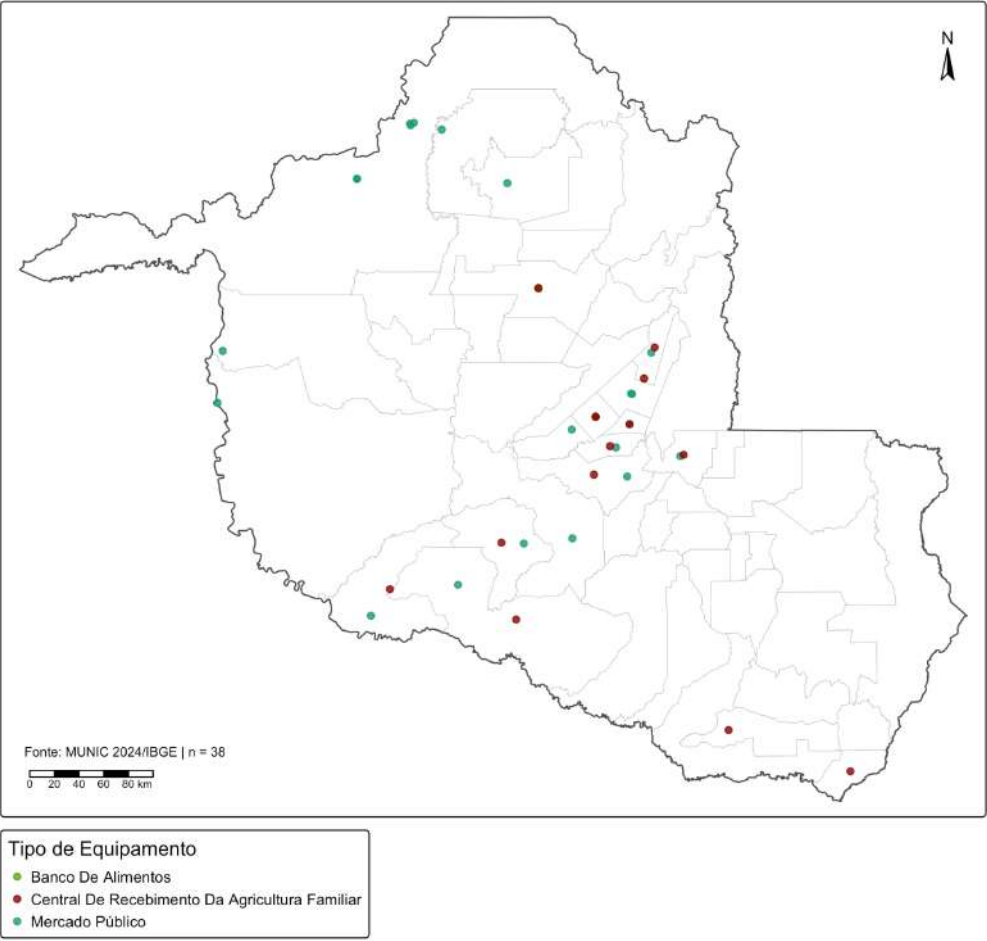
## Rio De Janeiro — Equipamentos de Segurança Alimentar



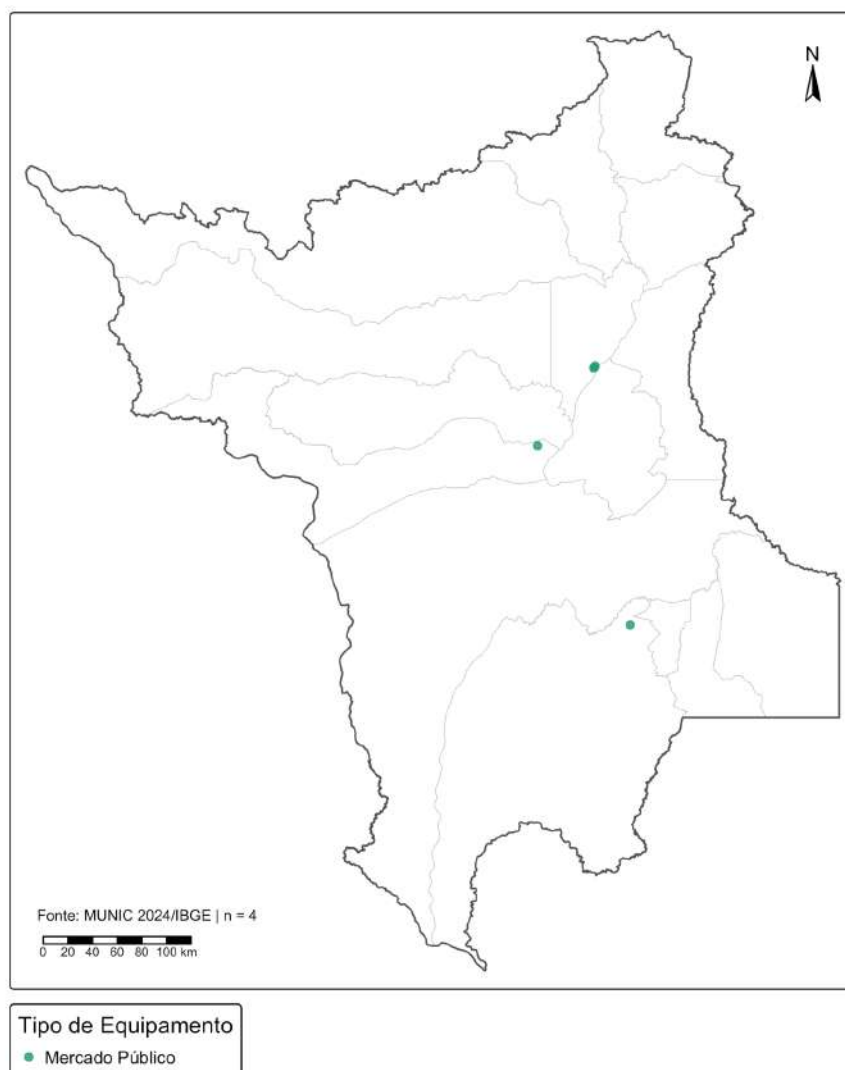
Rio Grande Do Norte — Equipamentos de Segurança Alimentar



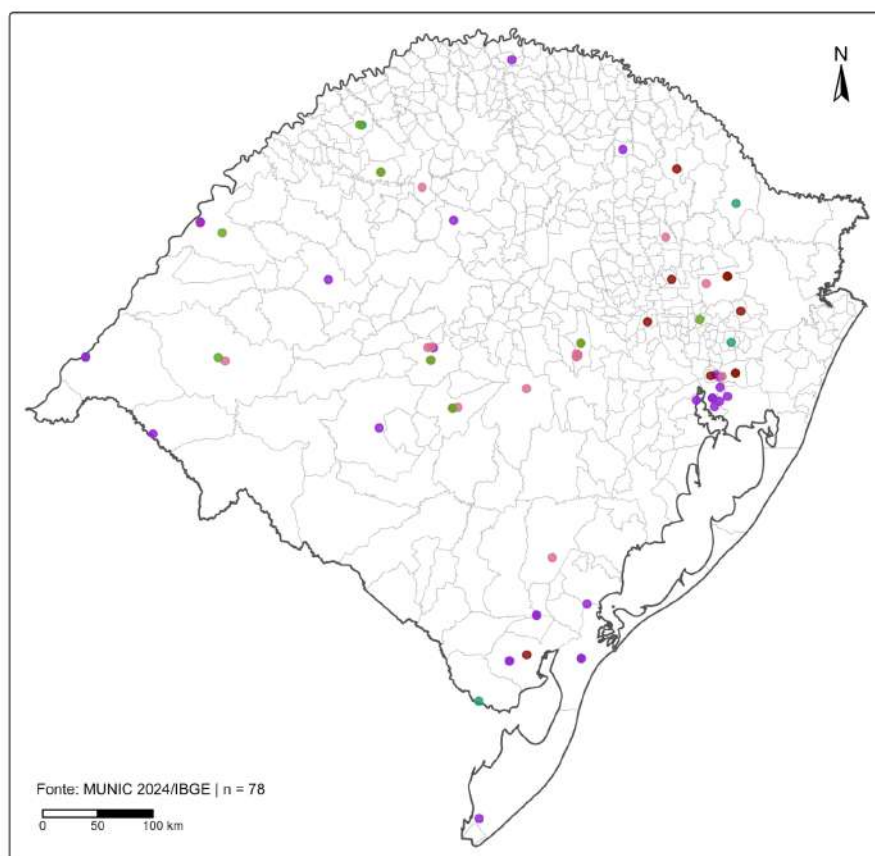
Rondônia — Equipamentos de Segurança Alimentar



## Roraima — Equipamentos de Segurança Alimentar



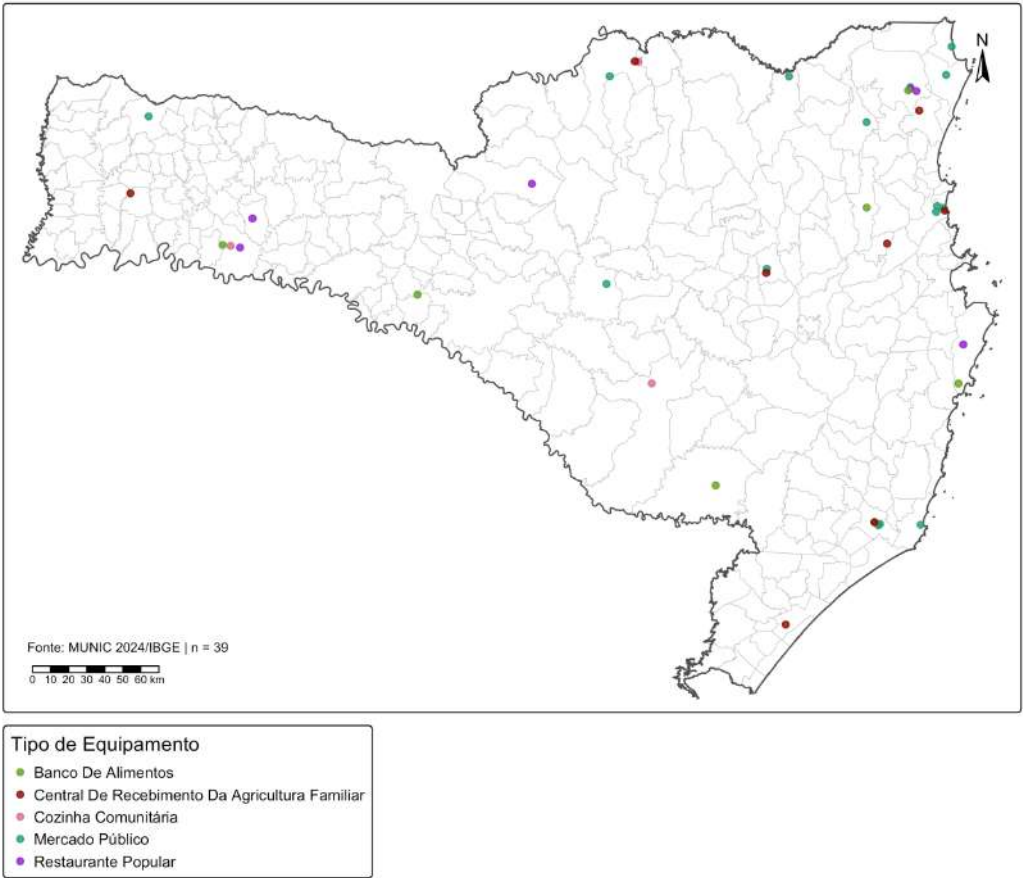
## Rio Grande Do Sul — Equipamentos de Segurança Alimentar



### Tipo de Equipamento

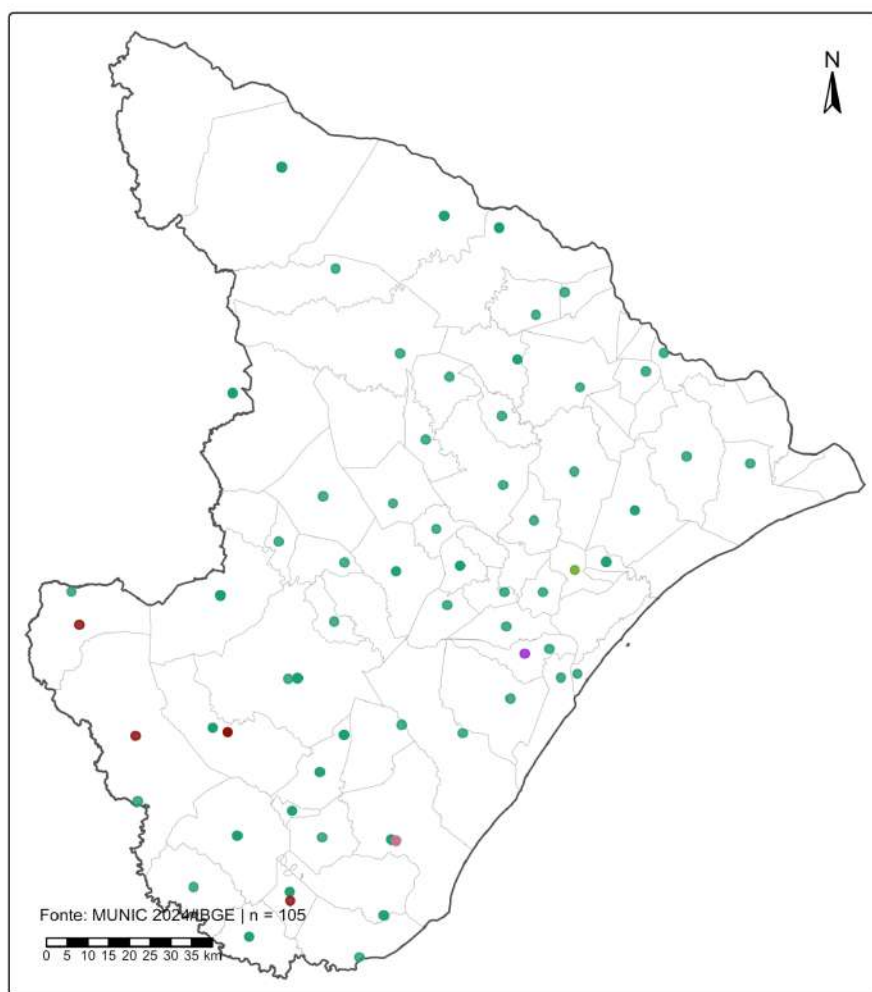
- Banco De Alimentos
- Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
- Cozinha Comunitária
- Mercado Público
- Restaurante Popular
- Sacolão Ou Quitanda Pública

Santa Catarina — Equipamentos de Segurança Alimentar





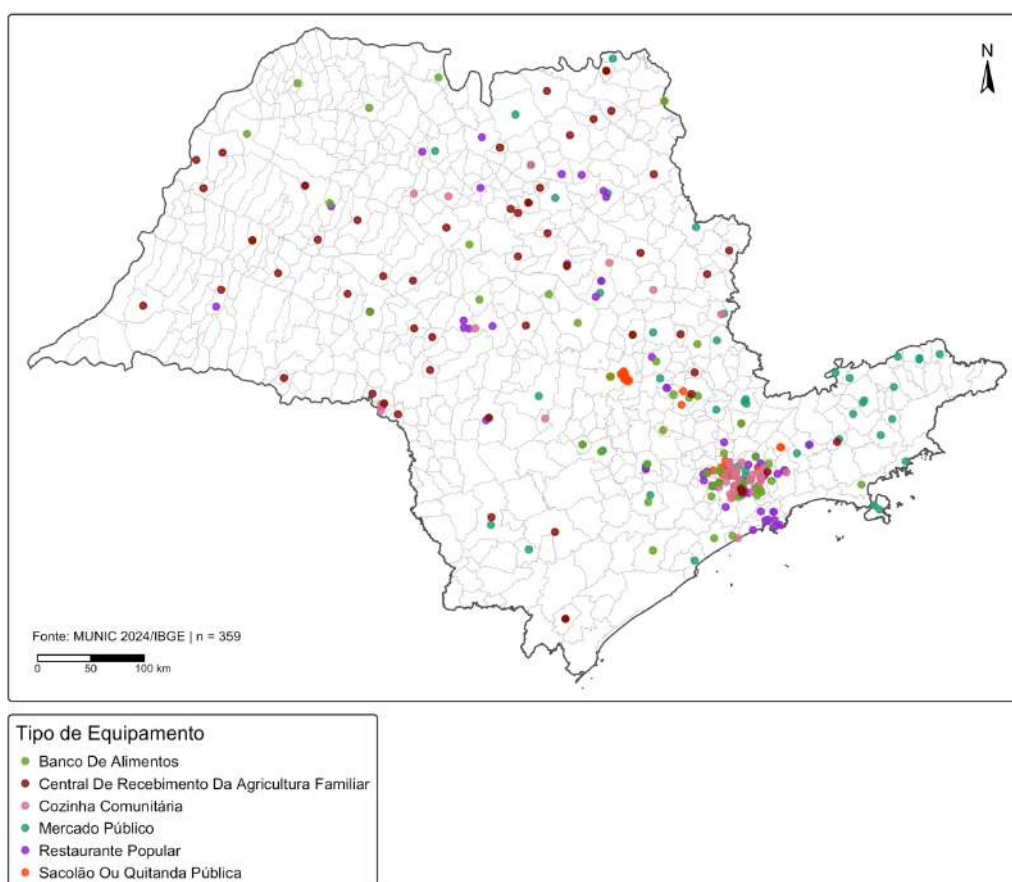
## Sergipe — Equipamentos de Segurança Alimentar



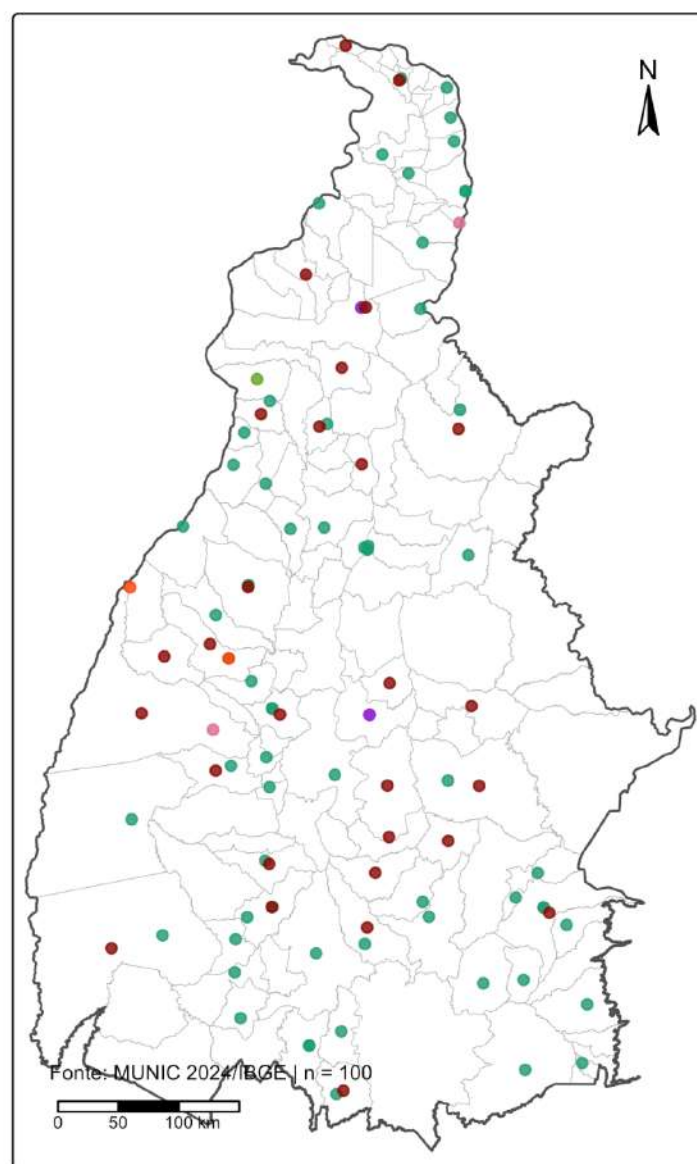
### Tipo de Equipamento

- Banco De Alimentos
- Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
- Cozinha Comunitária
- Mercado Público
- Restaurante Popular

## São Paulo — Equipamentos de Segurança Alimentar



## Tocantins — Equipamentos de Segurança Alimentar

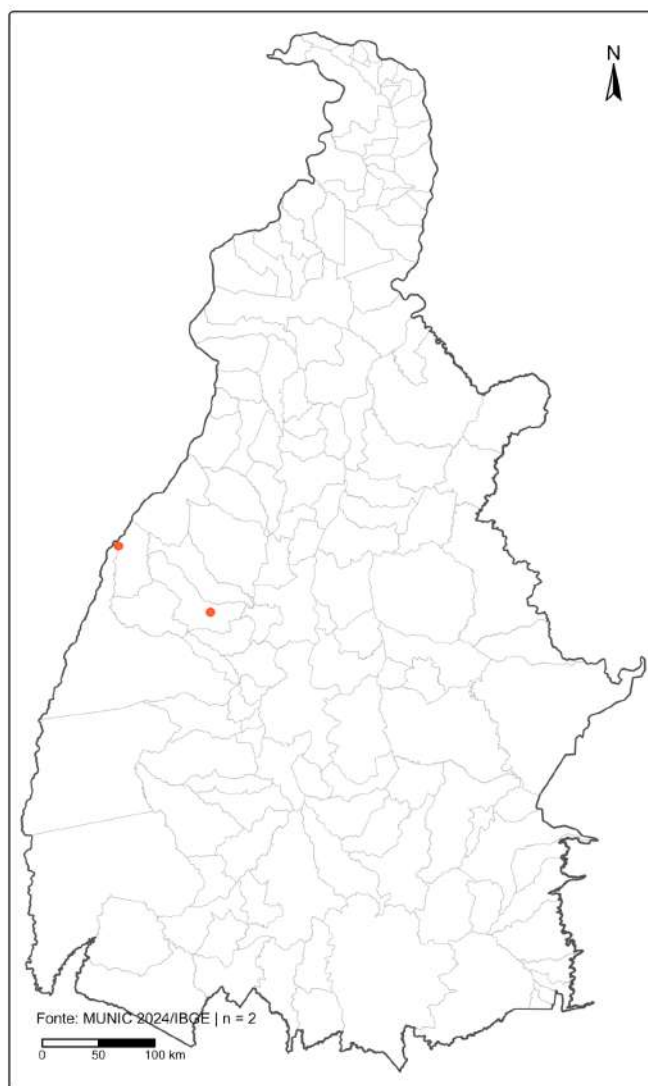


### Tipo de Equipamento

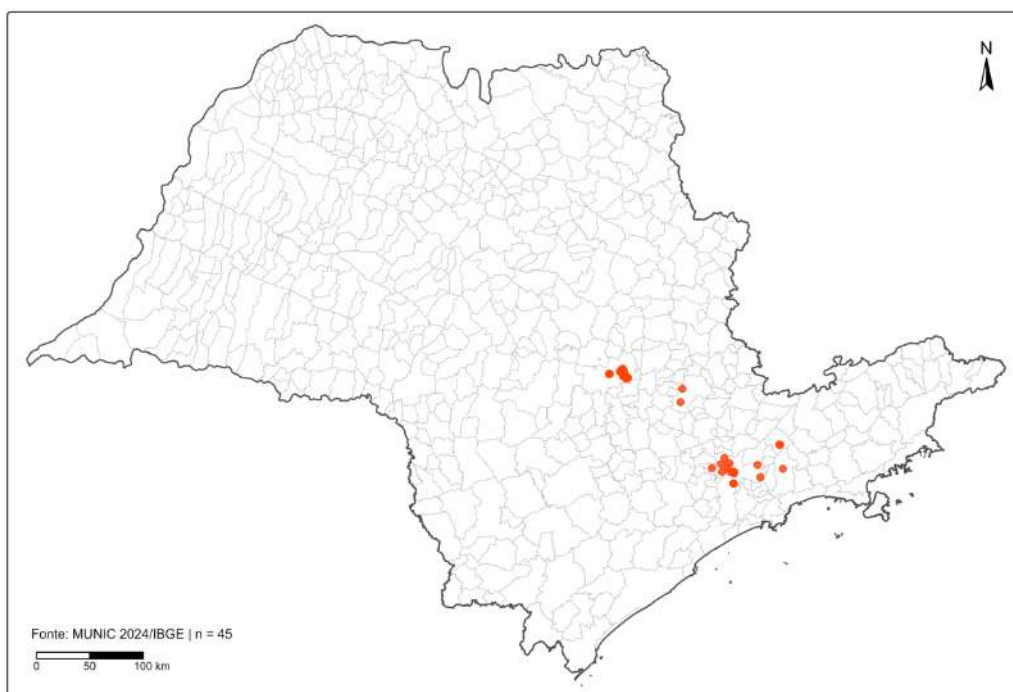
- Banco De Alimentos
- Central De Recebimento Da Agricultura Familiar
- Cozinha Comunitária
- Mercado Público
- Restaurante Popular
- Sacolão Ou Quitanda Pública

## 4.2 Anexo (Tipos de Equipamentos nos Estados - Sacolão ou Quitanda Pública)

Tocantins — Sacolão Ou Quitanda Pública



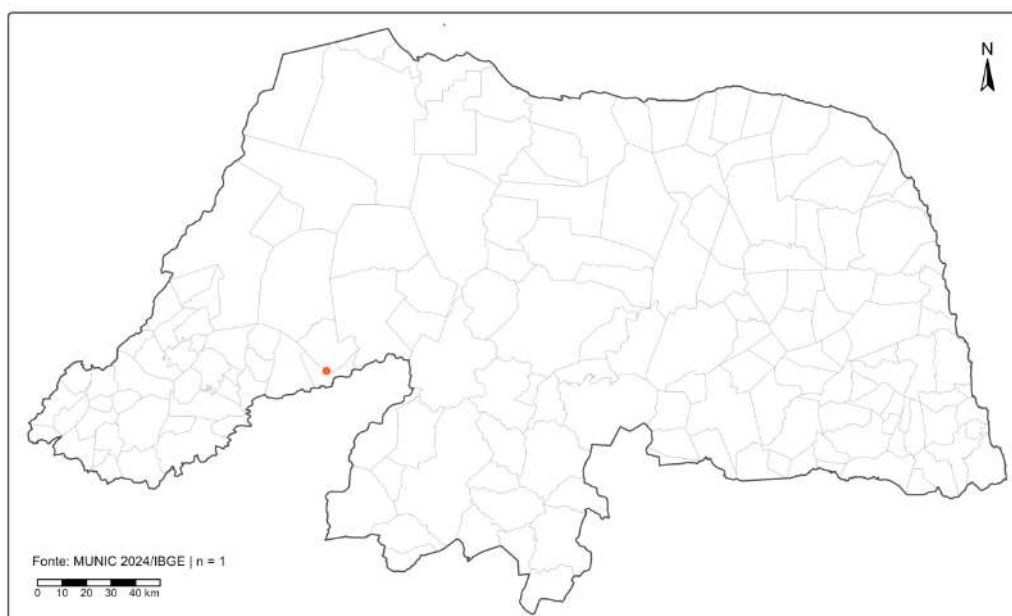
### São Paulo — Sacolão Ou Quitanda Pública



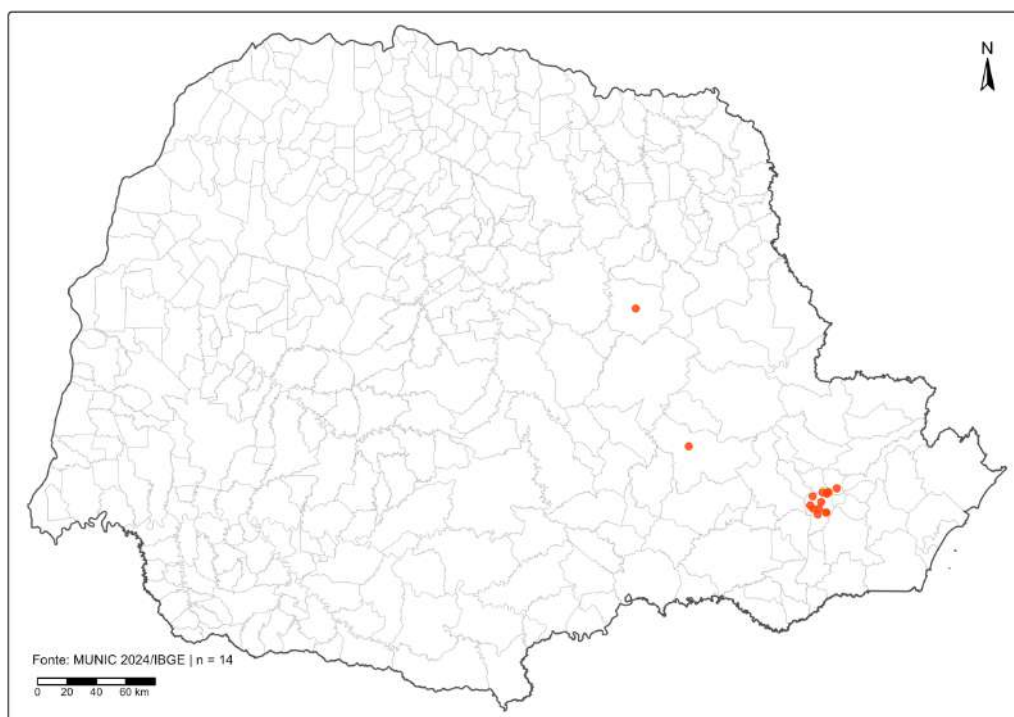
## Rio Grande Do Sul — Sacolão Ou Quitanda Pública



## Rio Grande Do Norte — Sacolão Ou Quitanda Pública



### Paraná — Sacolão Ou Quitanda Pública

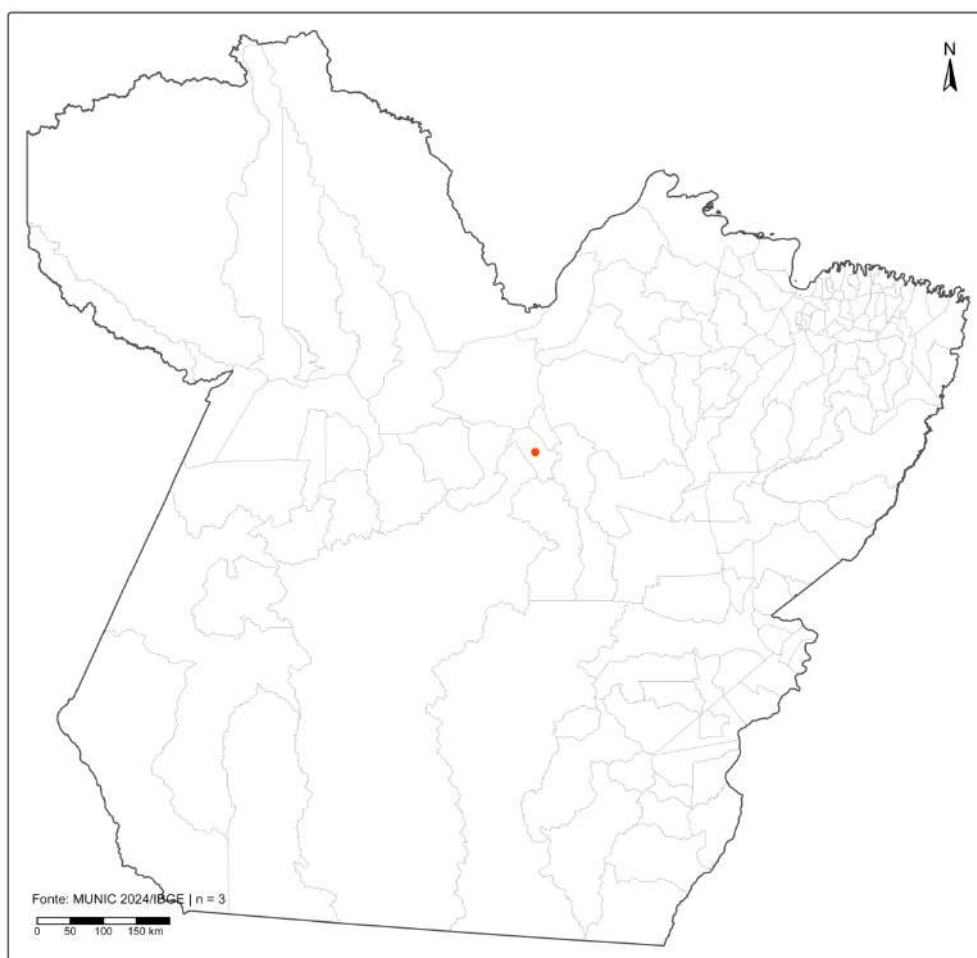




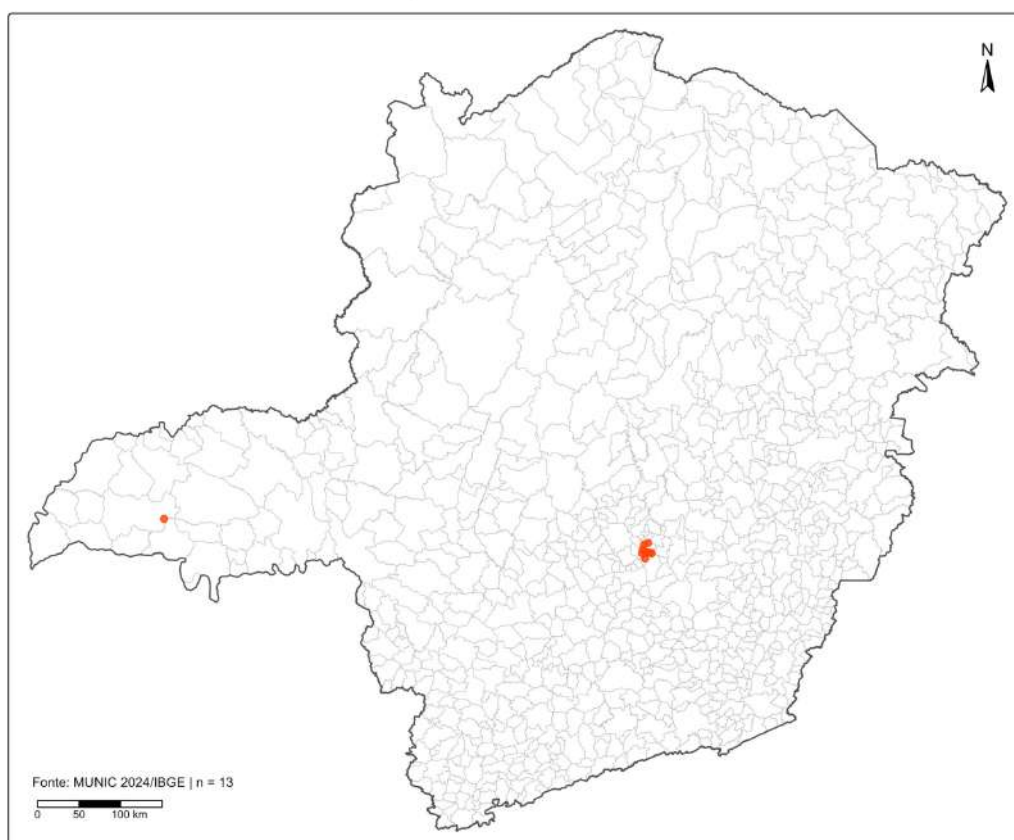
## Mato Grosso Do Sul — Sacolão Ou Quitanda Pública



## Pará — Sacolão Ou Quitanda Pública



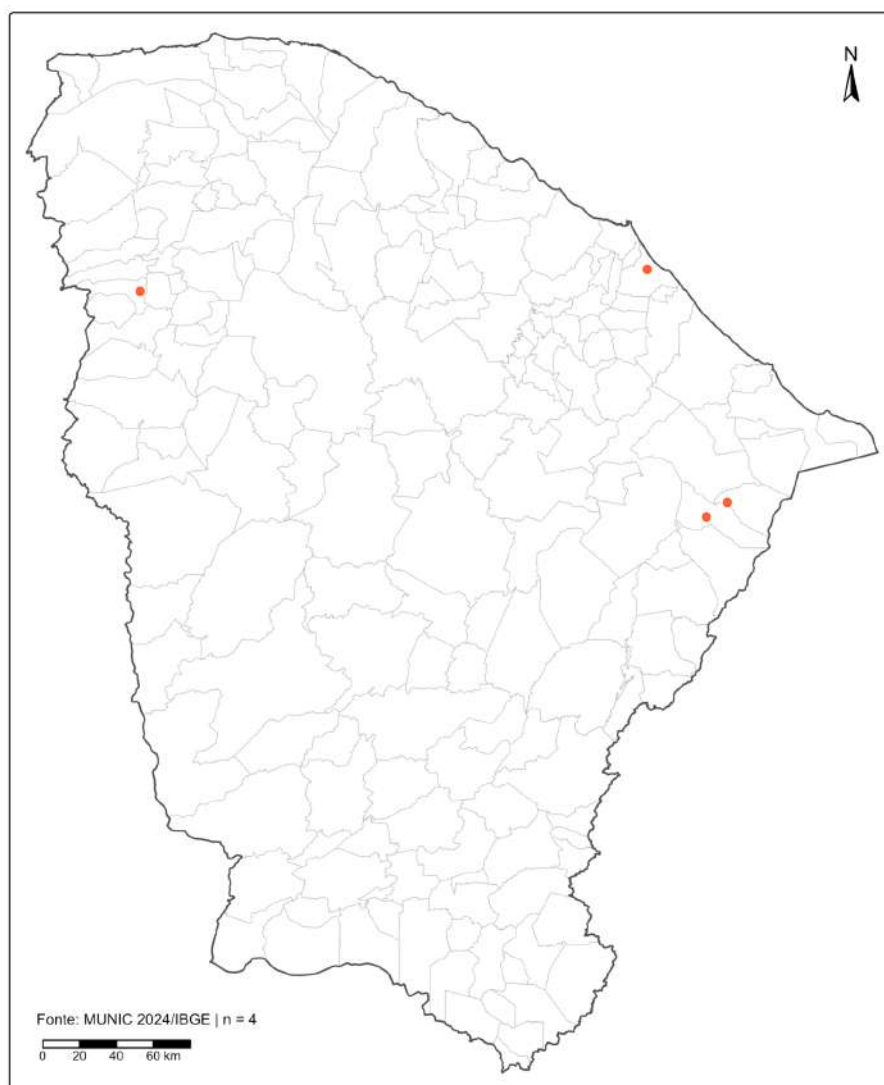
## Minas Gerais — Sacolão Ou Quitanda Pública



## Espírito Santo — Sacolão Ou Quitanda Pública



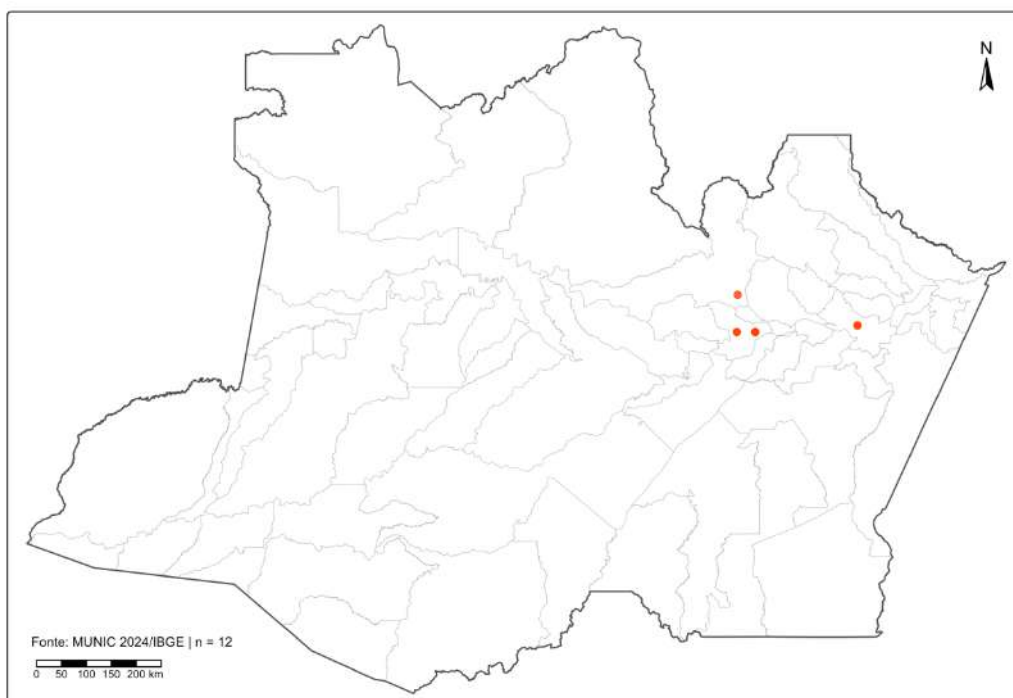
## Ceará — Sacolão Ou Quitanda Pública



## Bahia — Sacolão Ou Quitanda Pública

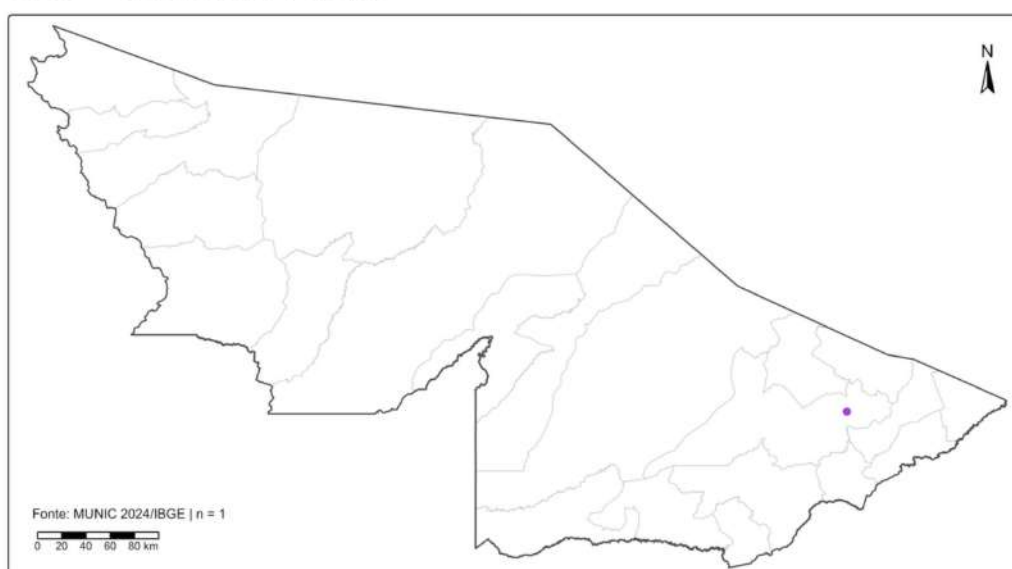


### Amazônas — Sacolão Ou Quitanda Pública



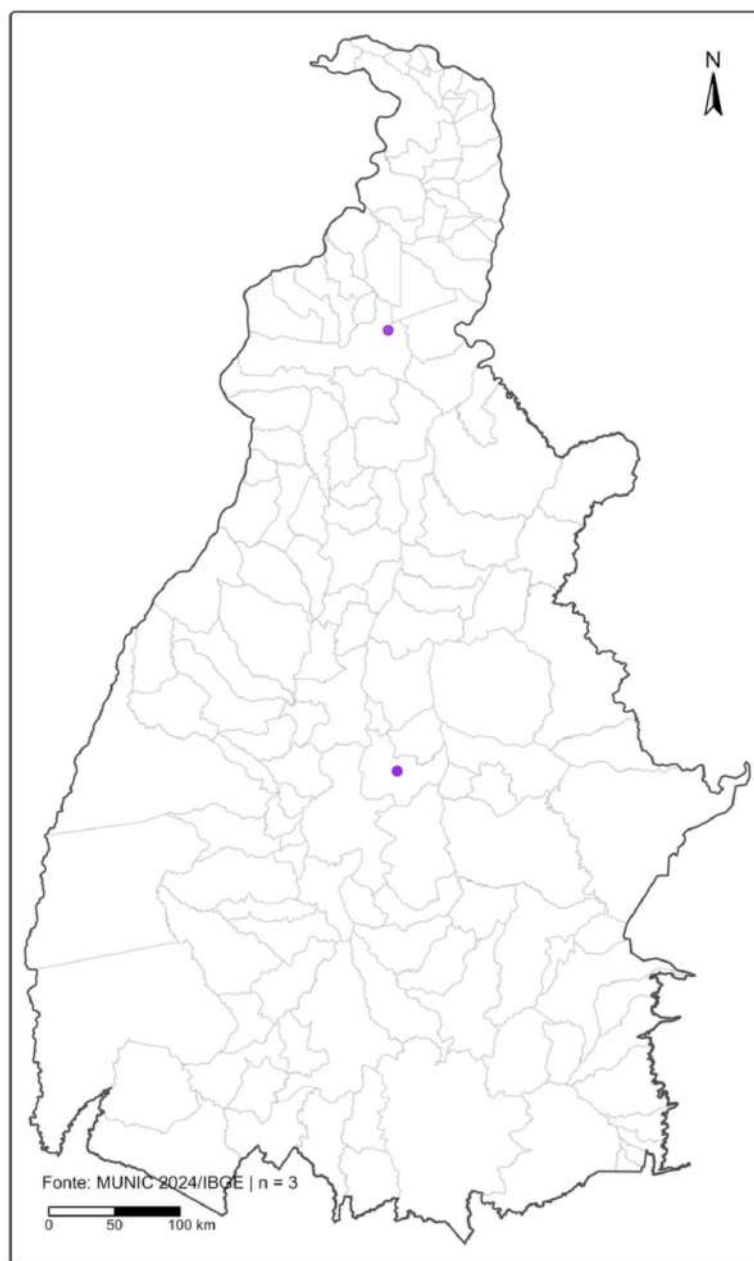
## 4.3 Anexo (Tipos de Equipamentos nos Estados - Restaurante Popular)

Acre — Restaurante Popular

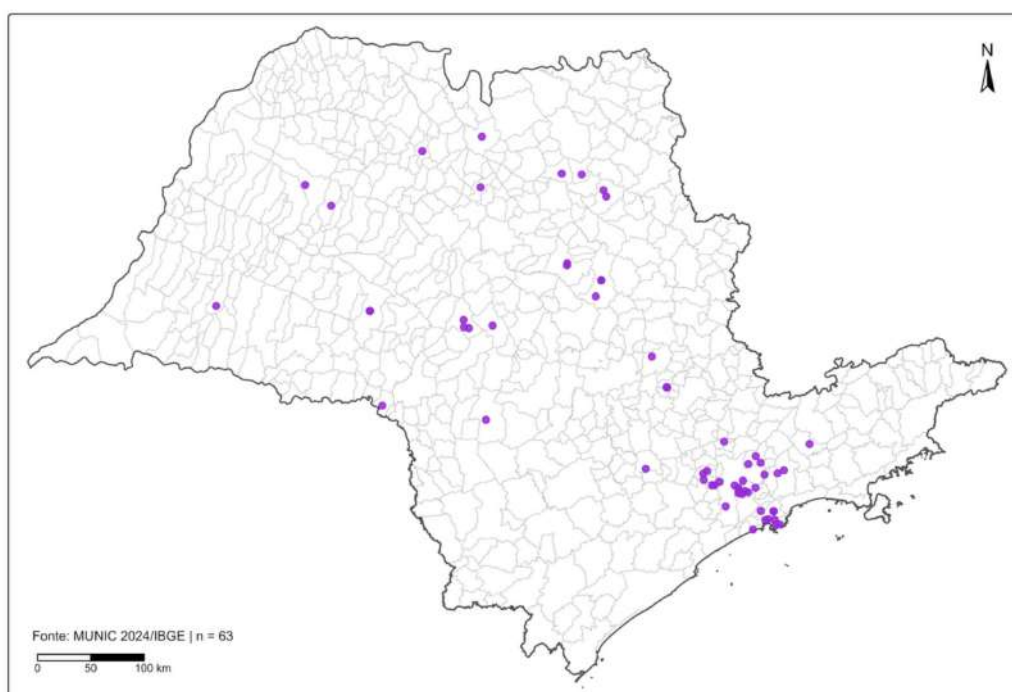




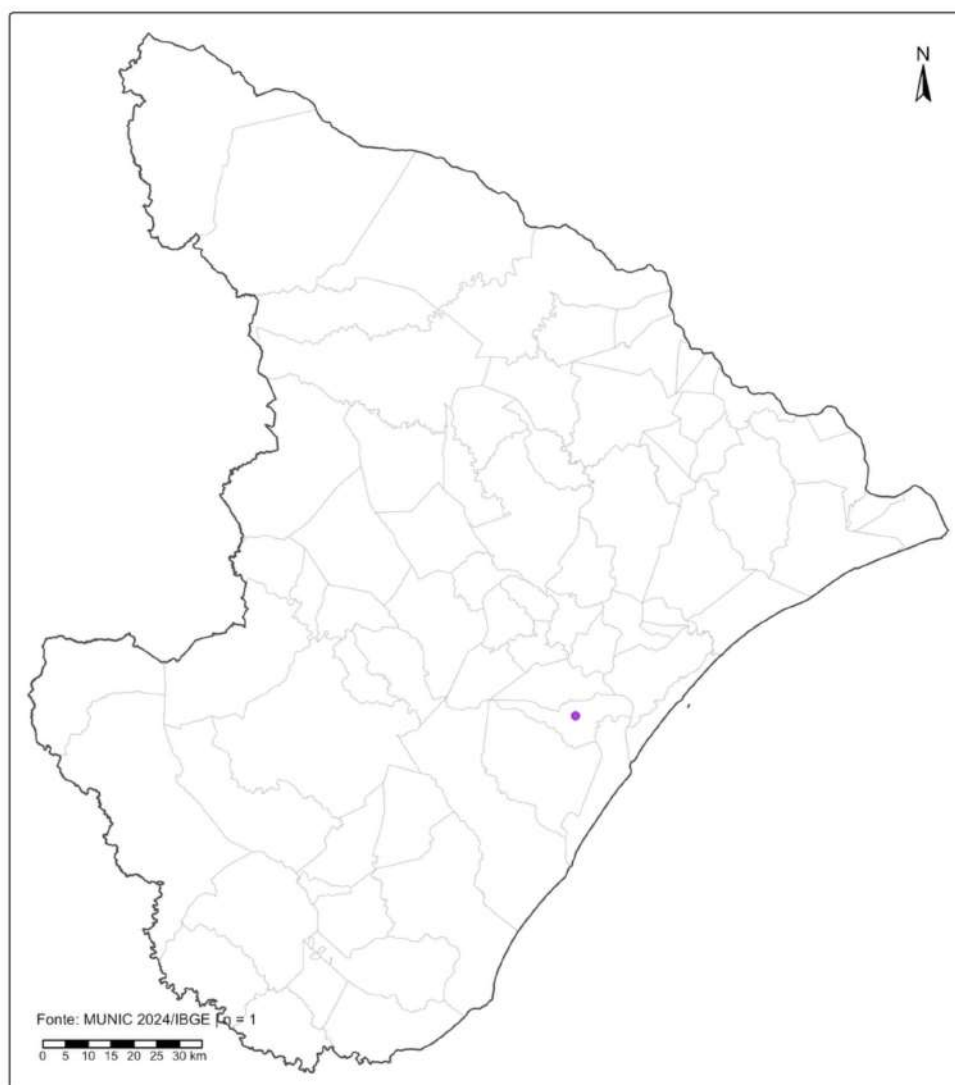
## Tocantins — Restaurante Popular



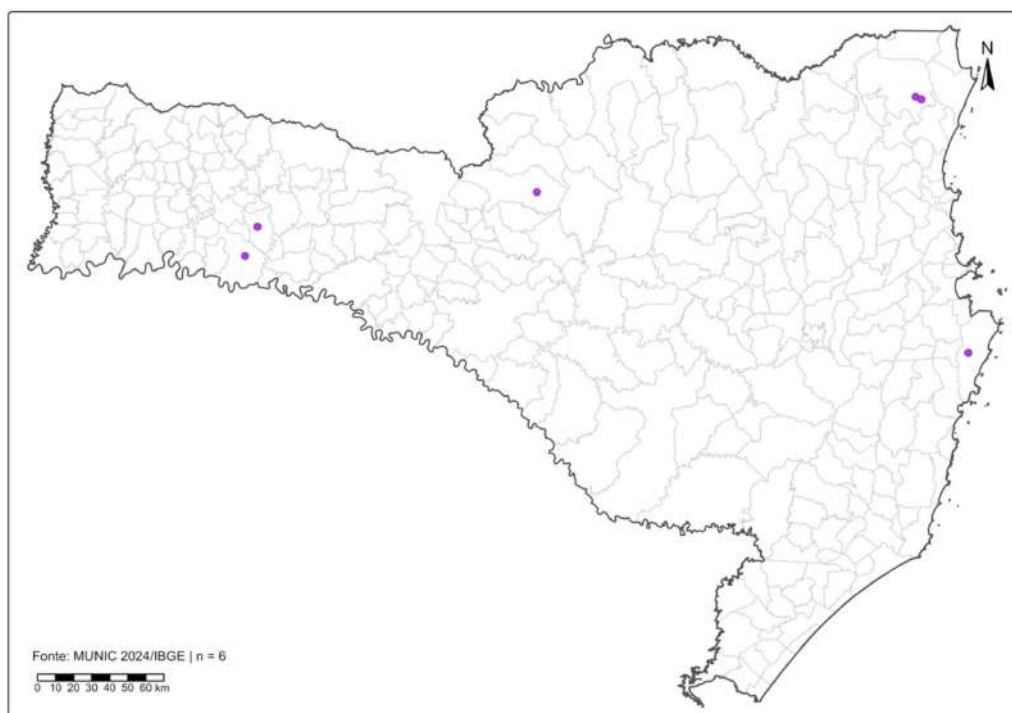
## São Paulo — Restaurante Popular



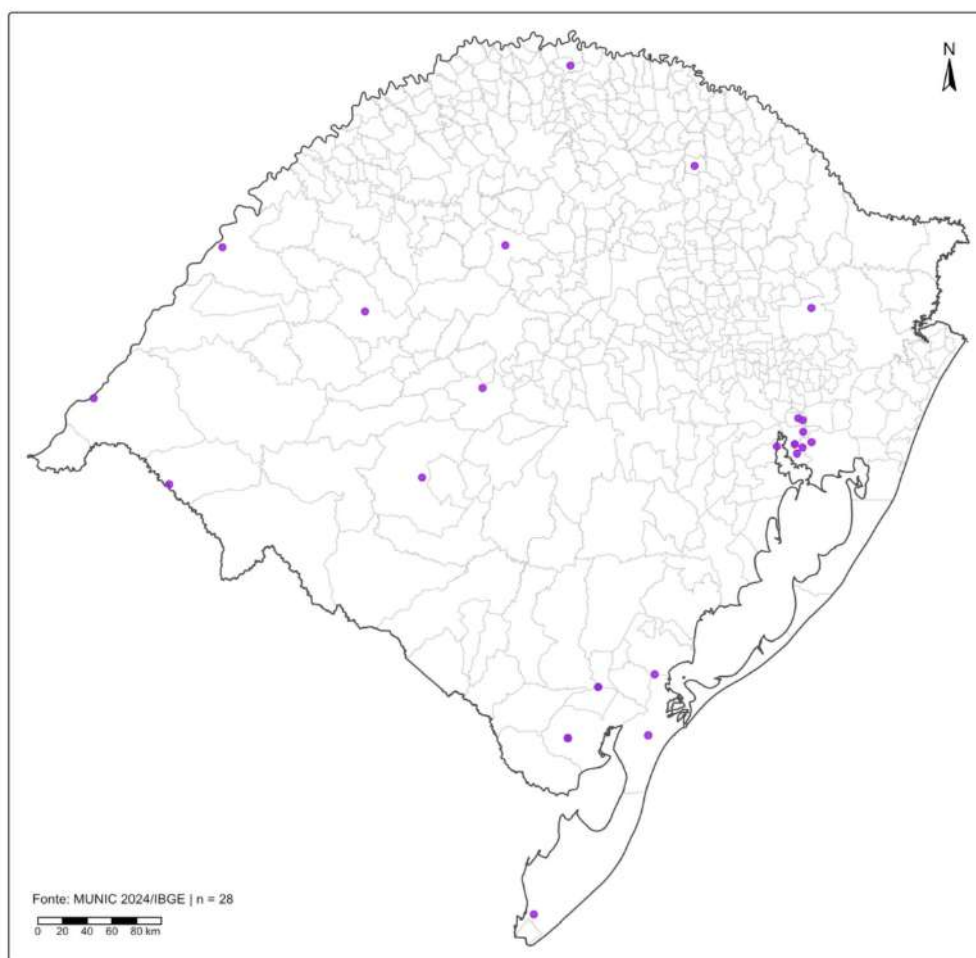
## Sergipe — Restaurante Popular



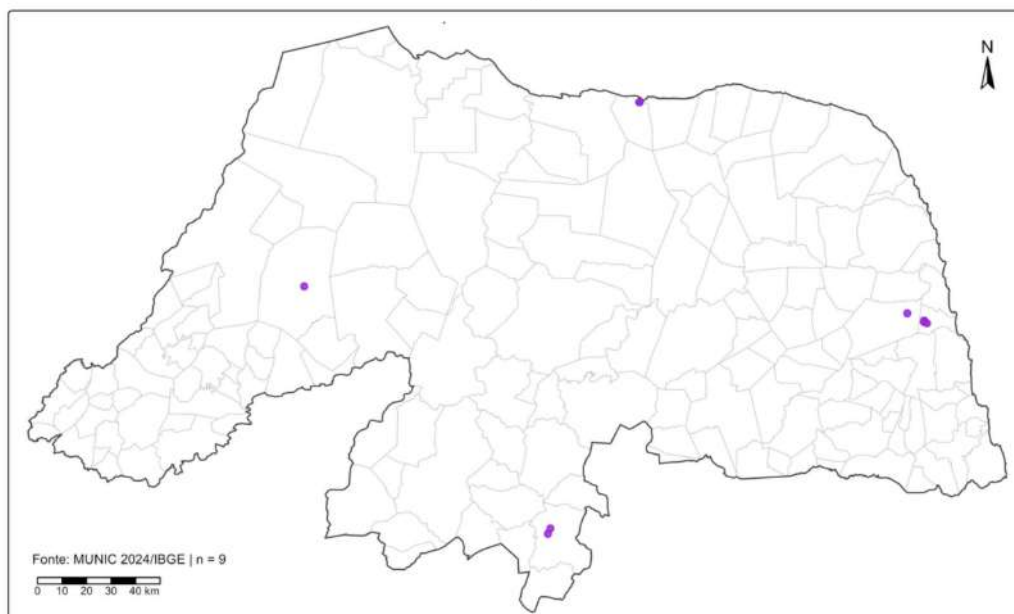
## Santa Catarina — Restaurante Popular



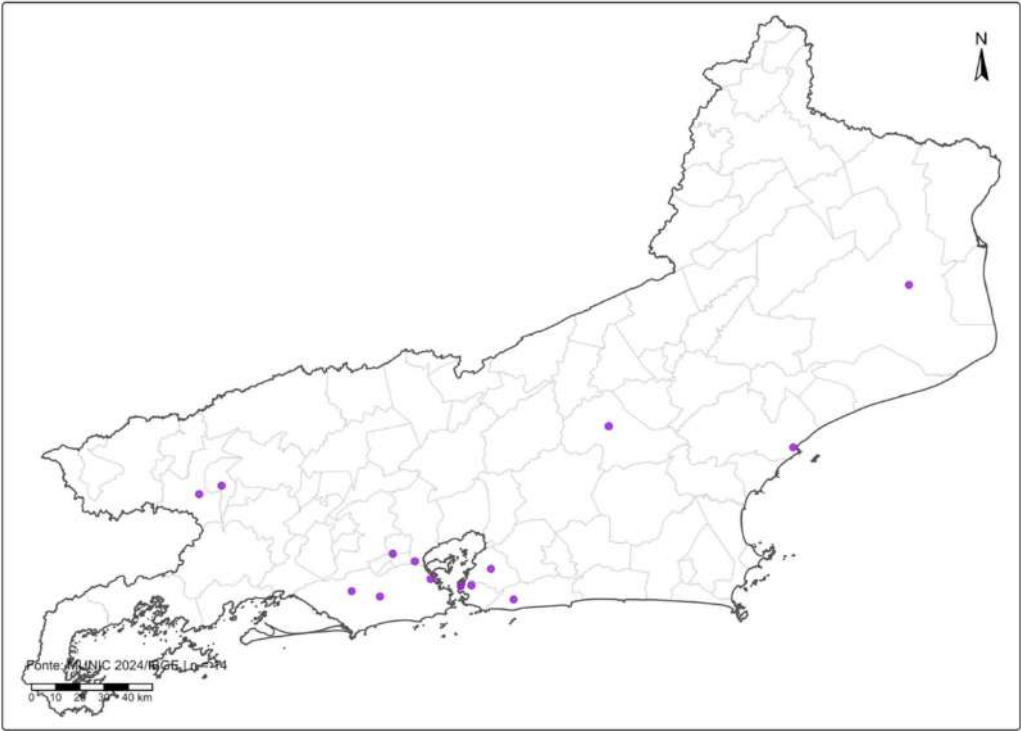
## Rio Grande Do Sul — Restaurante Popular



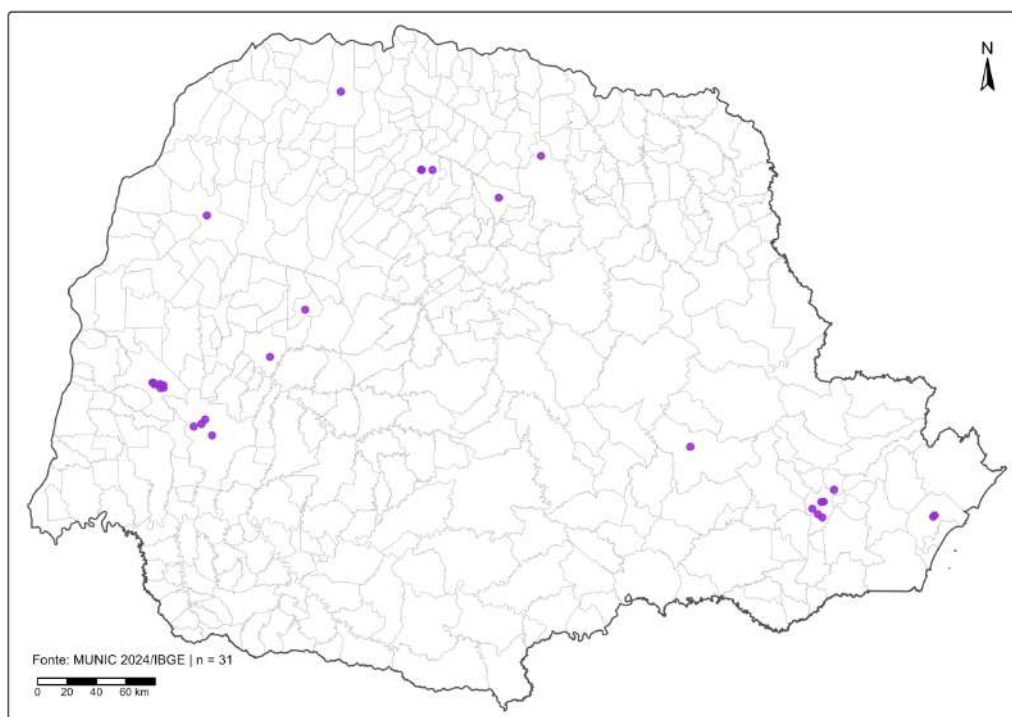
## Rio Grande Do Norte — Restaurante Popular



Rio De Janeiro — Restaurante Popular

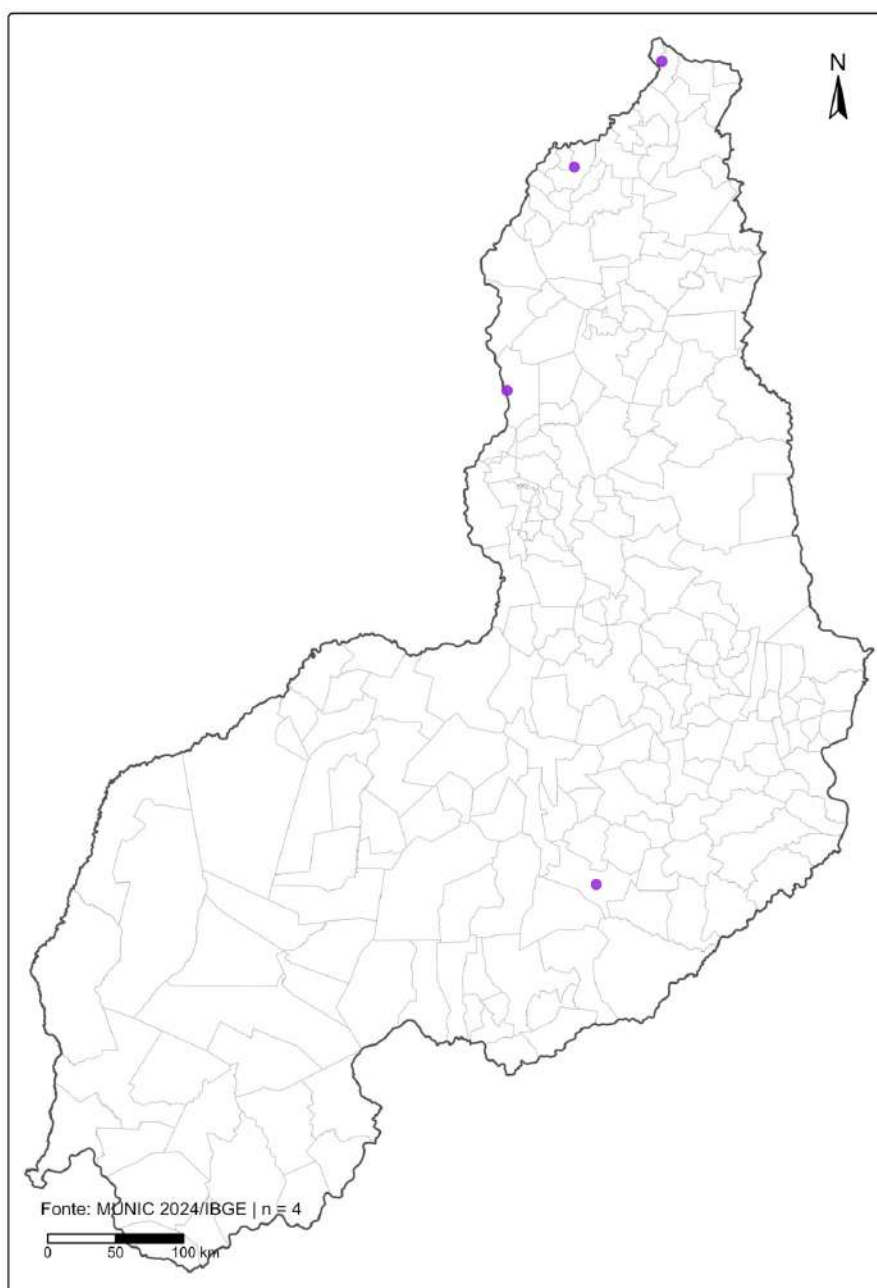


## Paraná — Restaurante Popular

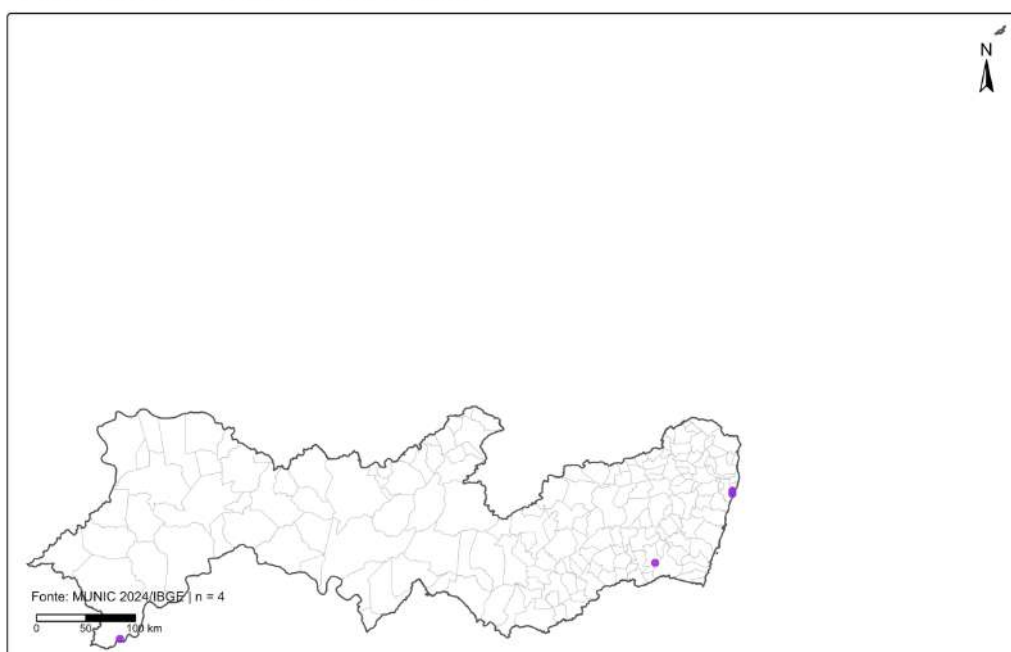




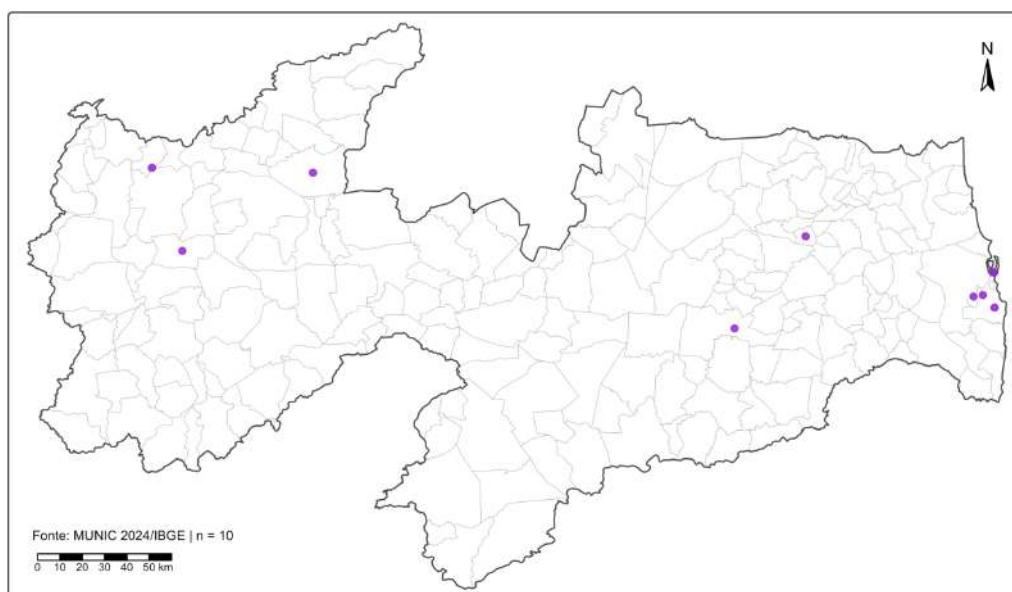
## Piauí — Restaurante Popular



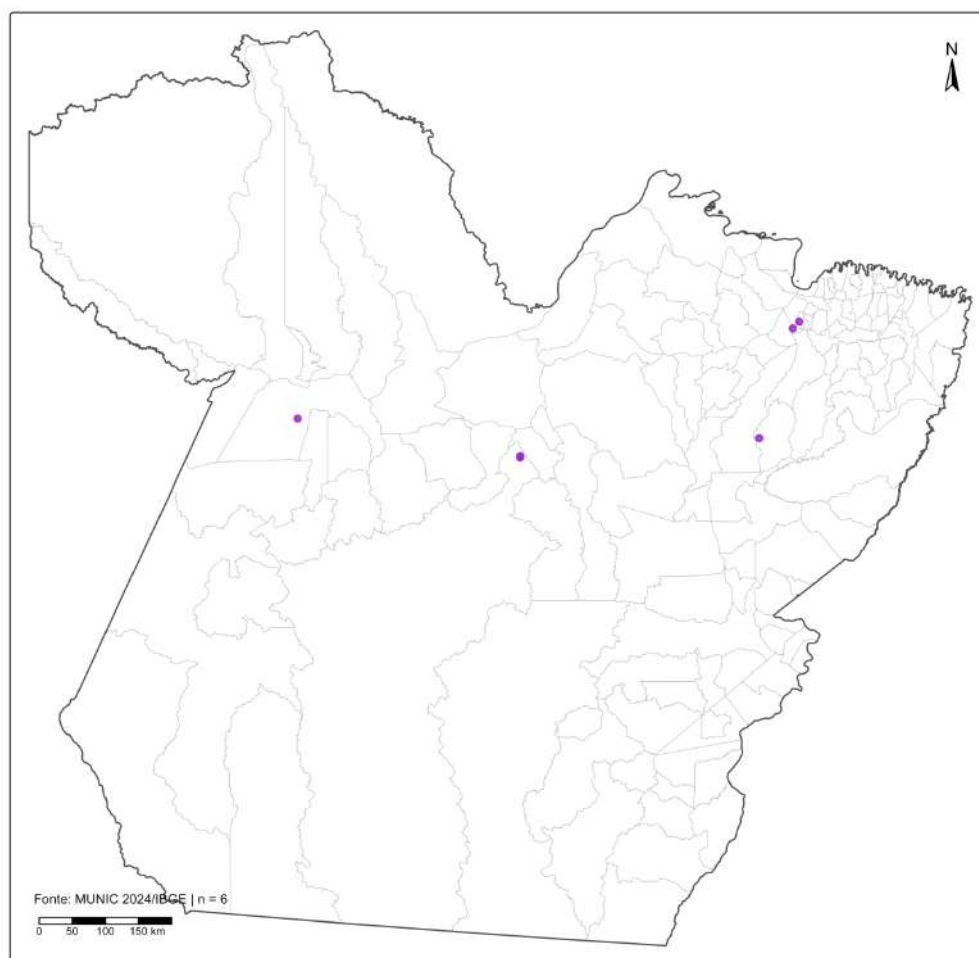
## Pernambuco — Restaurante Popular



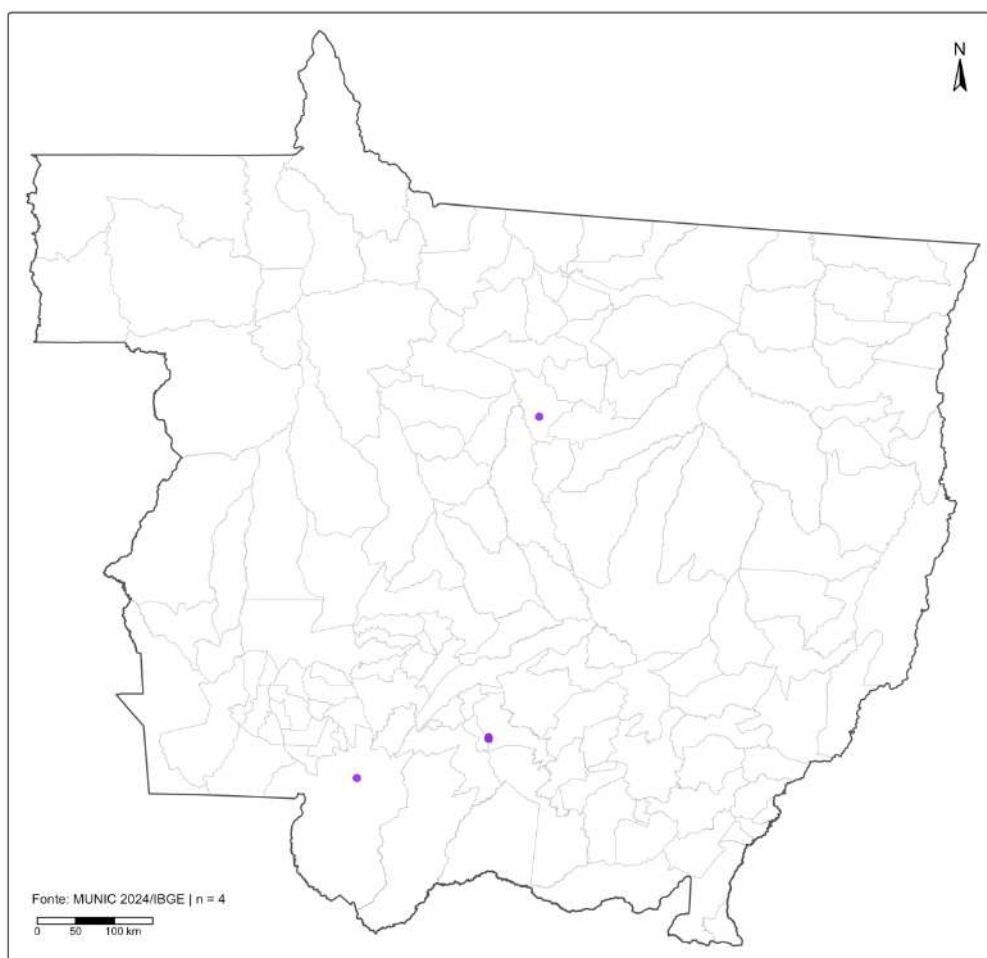
### Paraíba — Restaurante Popular



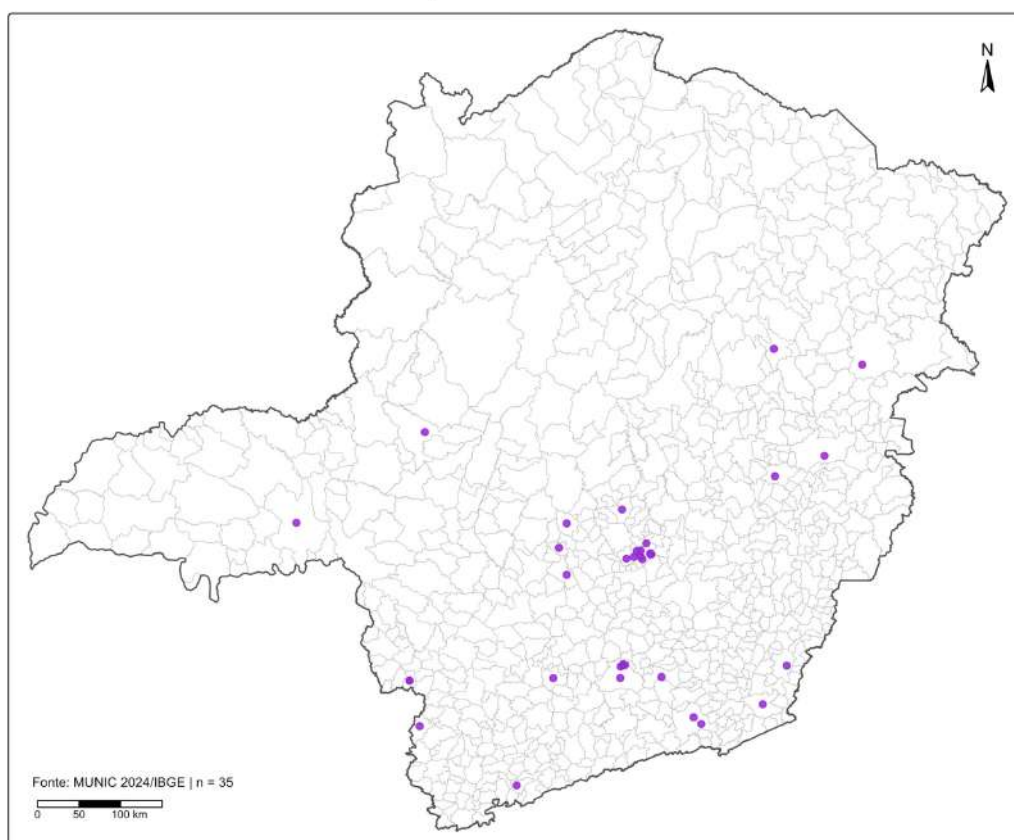
## Pará — Restaurante Popular



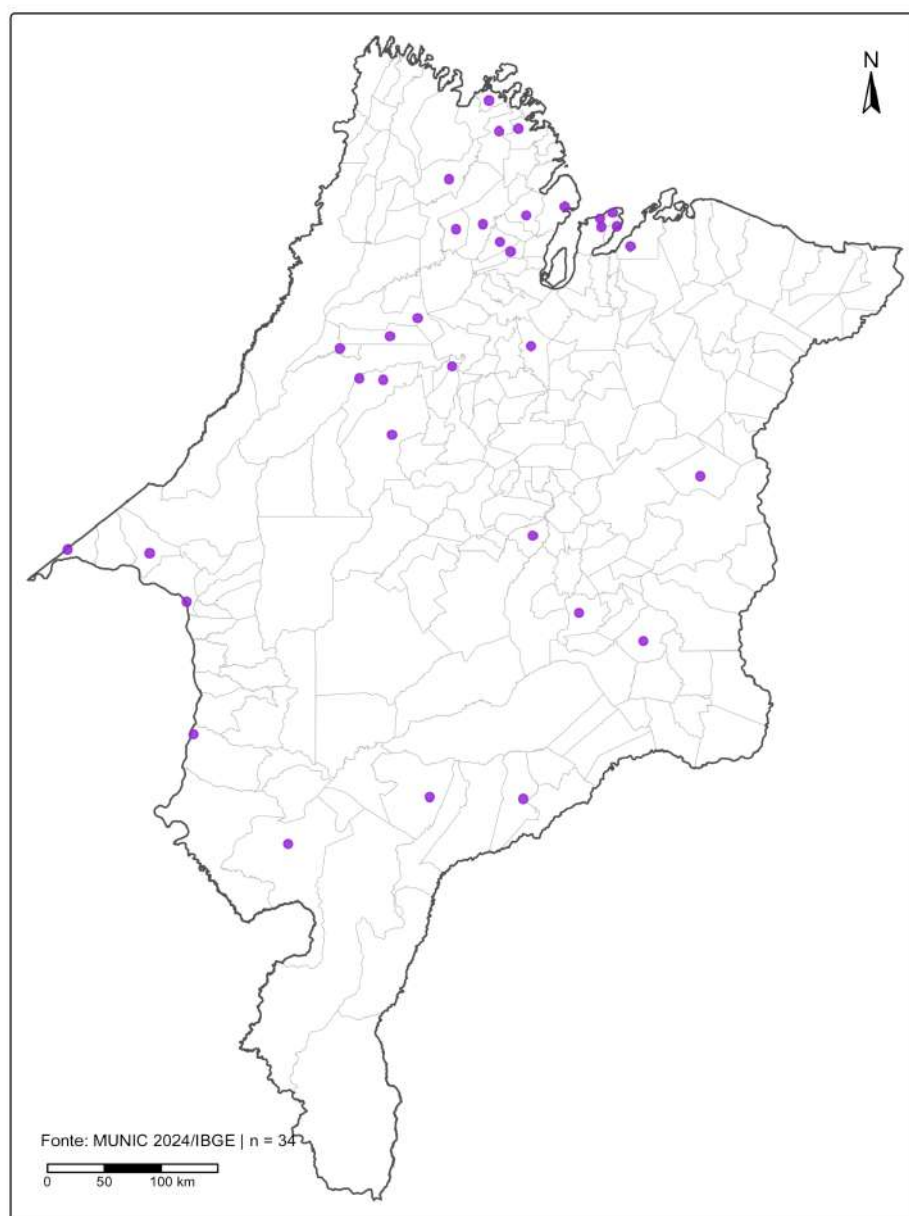
## Mato Grosso — Restaurante Popular



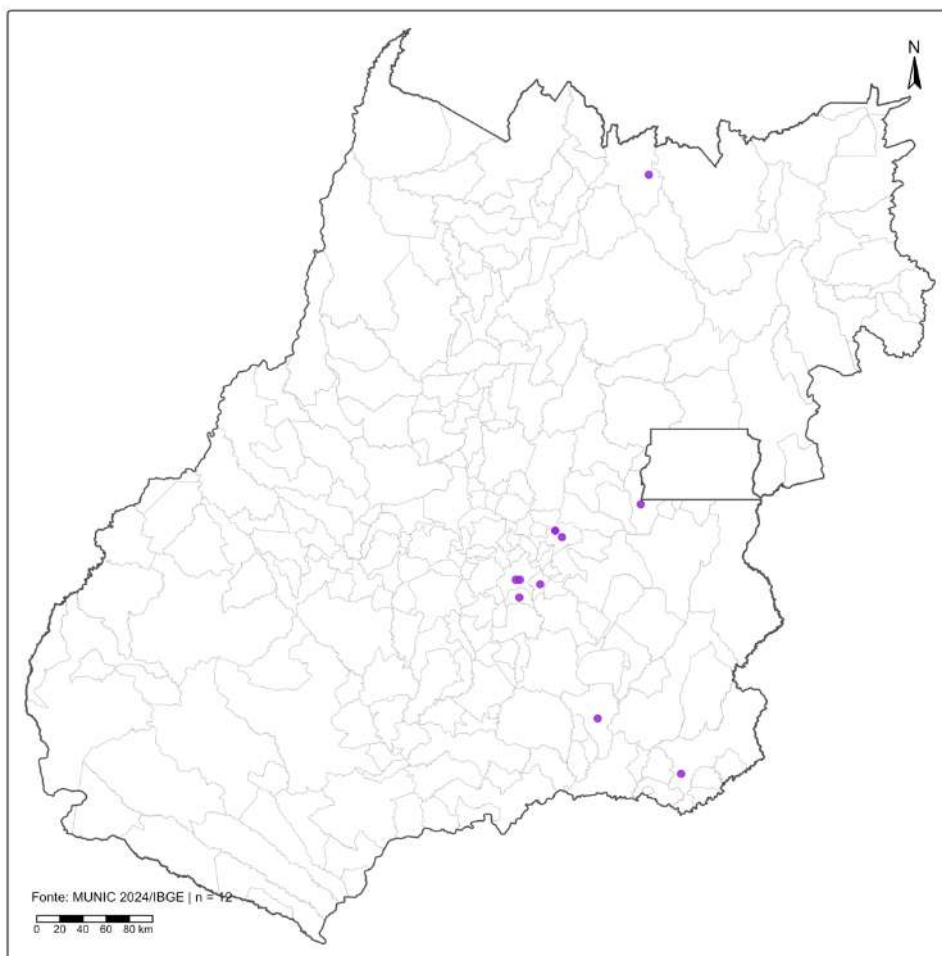
## Minas Gerais — Restaurante Popular



## Maranhão — Restaurante Popular



## Goiás — Restaurante Popular

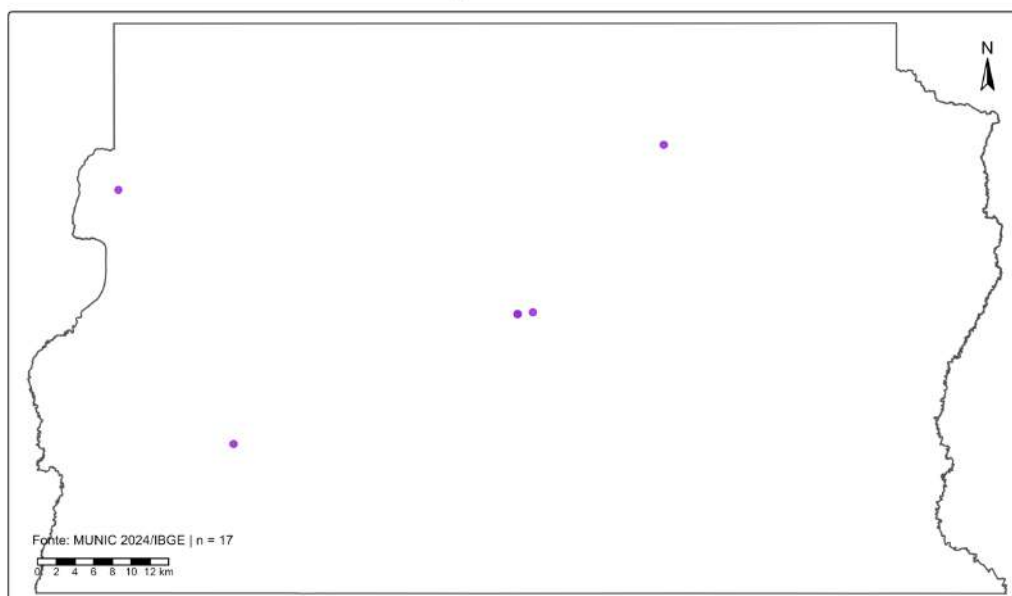




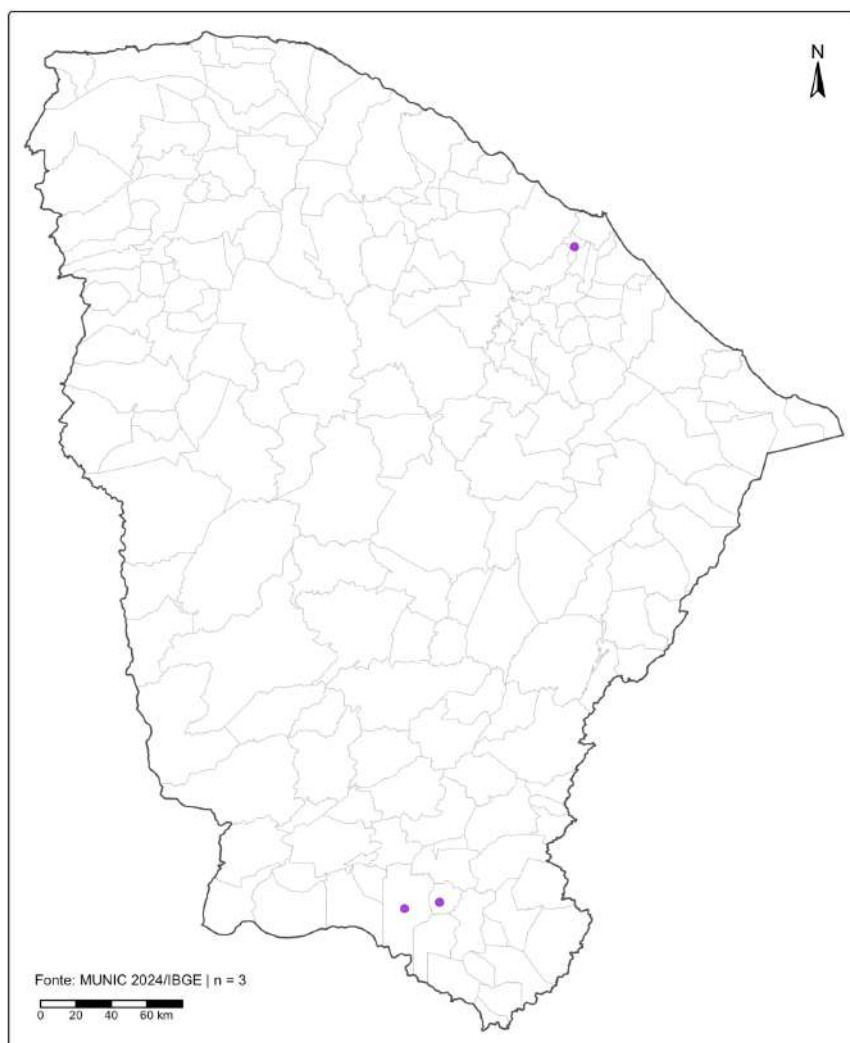
### Espírito Santo — Restaurante Popular



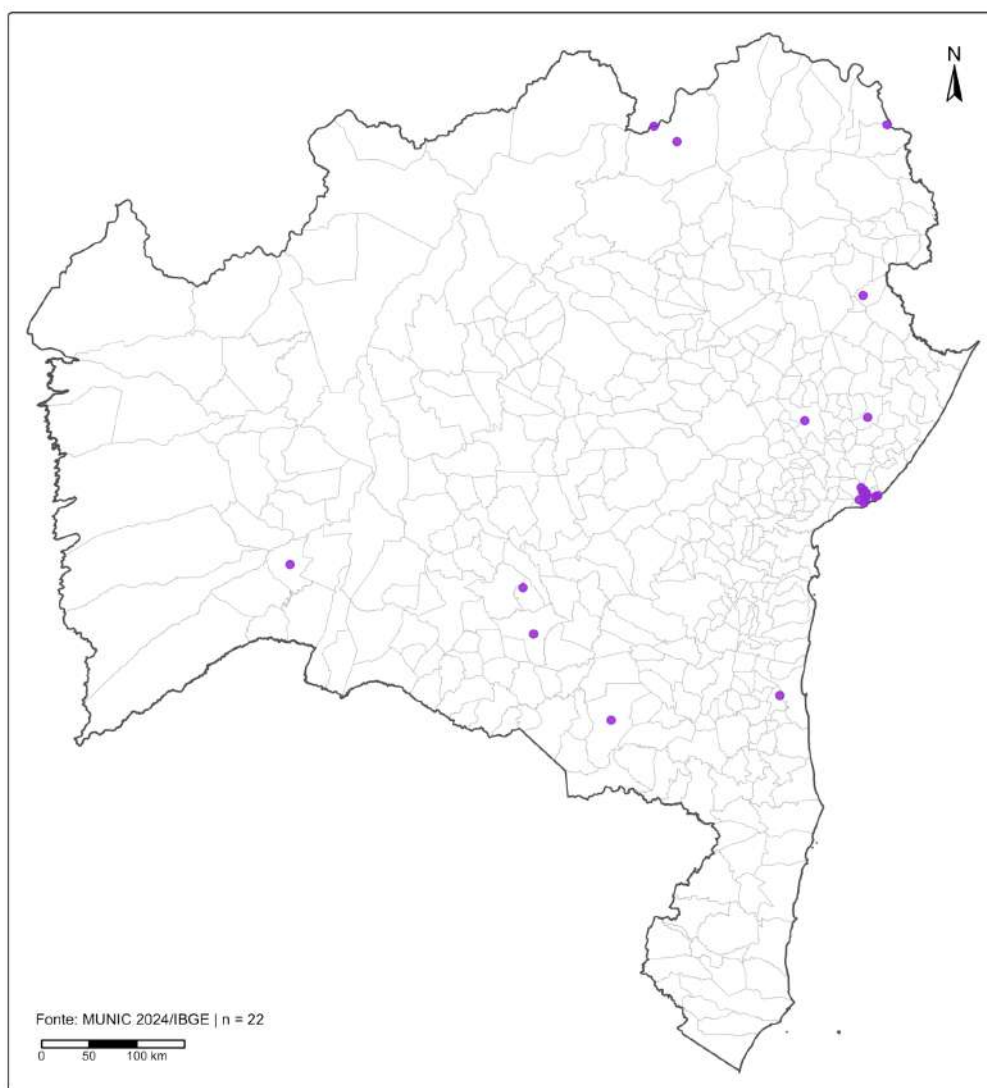
### Distrito Federal — Restaurante Popular



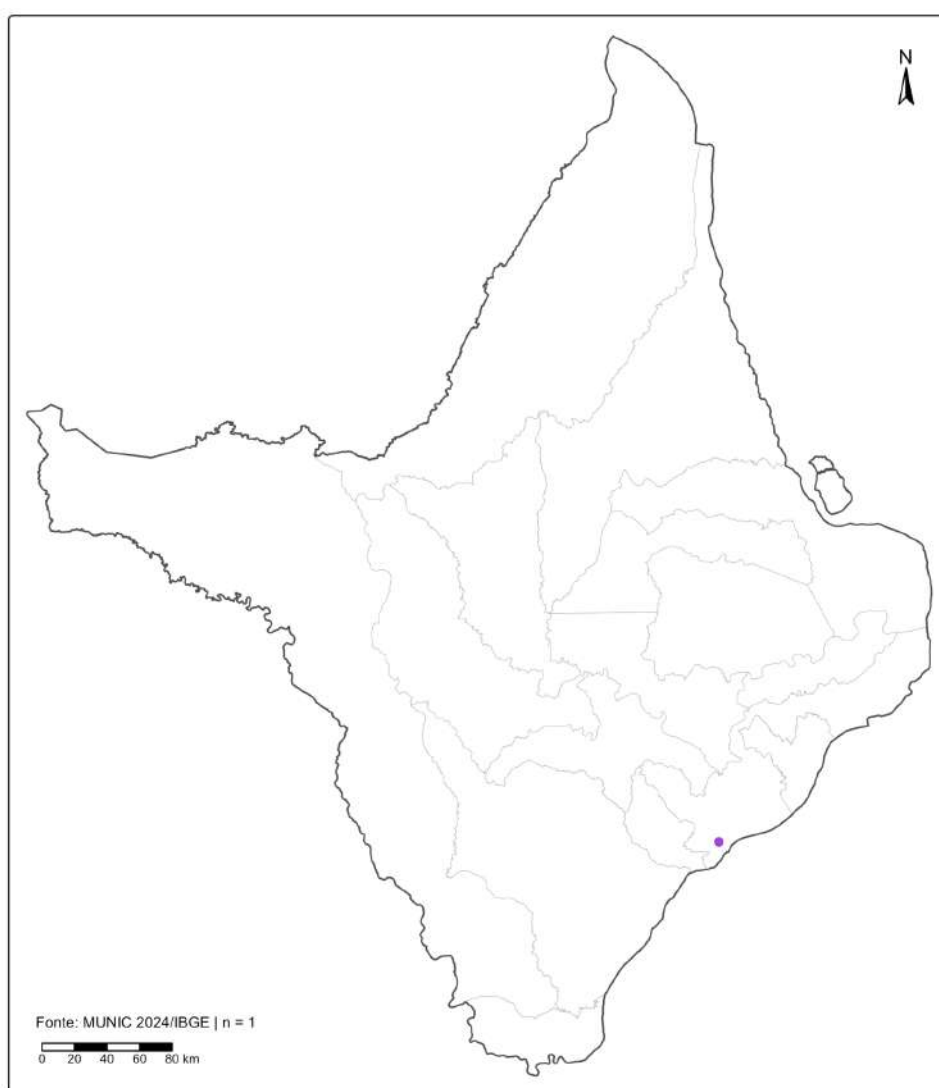
## Ceará — Restaurante Popular



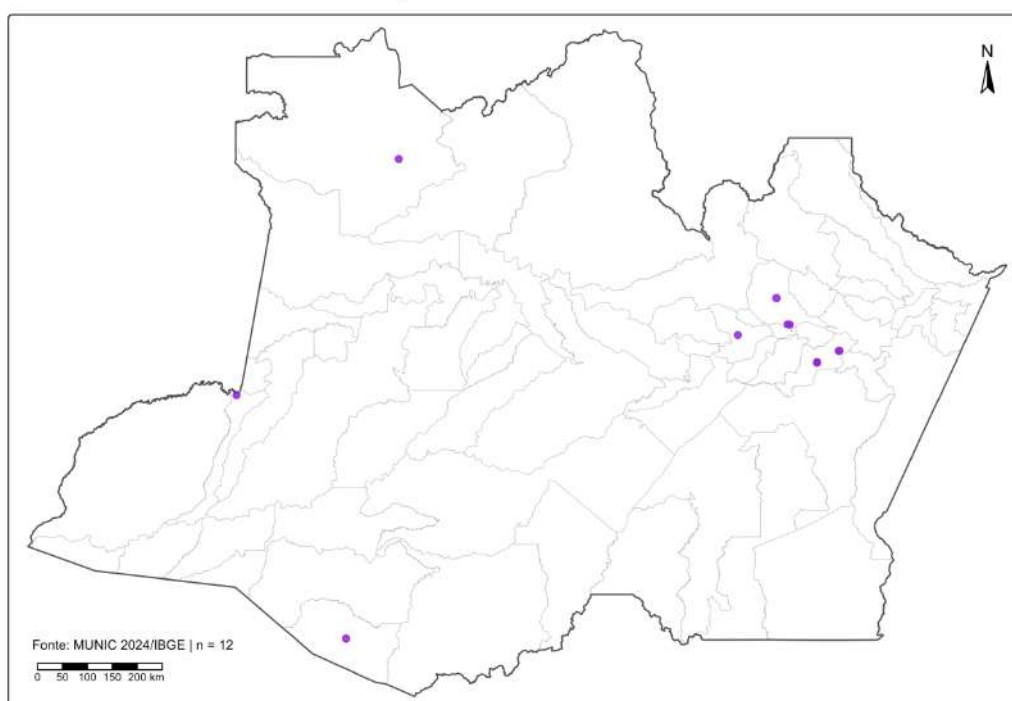
## Bahia — Restaurante Popular



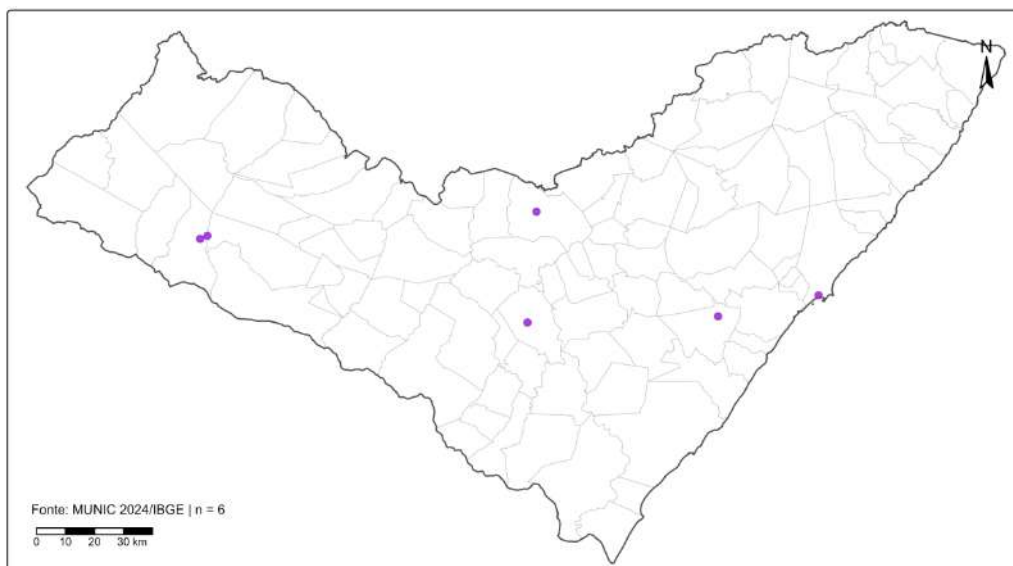
## Amapá — Restaurante Popular



## Amazônas — Restaurante Popular

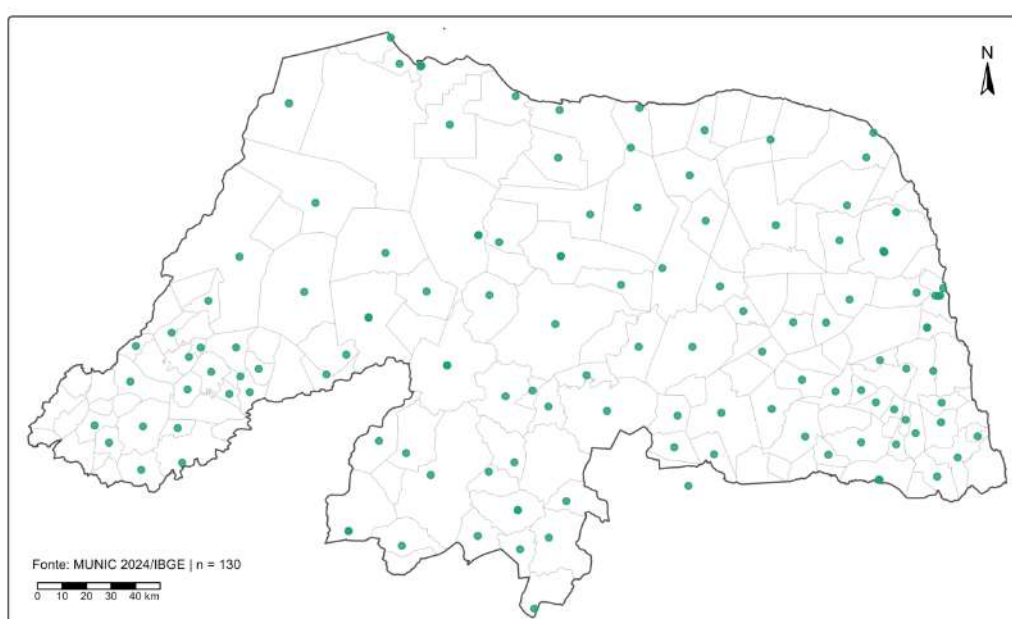


### Alagoas — Restaurante Popular



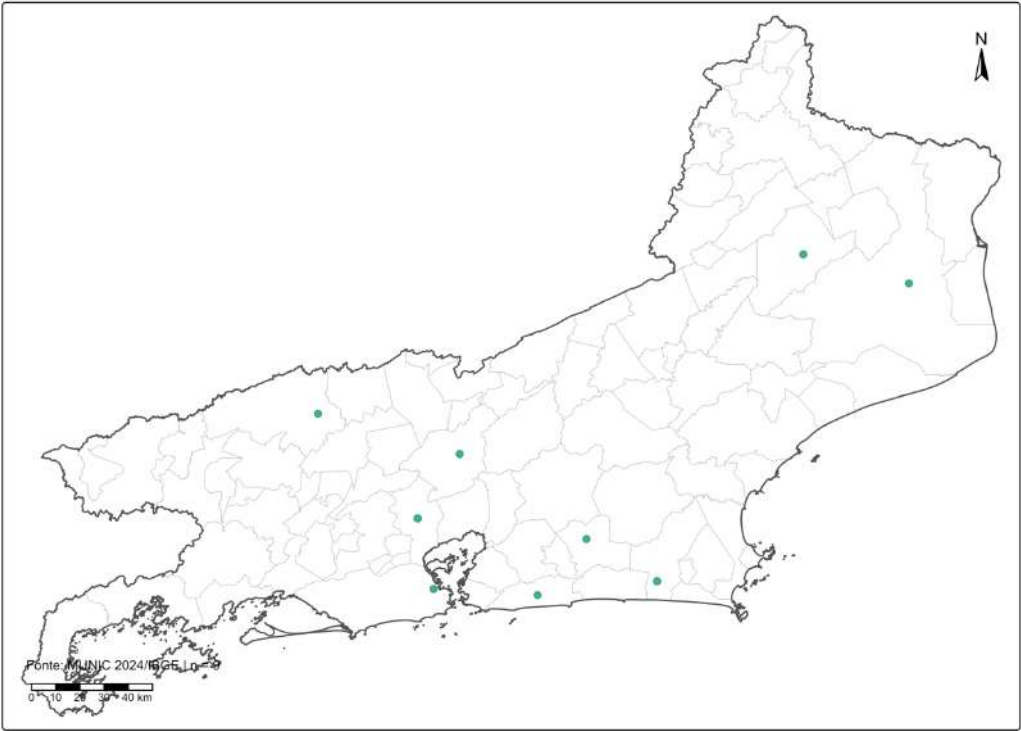
## 4.4 Anexo (Tipos de Equipamentos nos Estados - Mercado Público)

Rio Grande Do Norte — Mercado Público

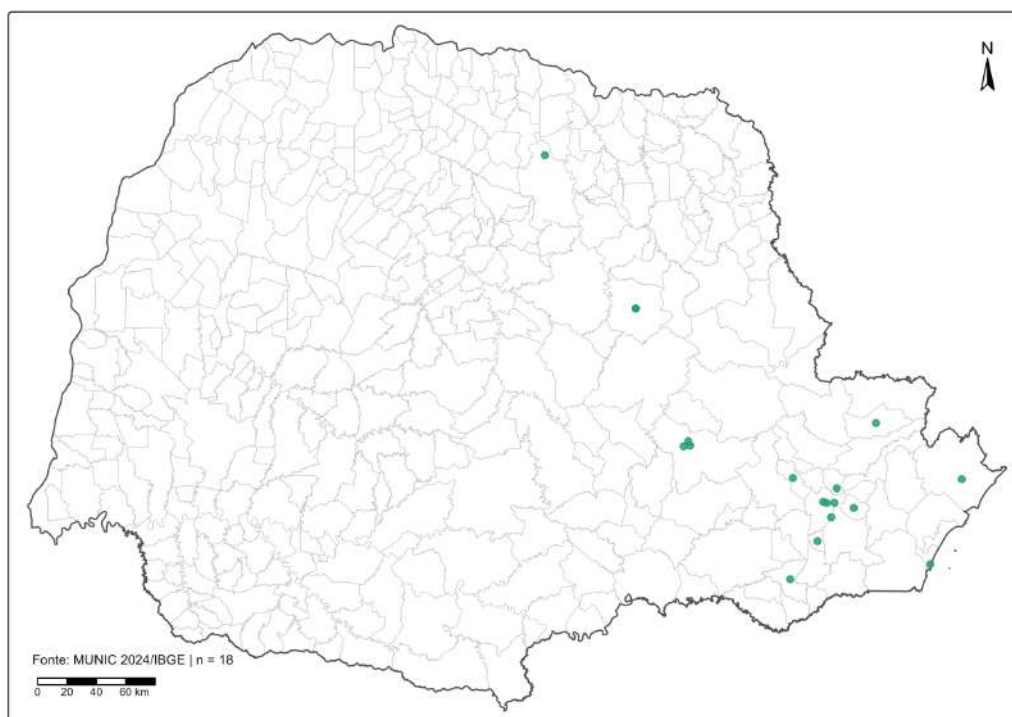




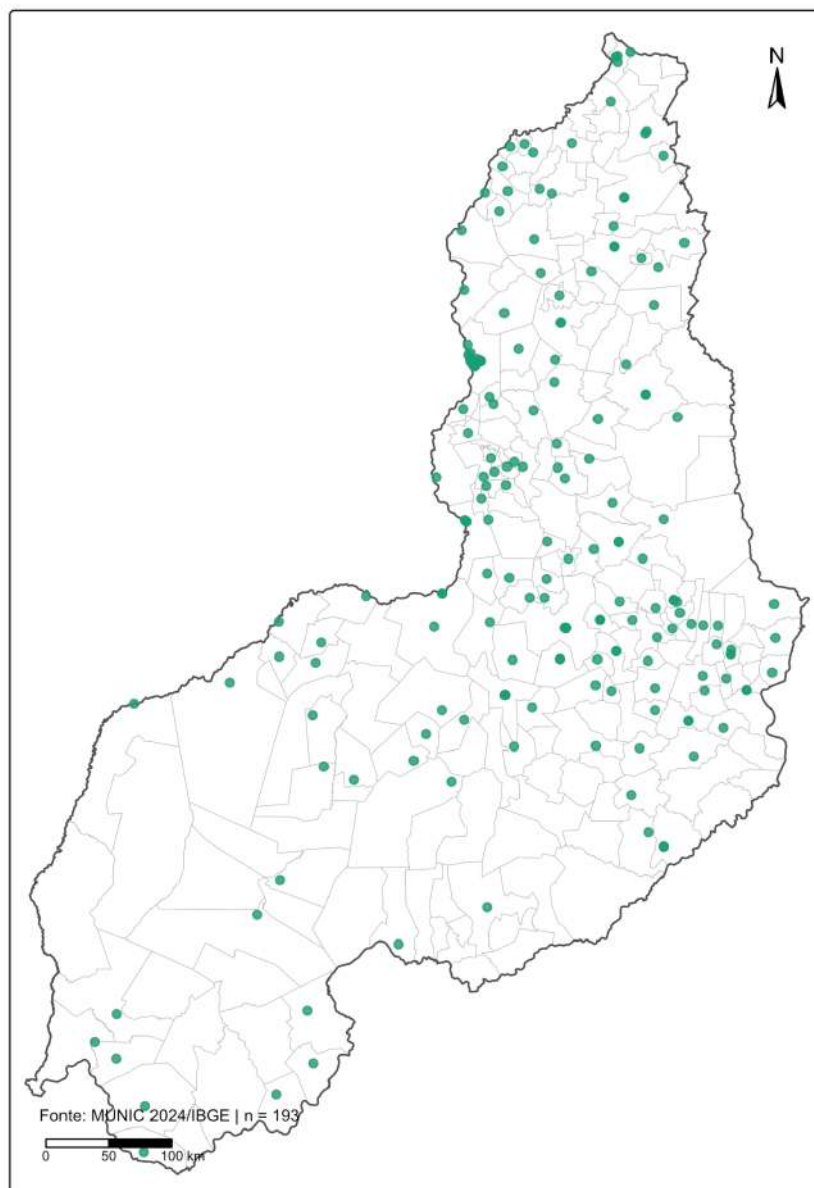
Rio De Janeiro — Mercado Público



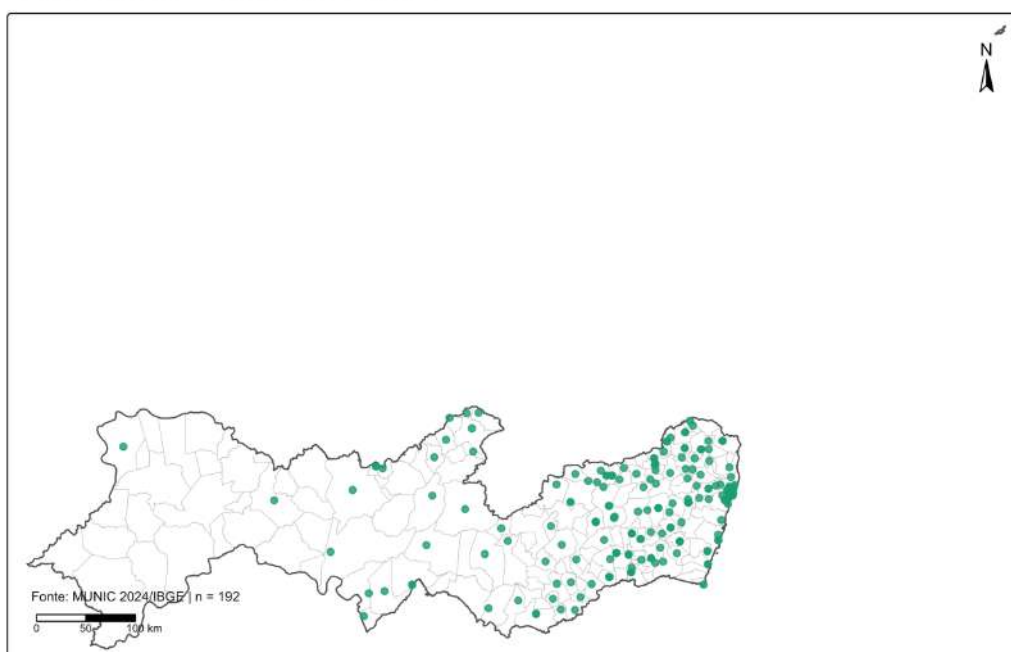
## Paraná — Mercado Público



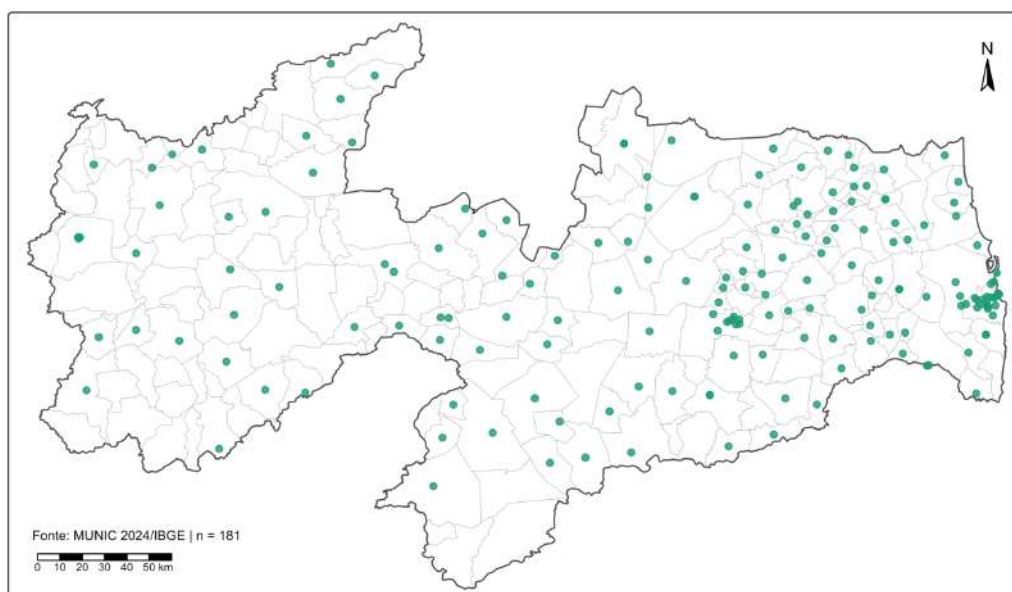
## Piauí — Mercado Público



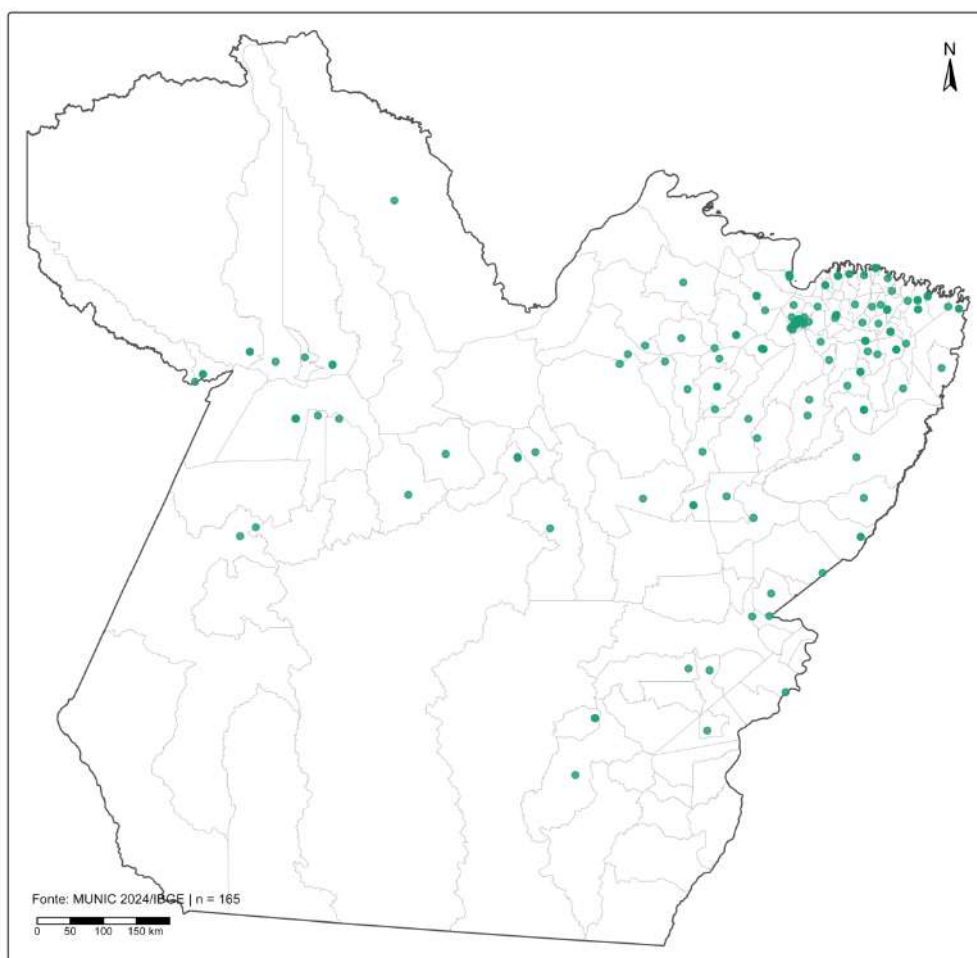
## Pernambuco — Mercado Público



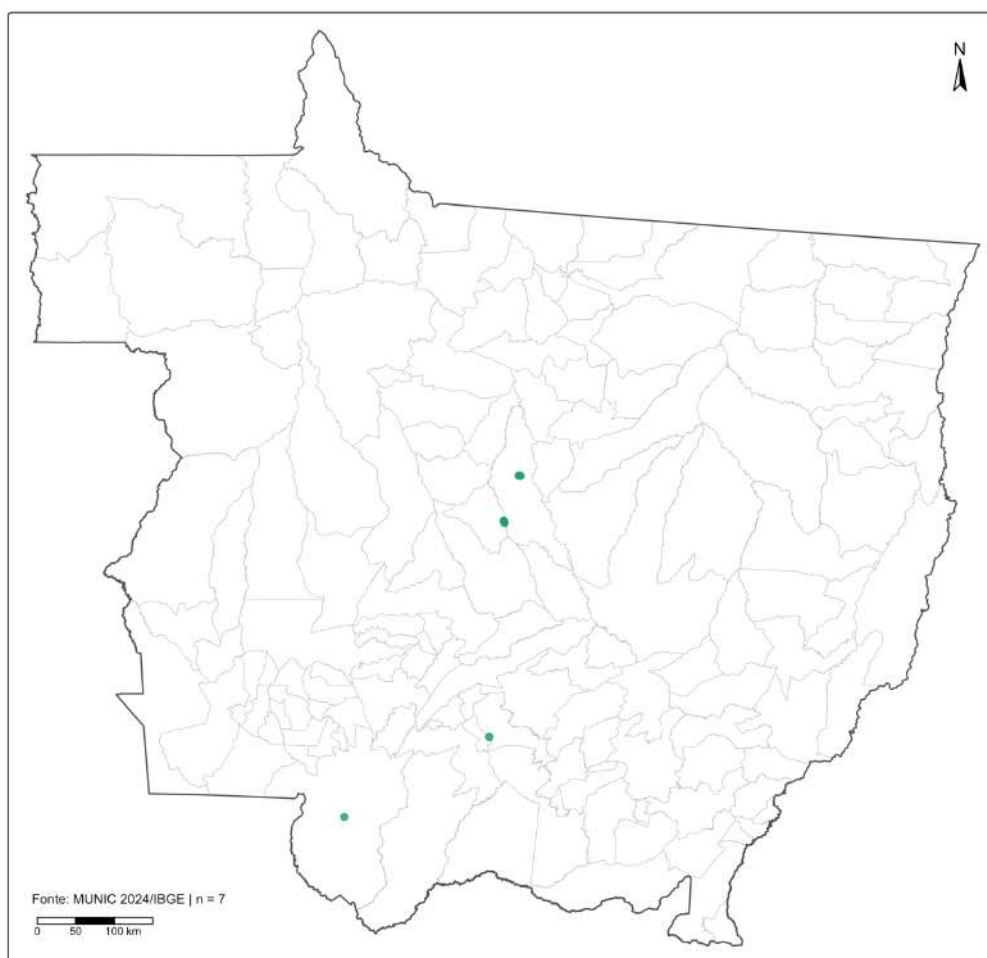
### Paraíba — Mercado Público



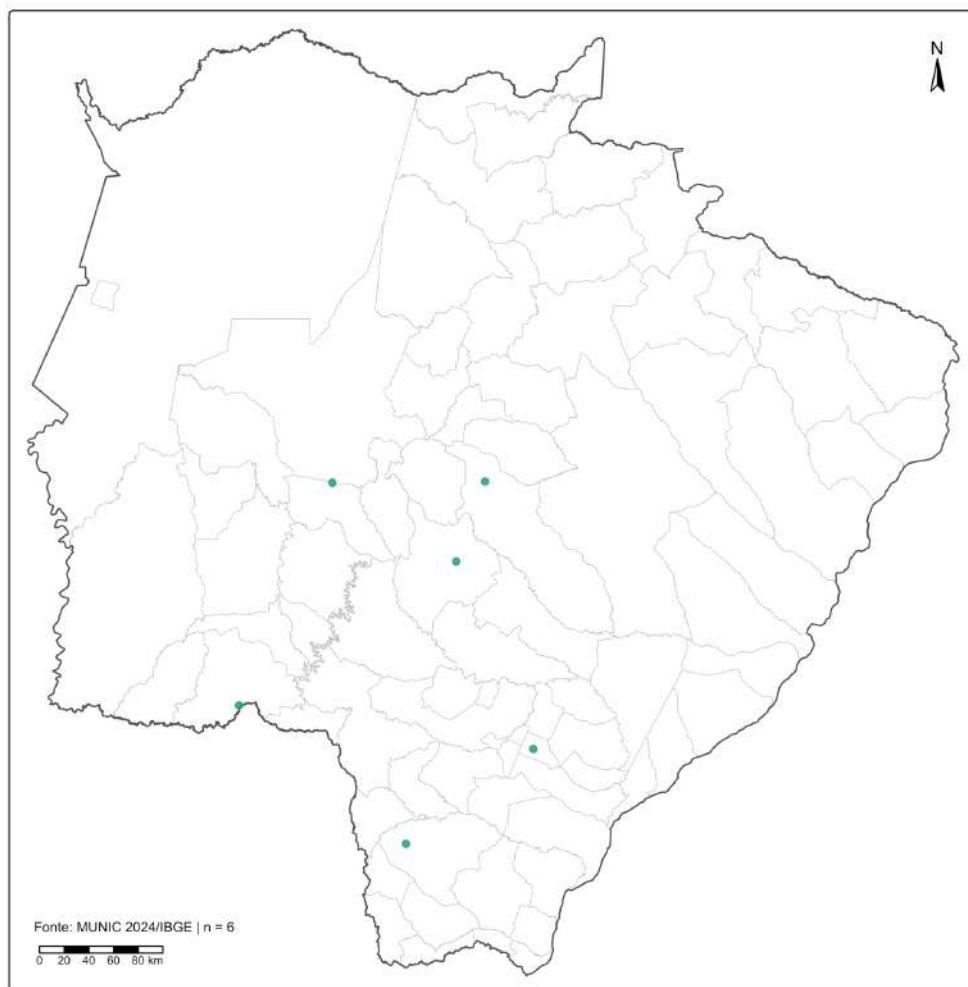
## Pará — Mercado Público



## Mato Grosso — Mercado Público

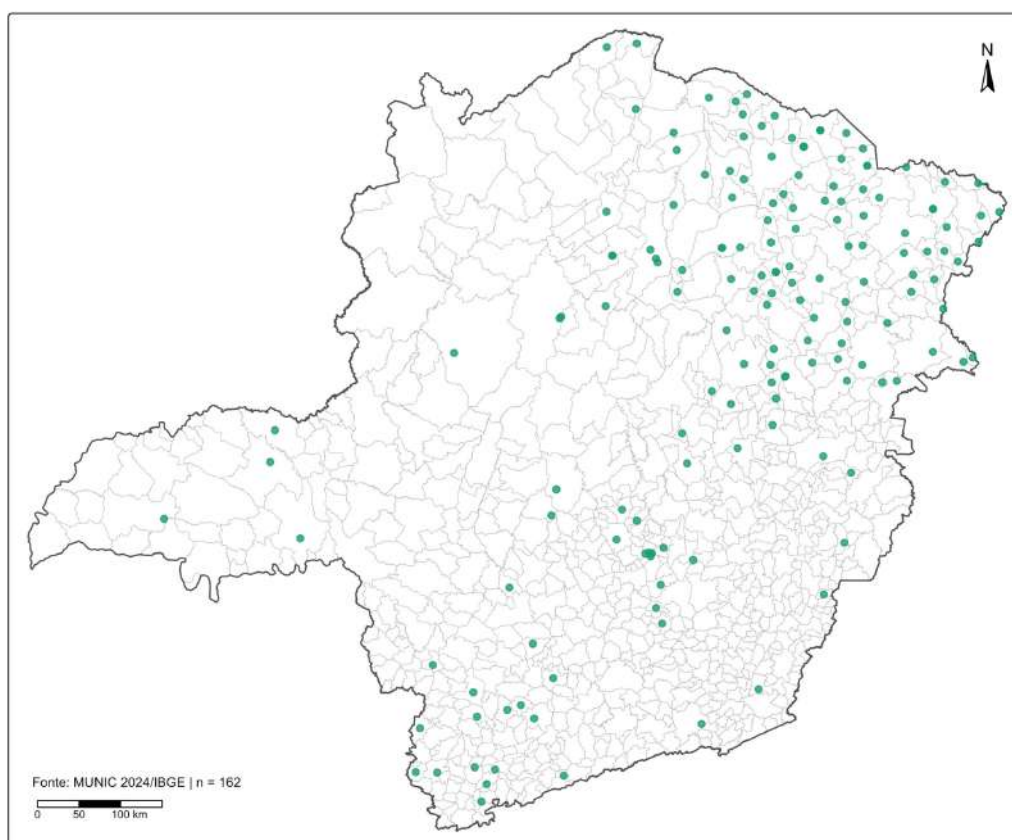


## Mato Grosso Do Sul — Mercado Público

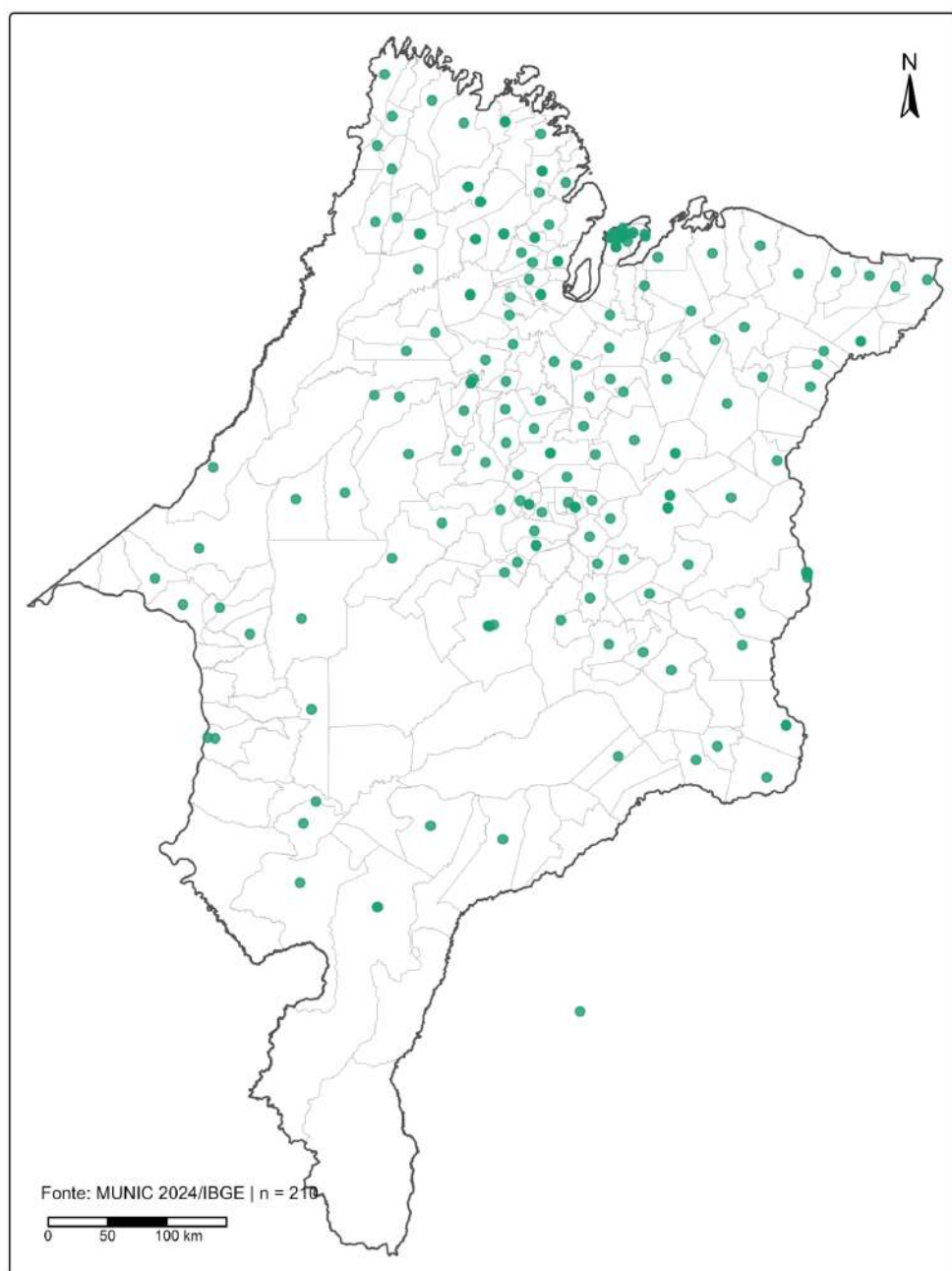




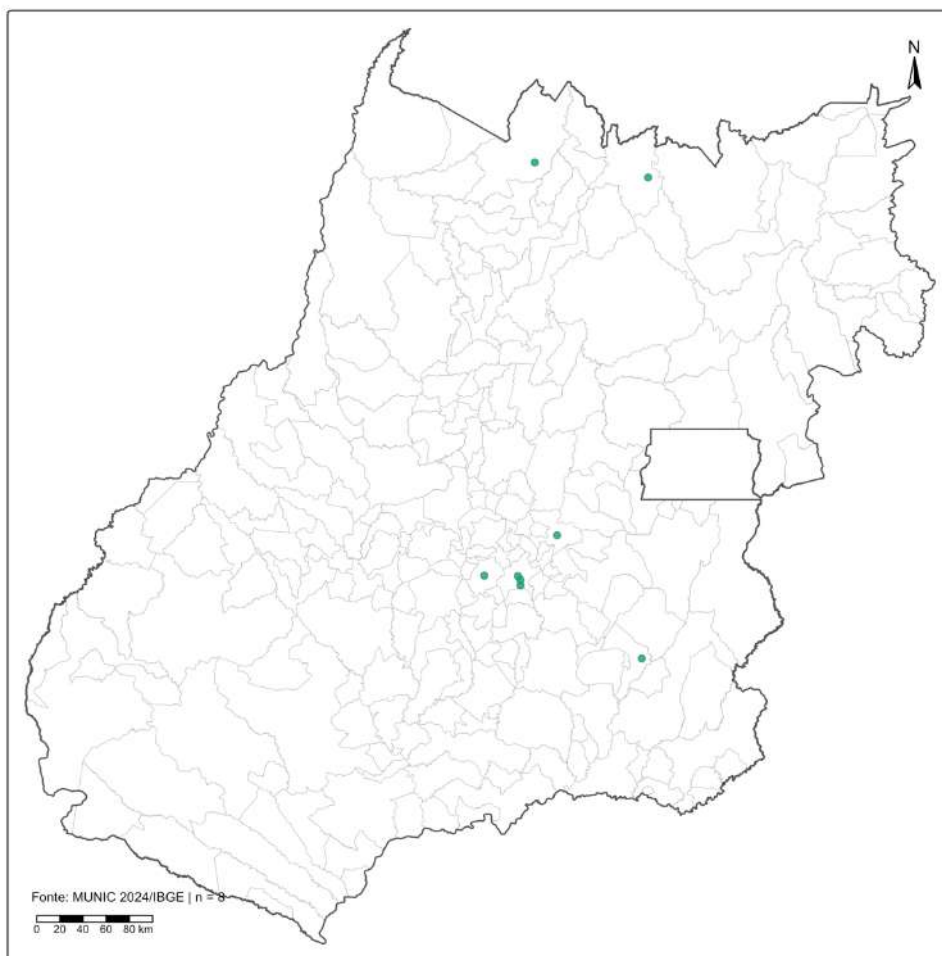
## Minas Gerais — Mercado Público



## Maranhão — Mercado Público



## Goiás — Mercado Público



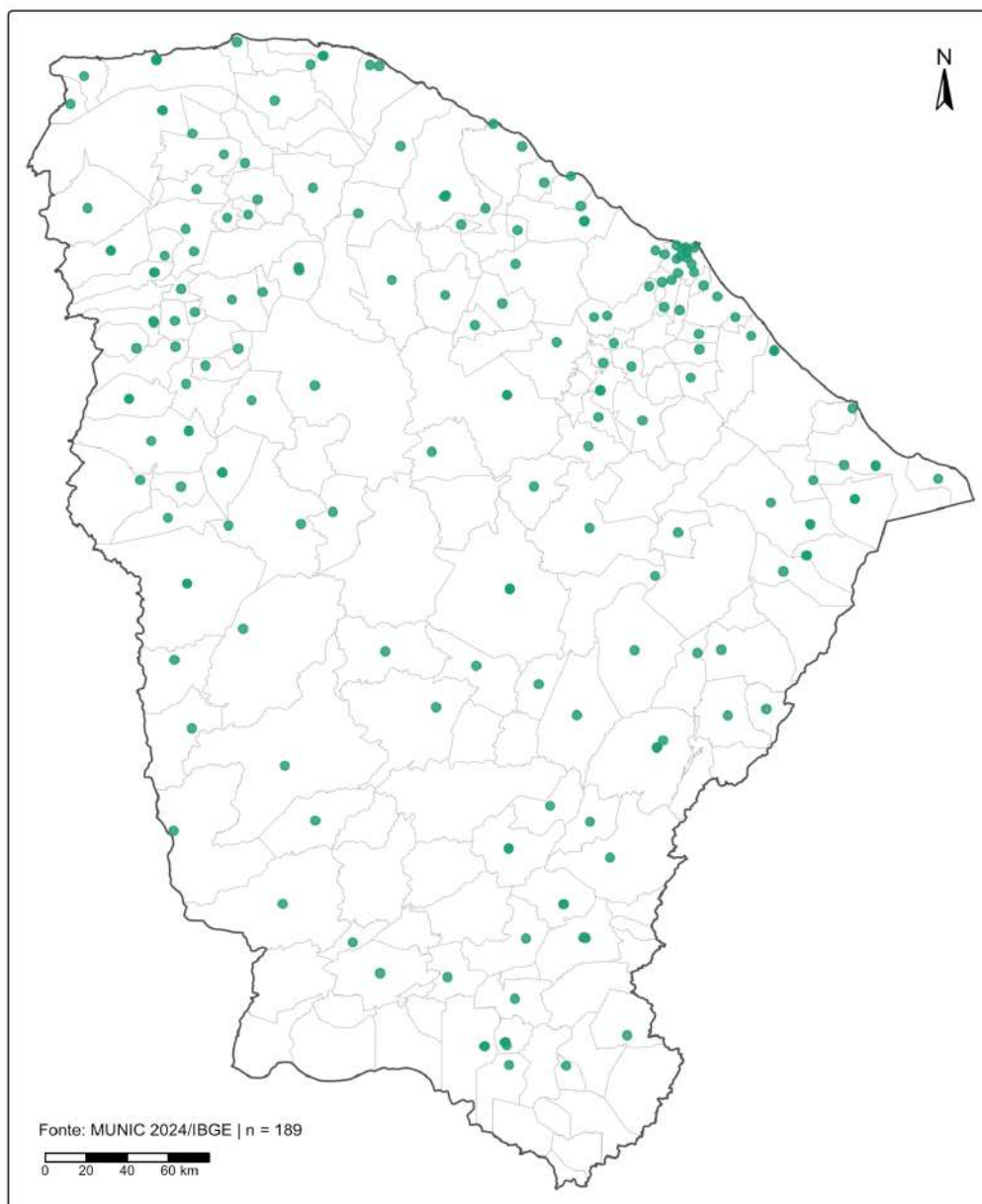
## Espírito Santo — Mercado Público



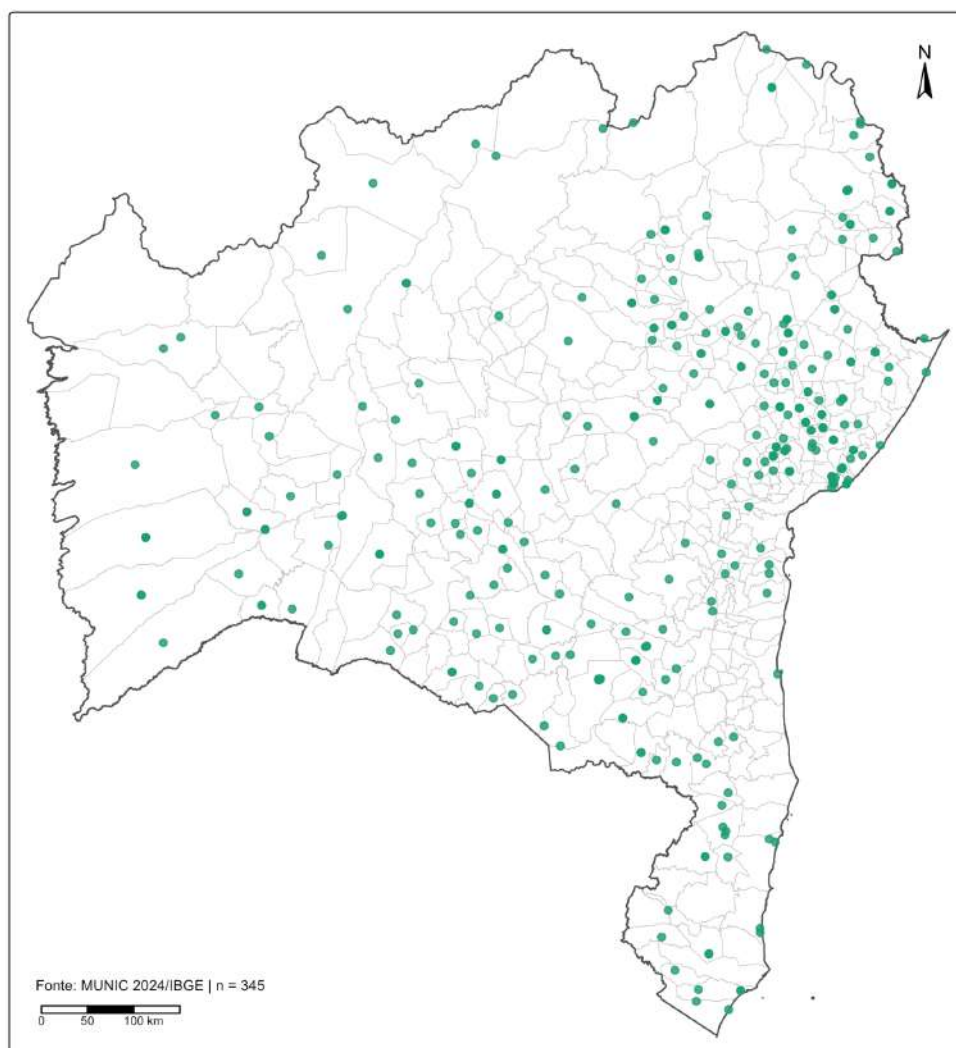
## Distrito Federal — Mercado Público



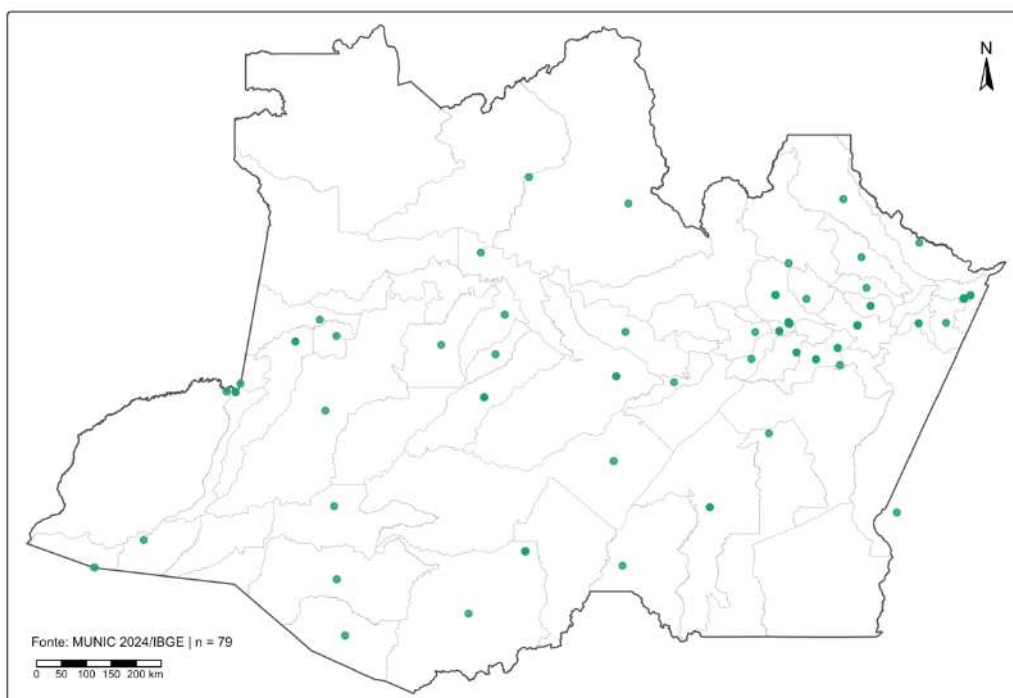
## Ceará — Mercado Público



## Bahia — Mercado Público

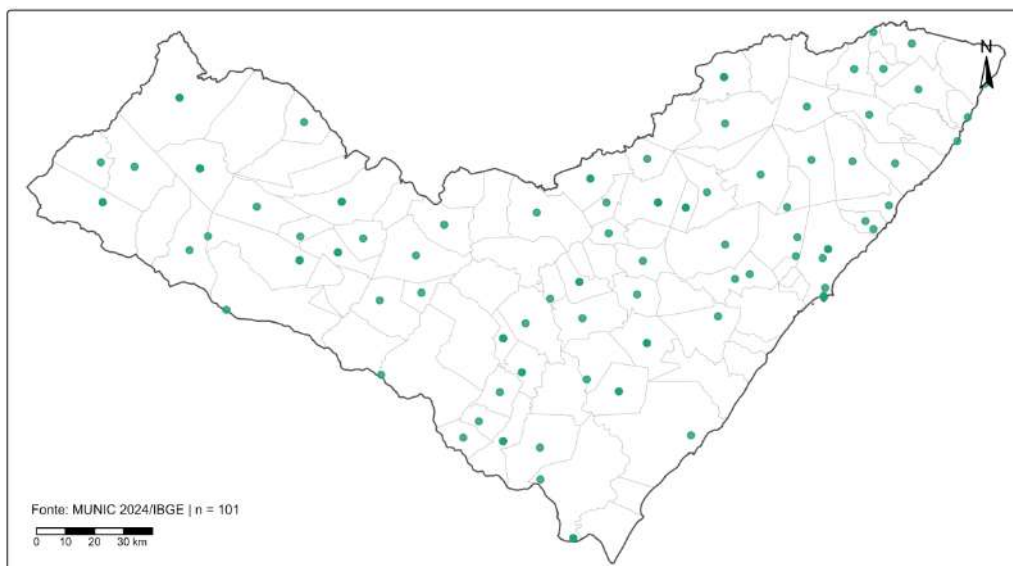


## Amazônias — Mercado Público

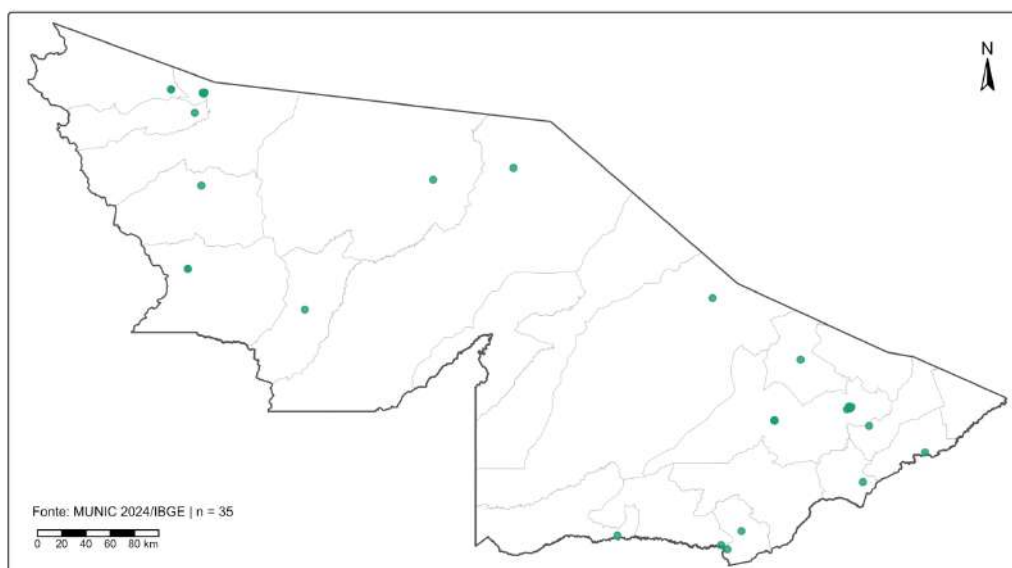




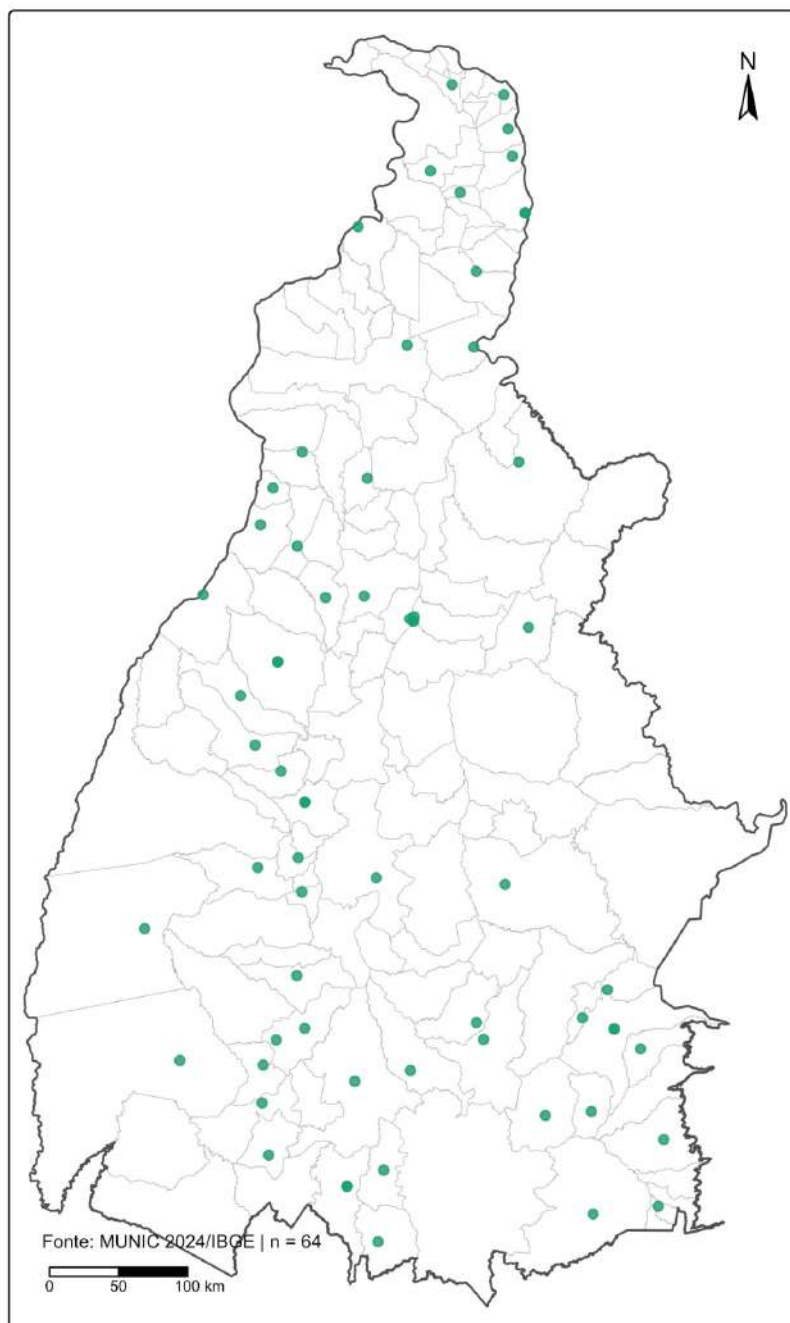
### Alagoas — Mercado Público



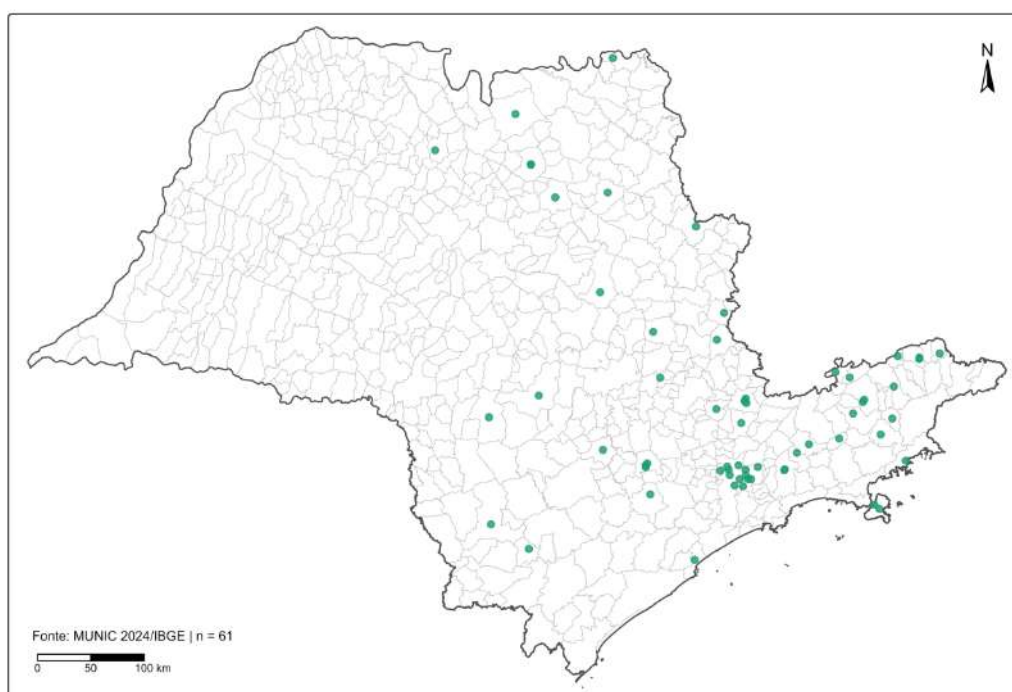
## Acre — Mercado Público



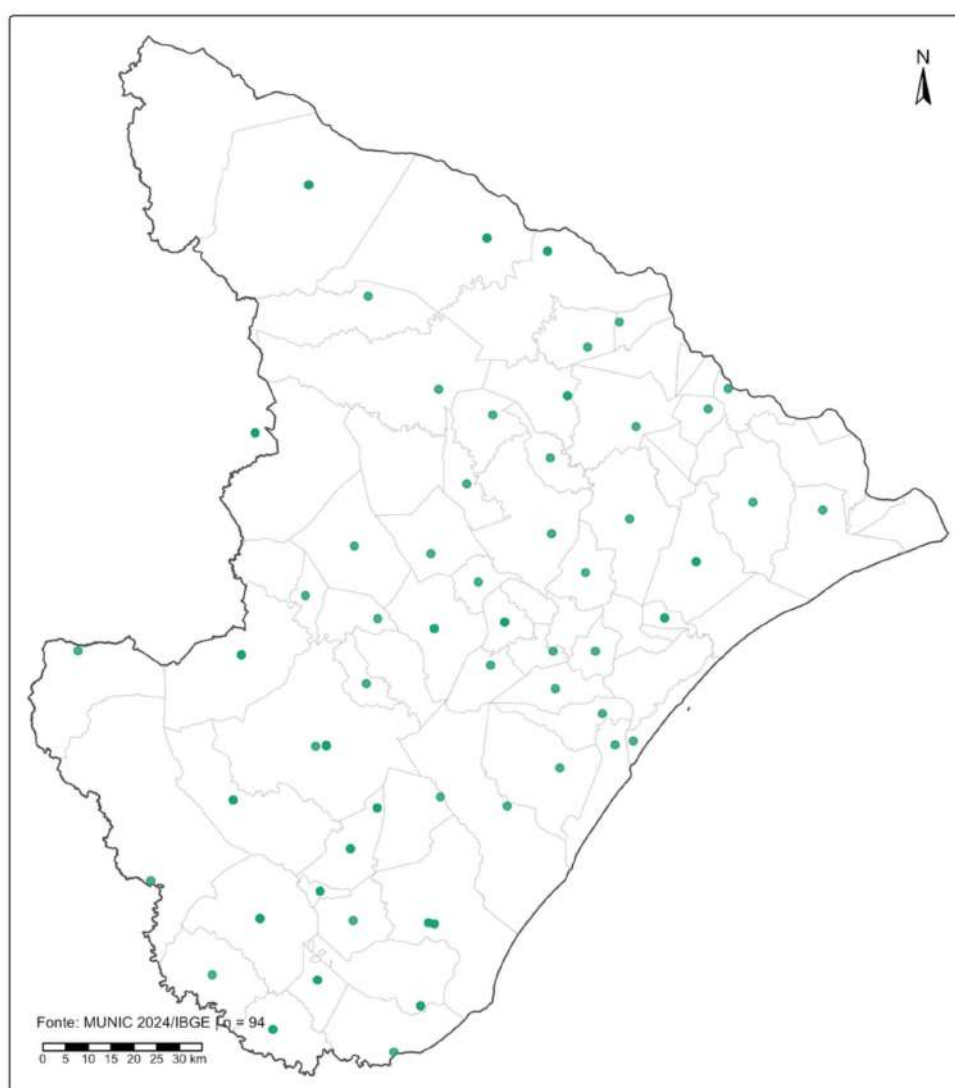
## Tocantins — Mercado Público



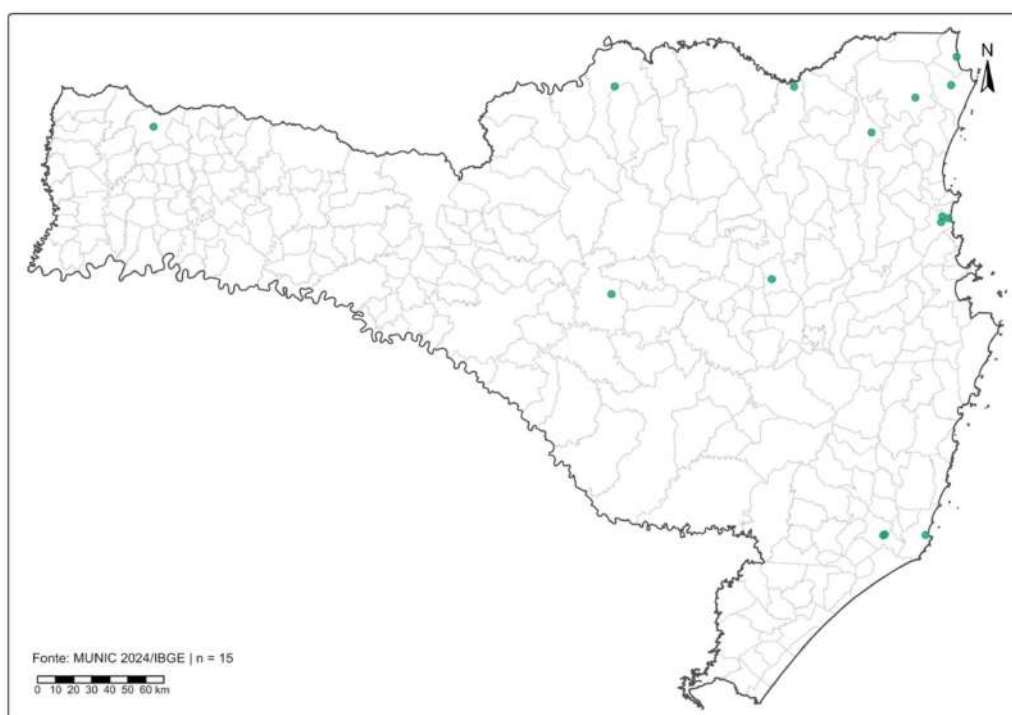
## São Paulo — Mercado Público



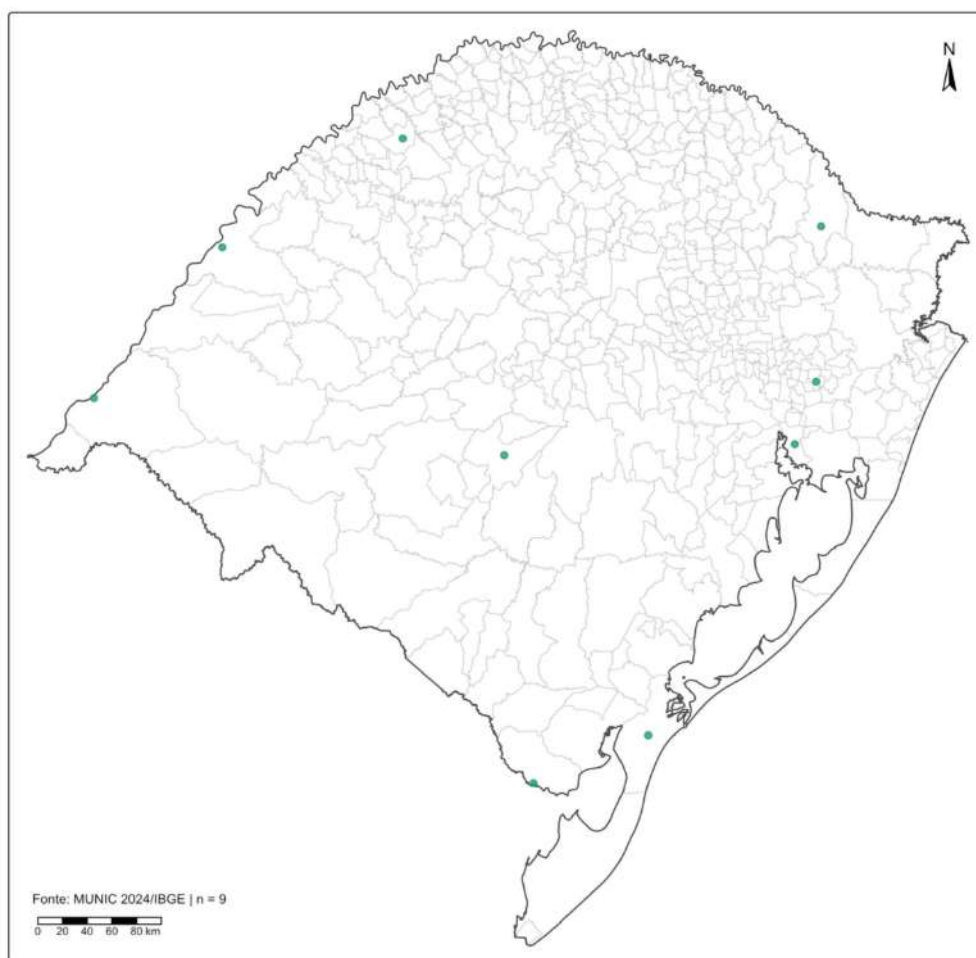
## Sergipe — Mercado Público



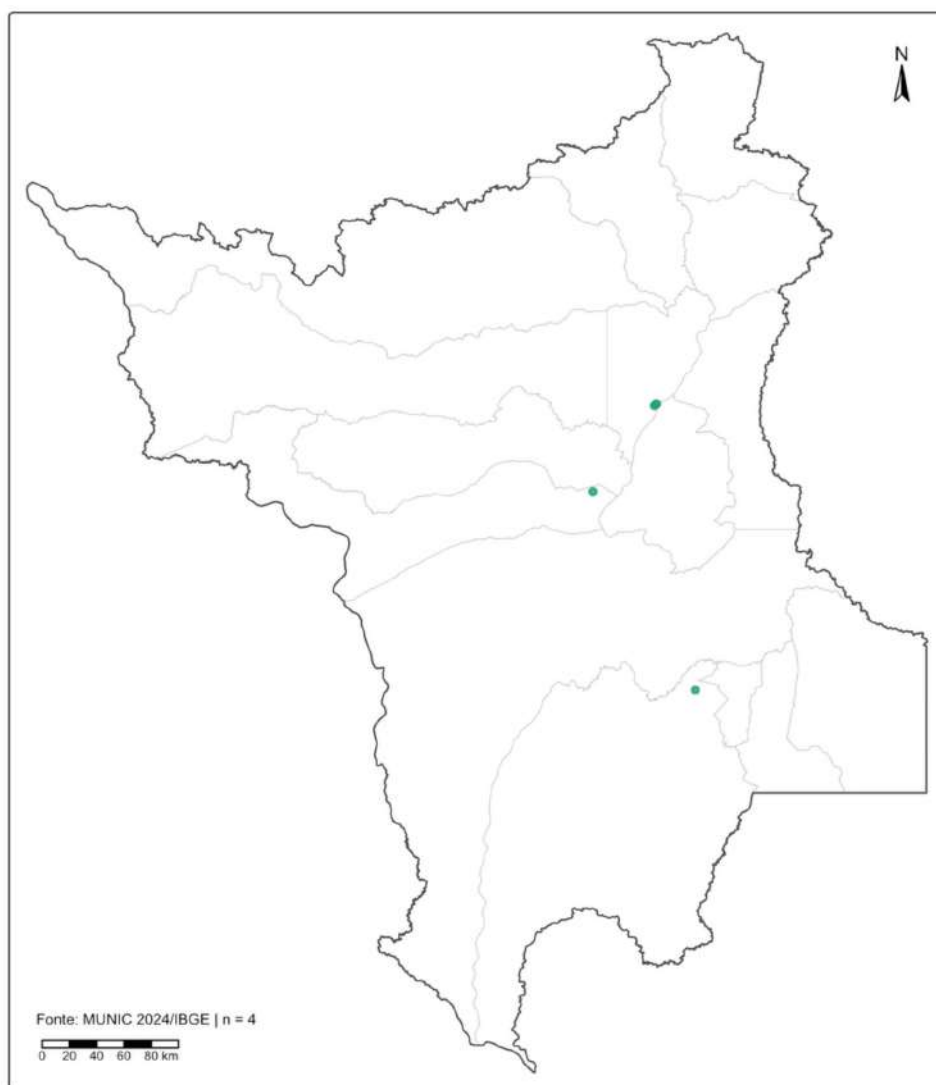
### Santa Catarina — Mercado Público



## Rio Grande Do Sul — Mercado Público

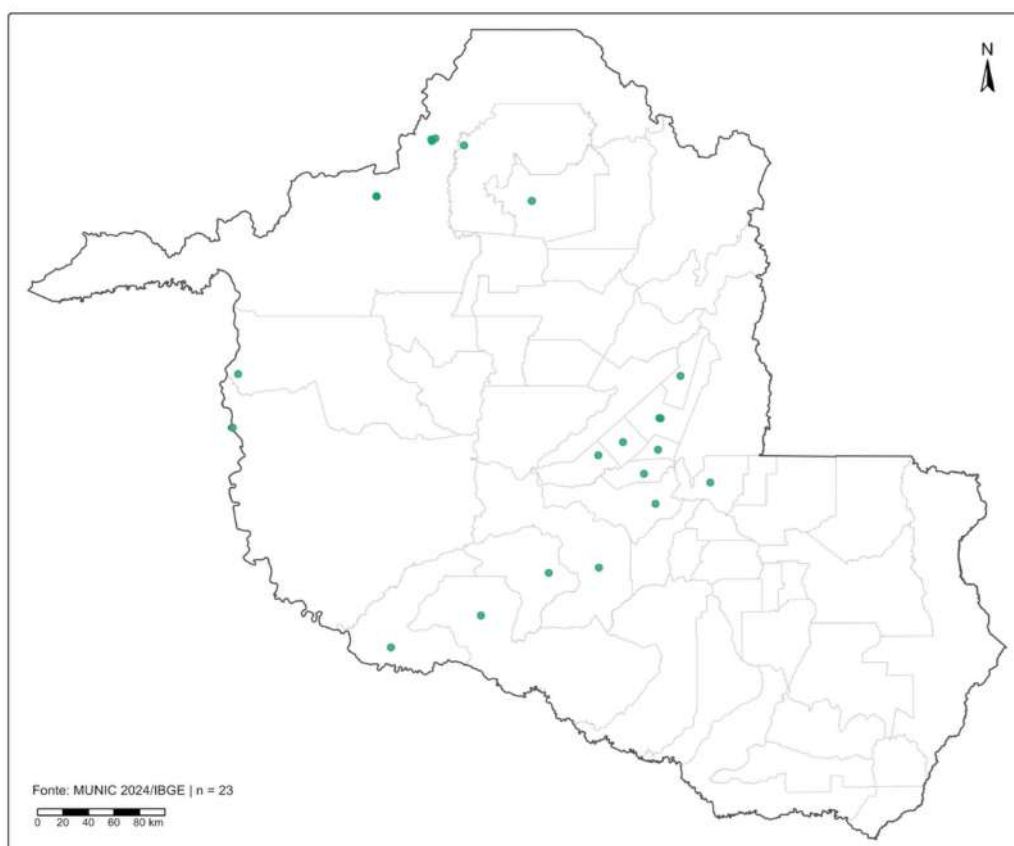


## Roraima — Mercado Público



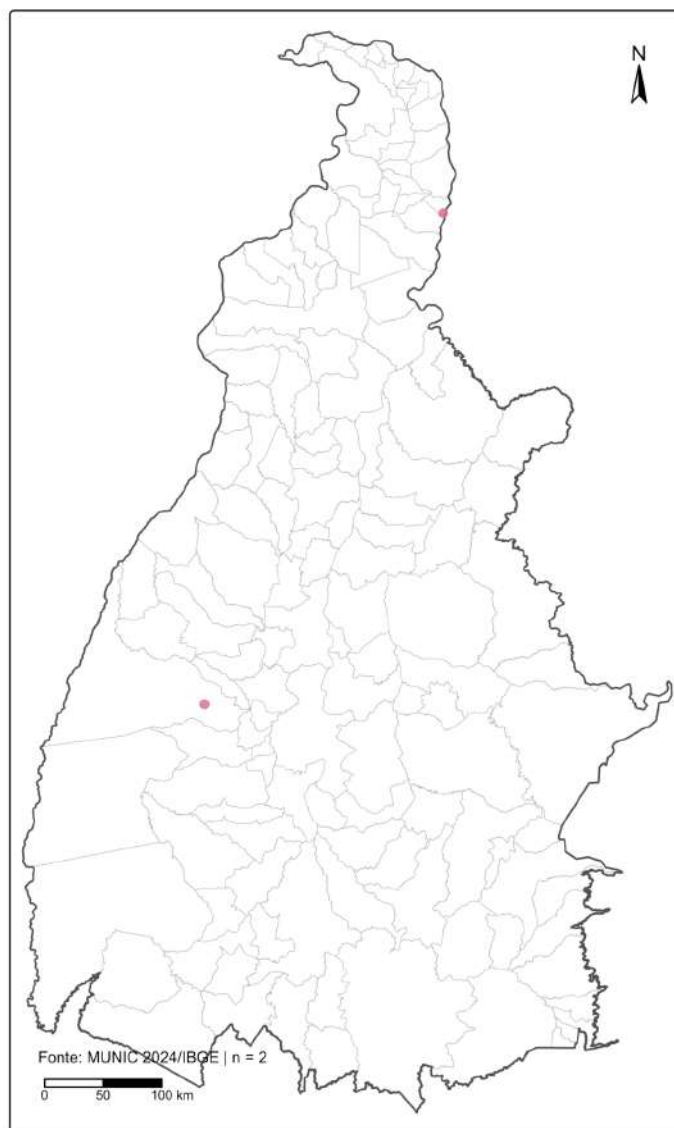


## Rondônia — Mercado Público

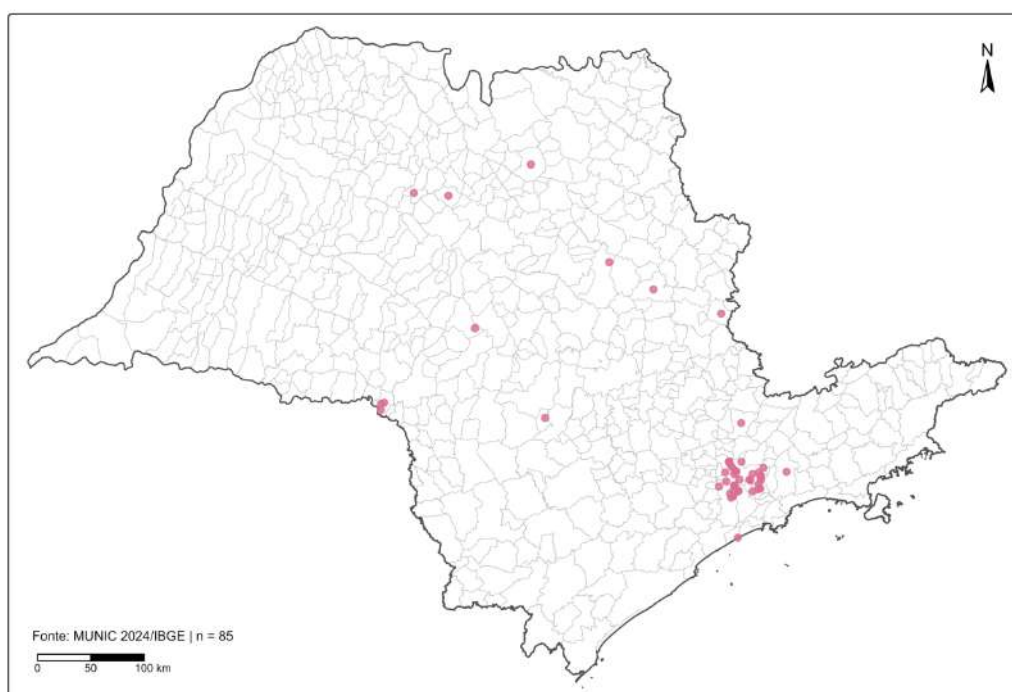


## 4.5 Anexo (Tipos de Equipamentos nos Estados - Cozinha Comunitária)

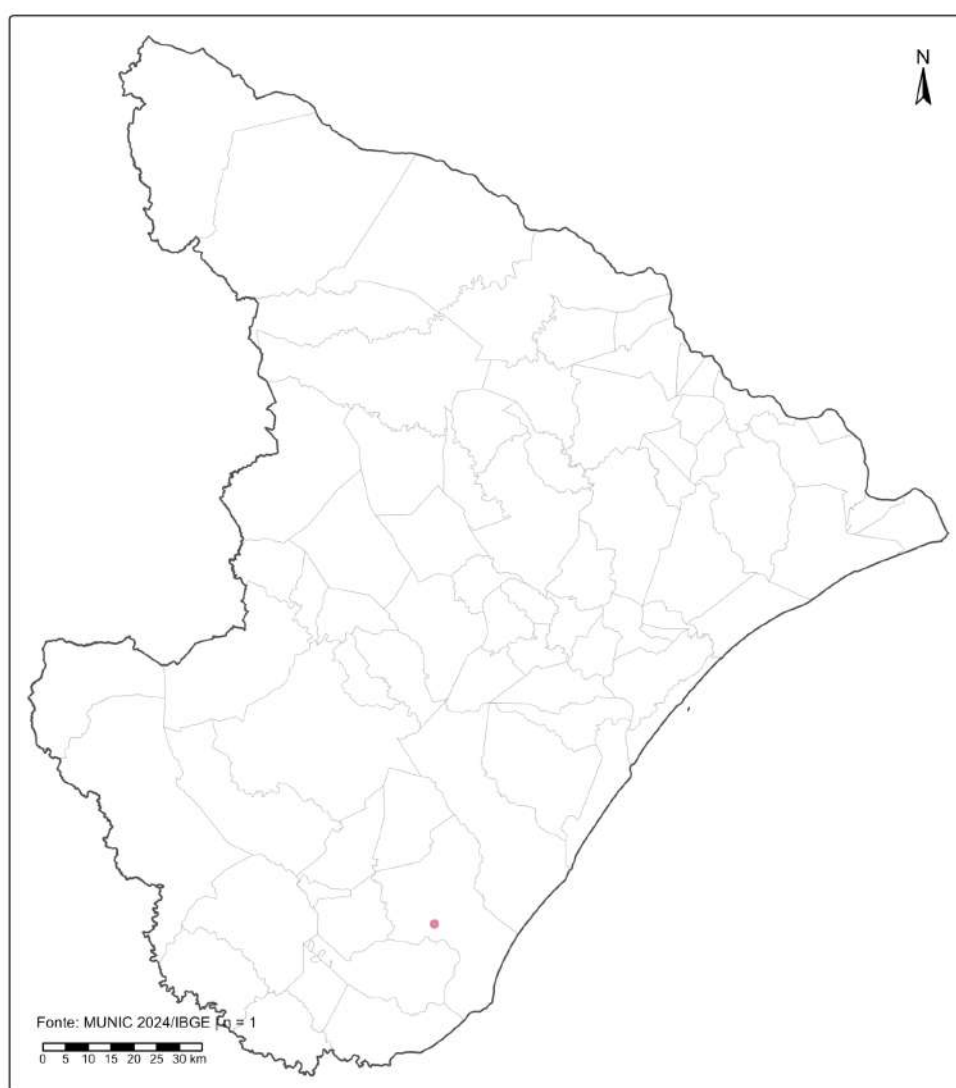
Tocantins — Cozinha Comunitária



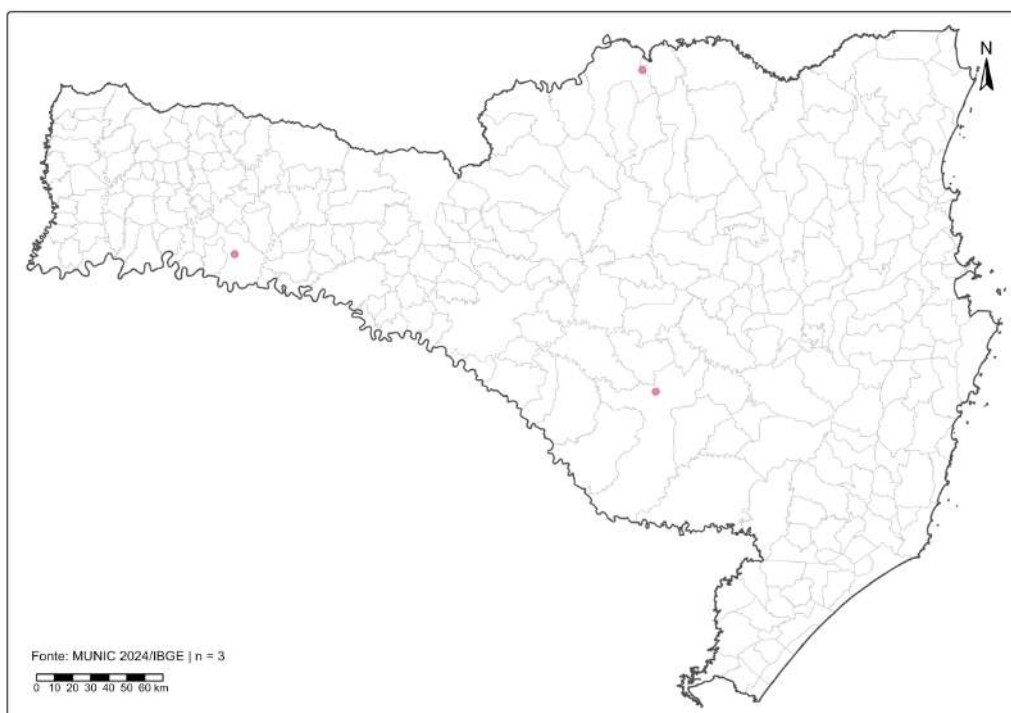
### São Paulo — Cozinha Comunitária



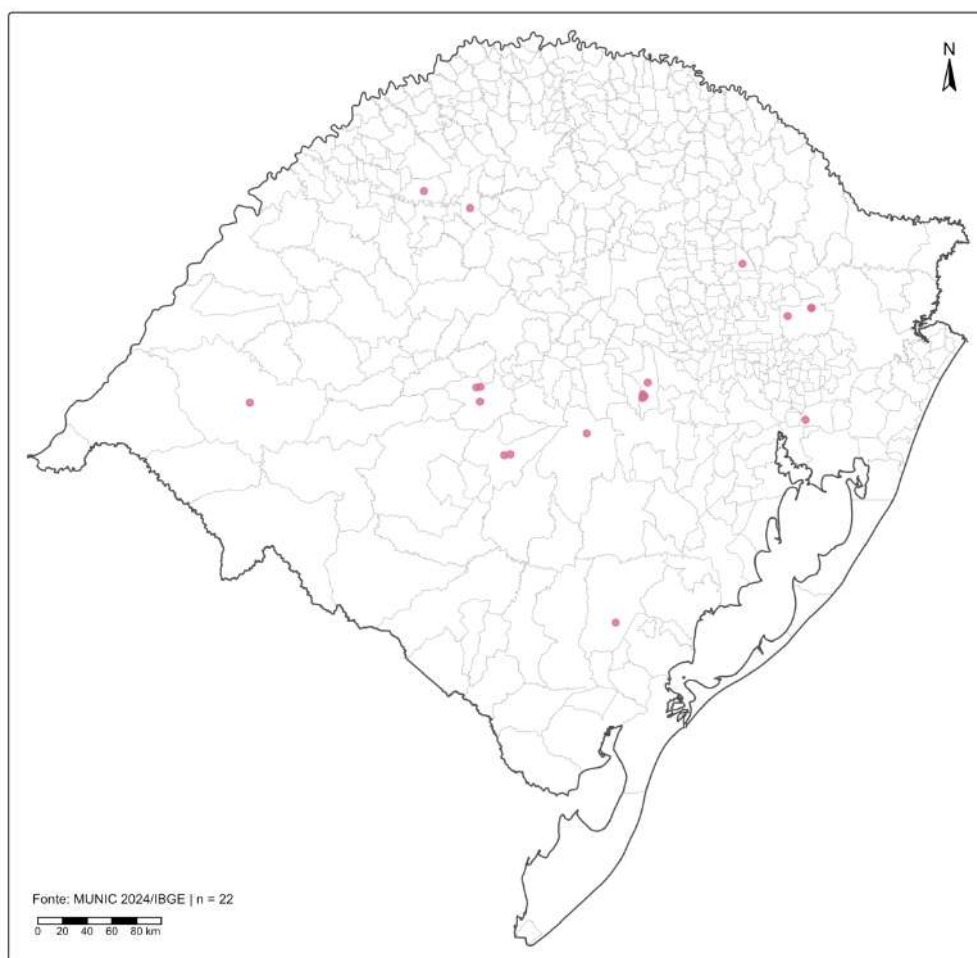
## Sergipe — Cozinha Comunitária



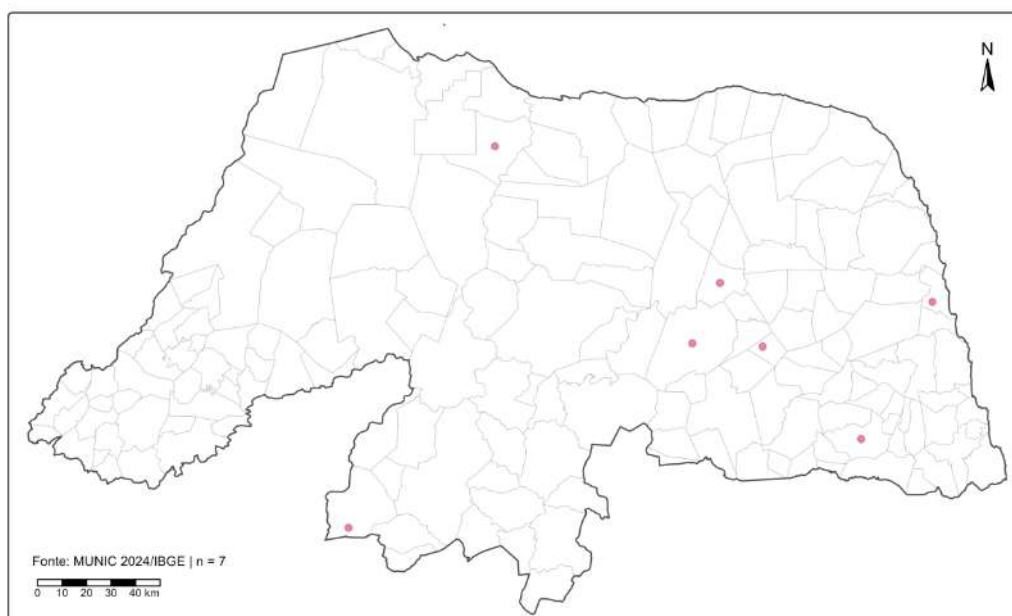
## Santa Catarina — Cozinha Comunitária



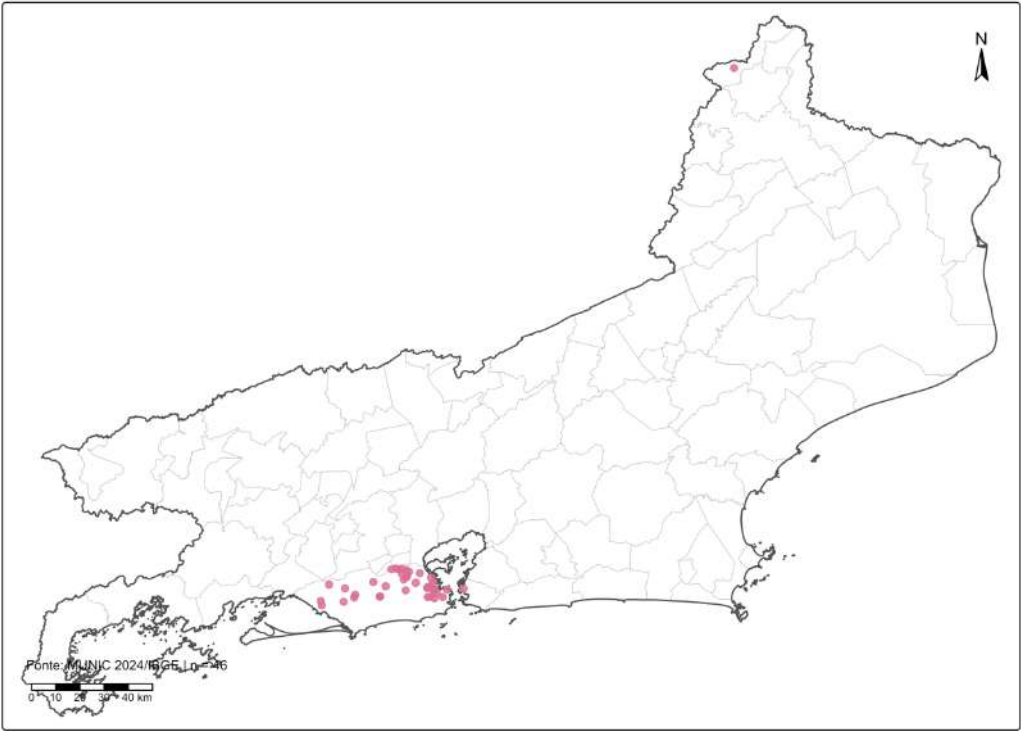
## Rio Grande Do Sul — Cozinha Comunitária



## Rio Grande Do Norte — Cozinha Comunitária

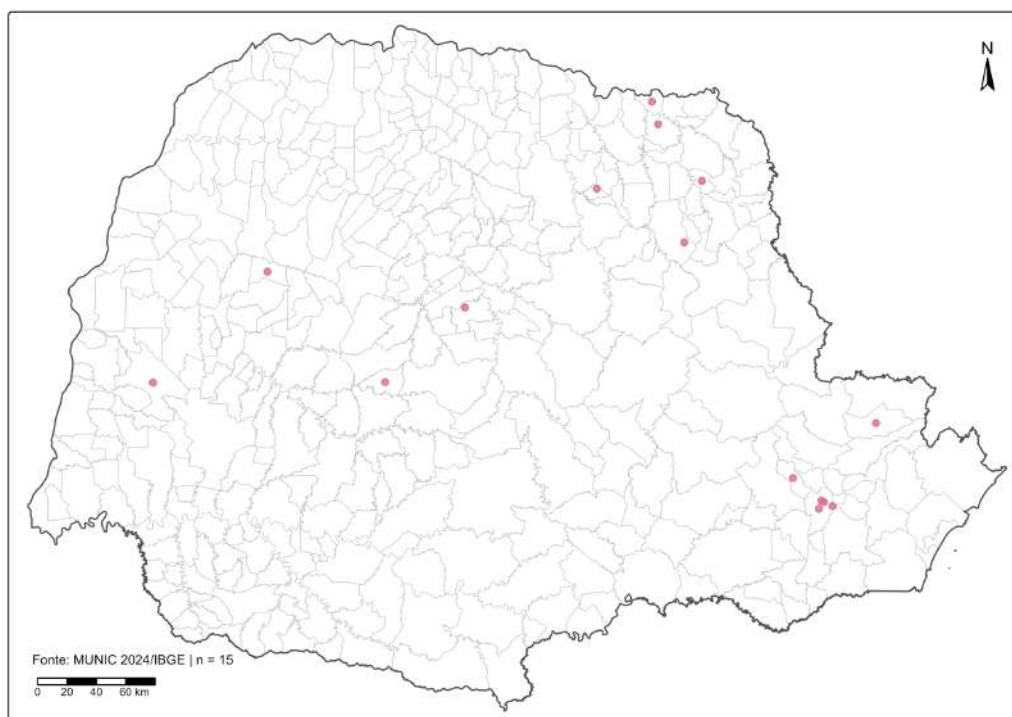


Rio De Janeiro — Cozinha Comunitária

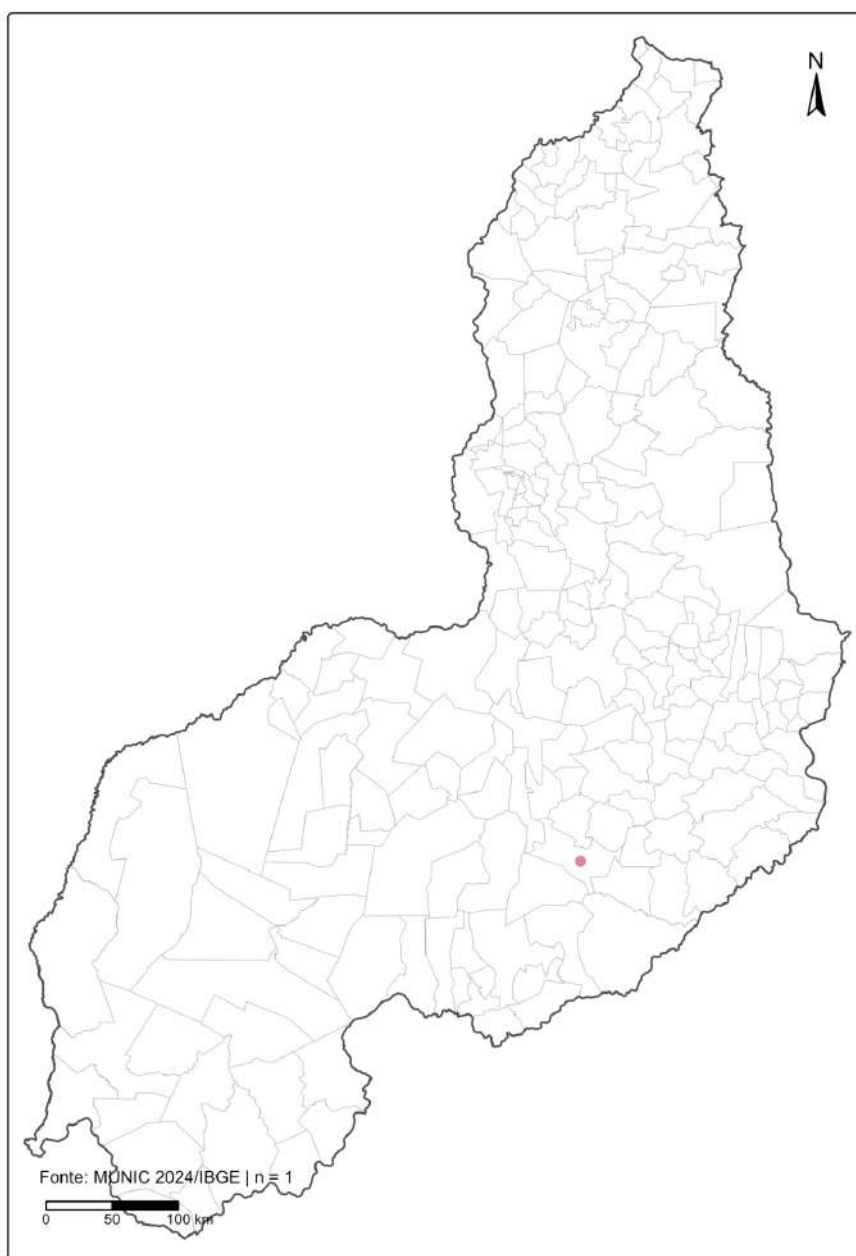




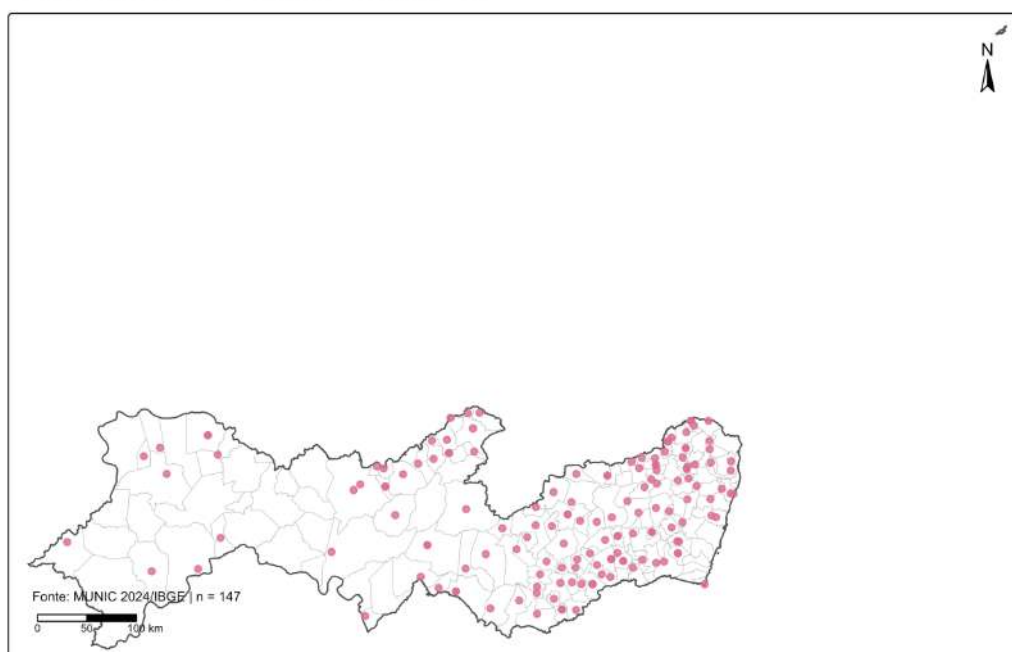
## Paraná — Cozinha Comunitária



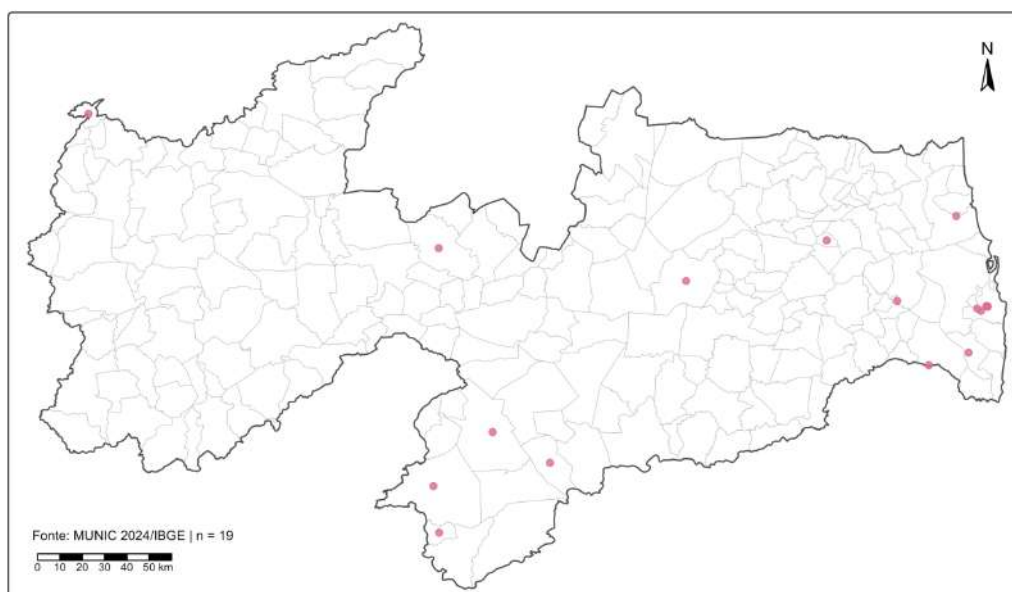
## Piauí — Cozinha Comunitária



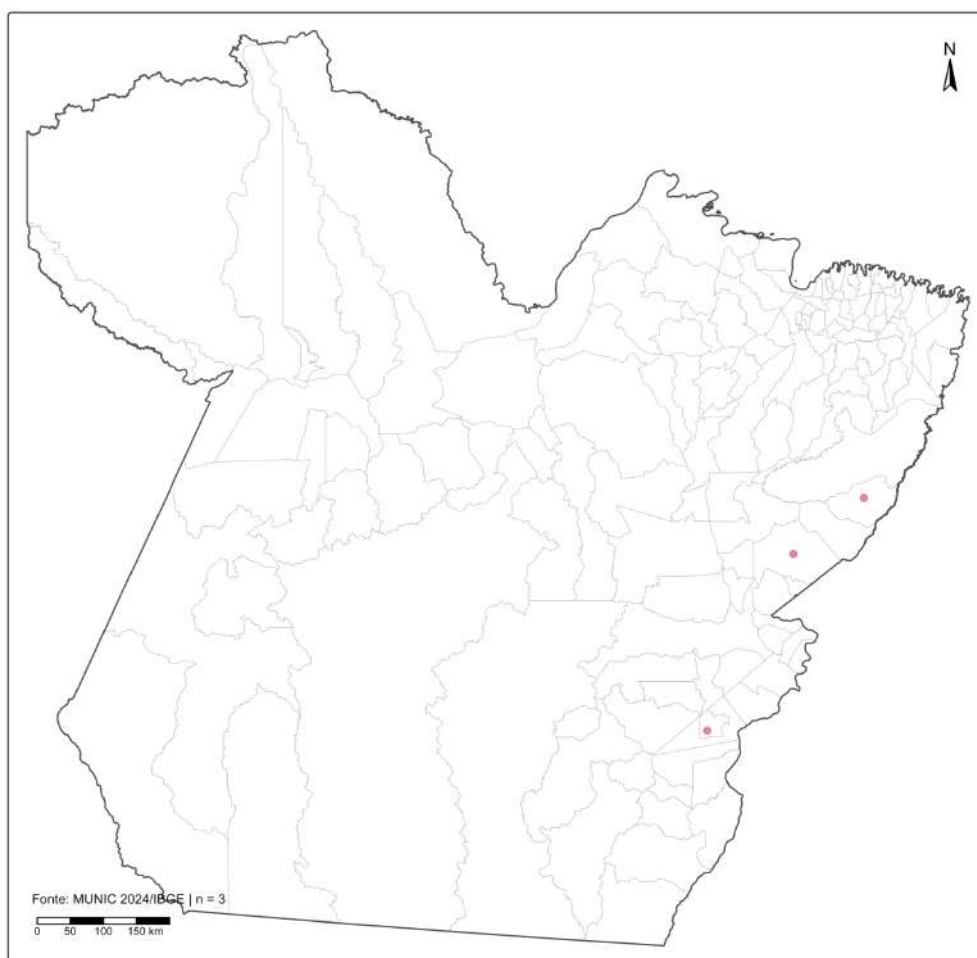
## Pernambuco — Cozinha Comunitária



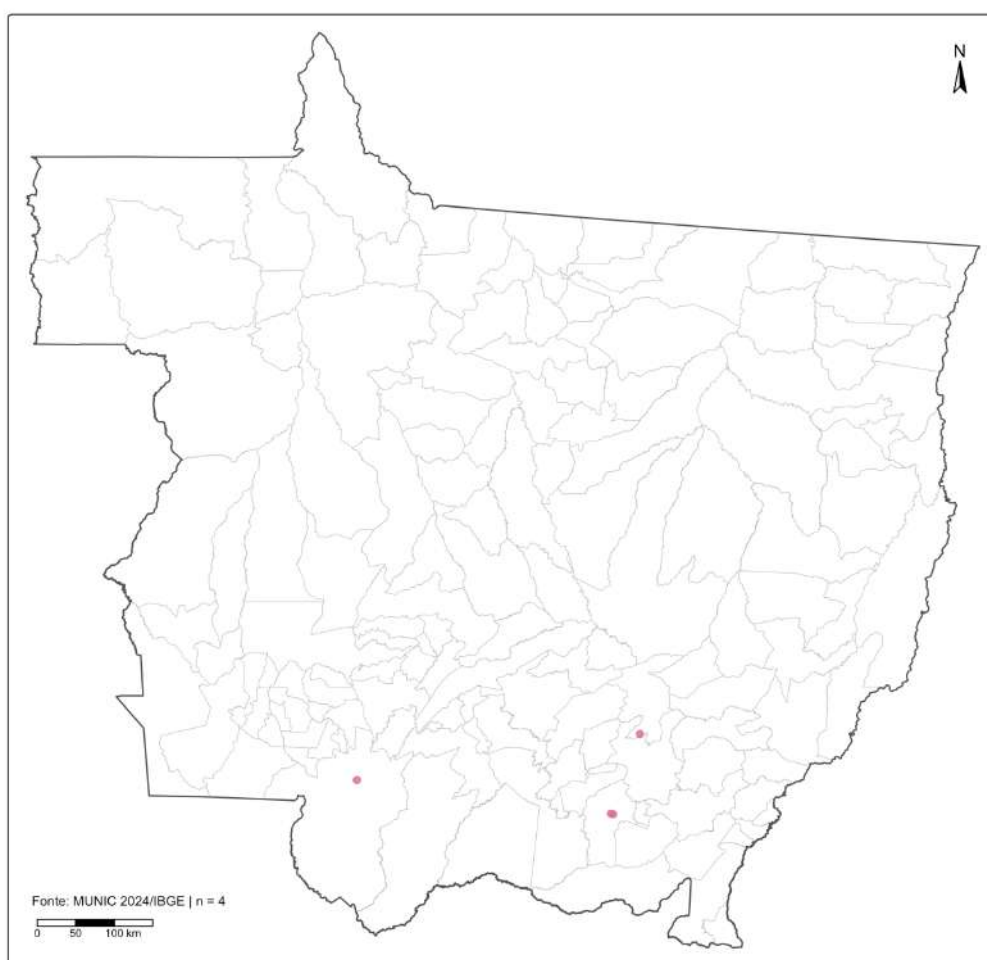
### Paraíba — Cozinha Comunitária



## Pará — Cozinha Comunitária



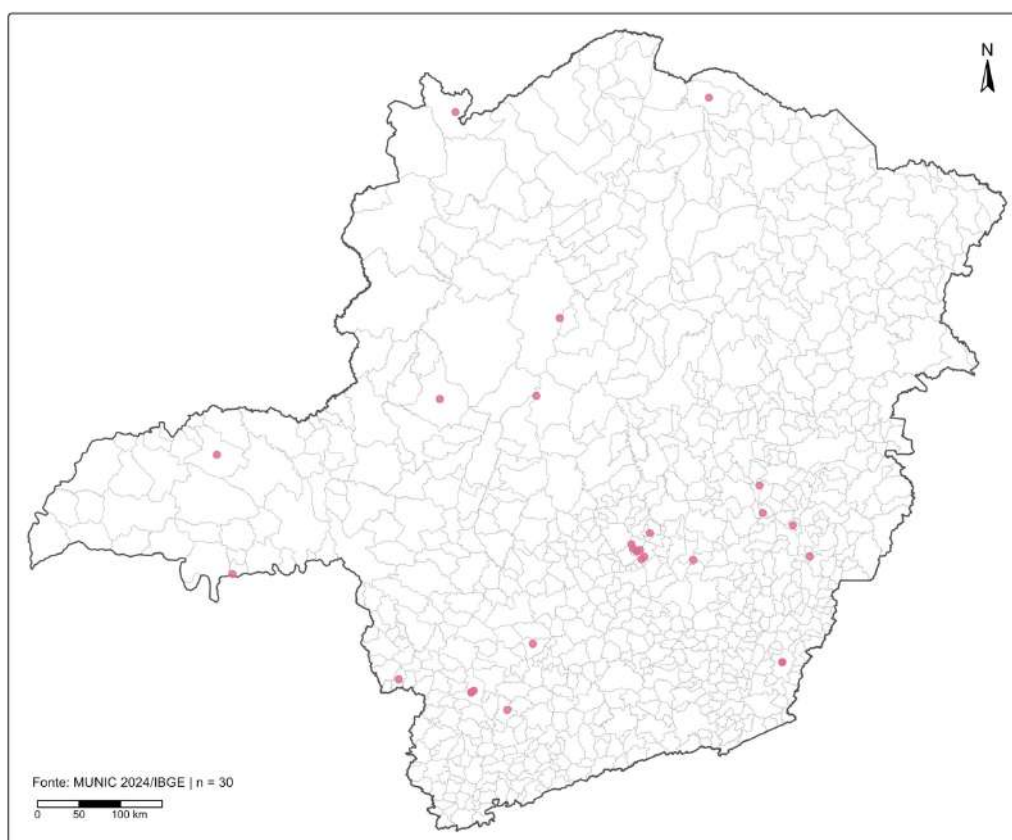
## Mato Grosso — Cozinha Comunitária



## Mato Grosso Do Sul — Cozinha Comunitária



## Minas Gerais — Cozinha Comunitária

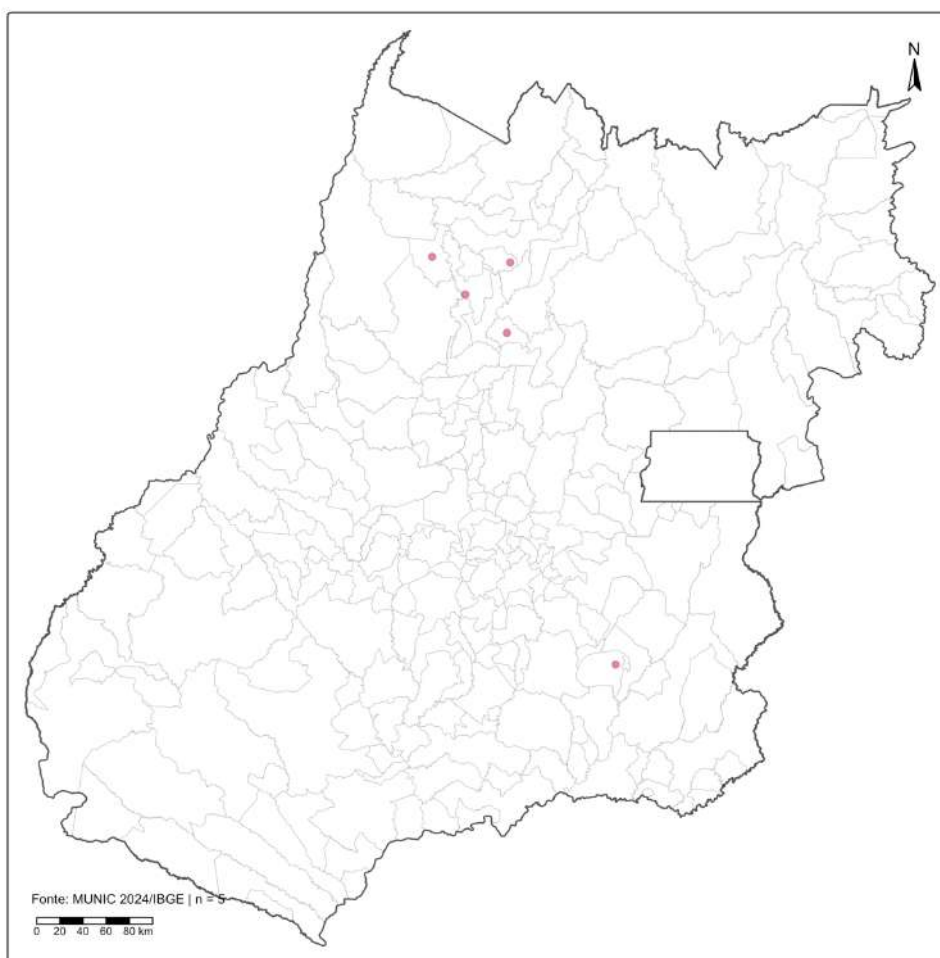




## Maranhão — Cozinha Comunitária



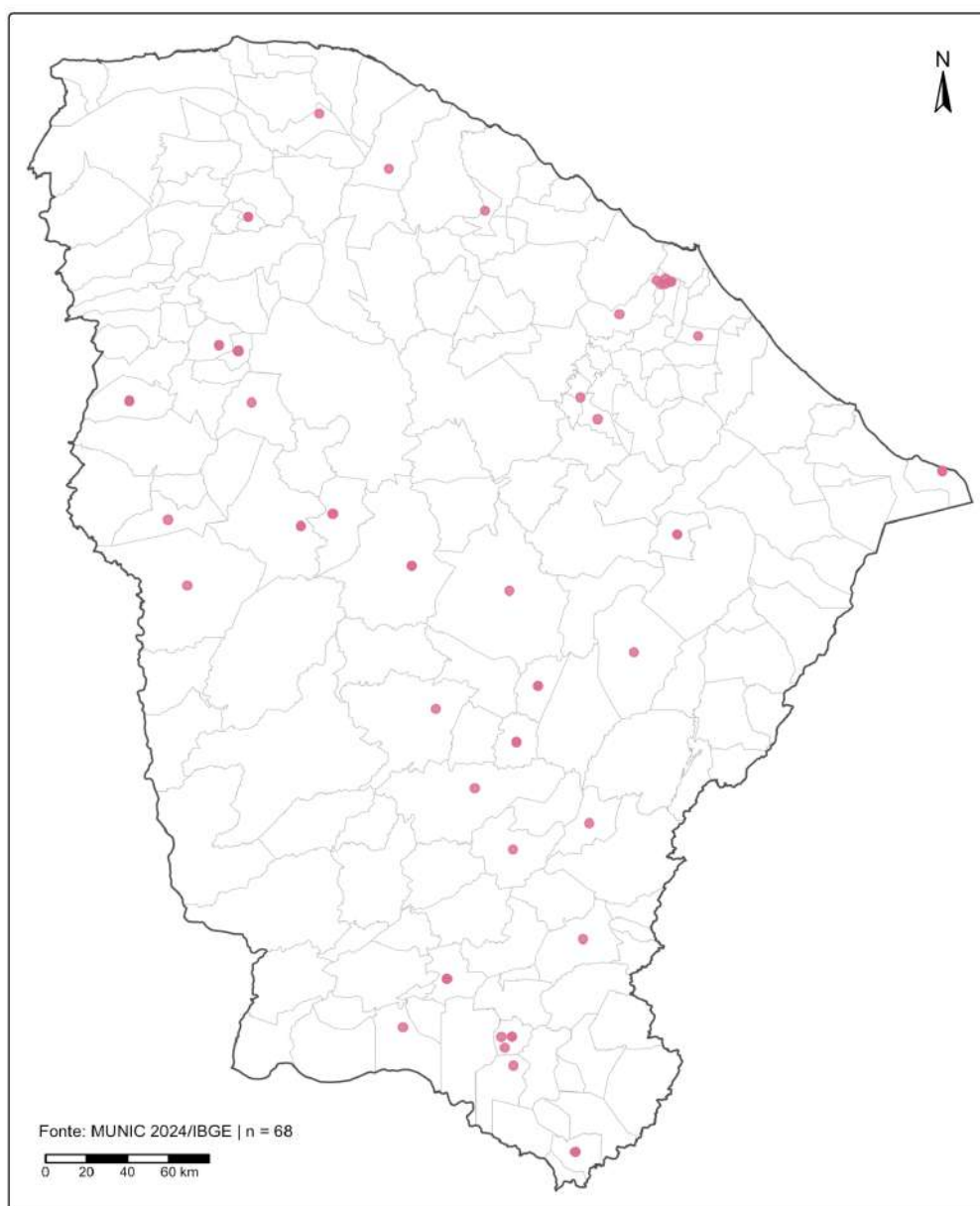
## Goiás — Cozinha Comunitária



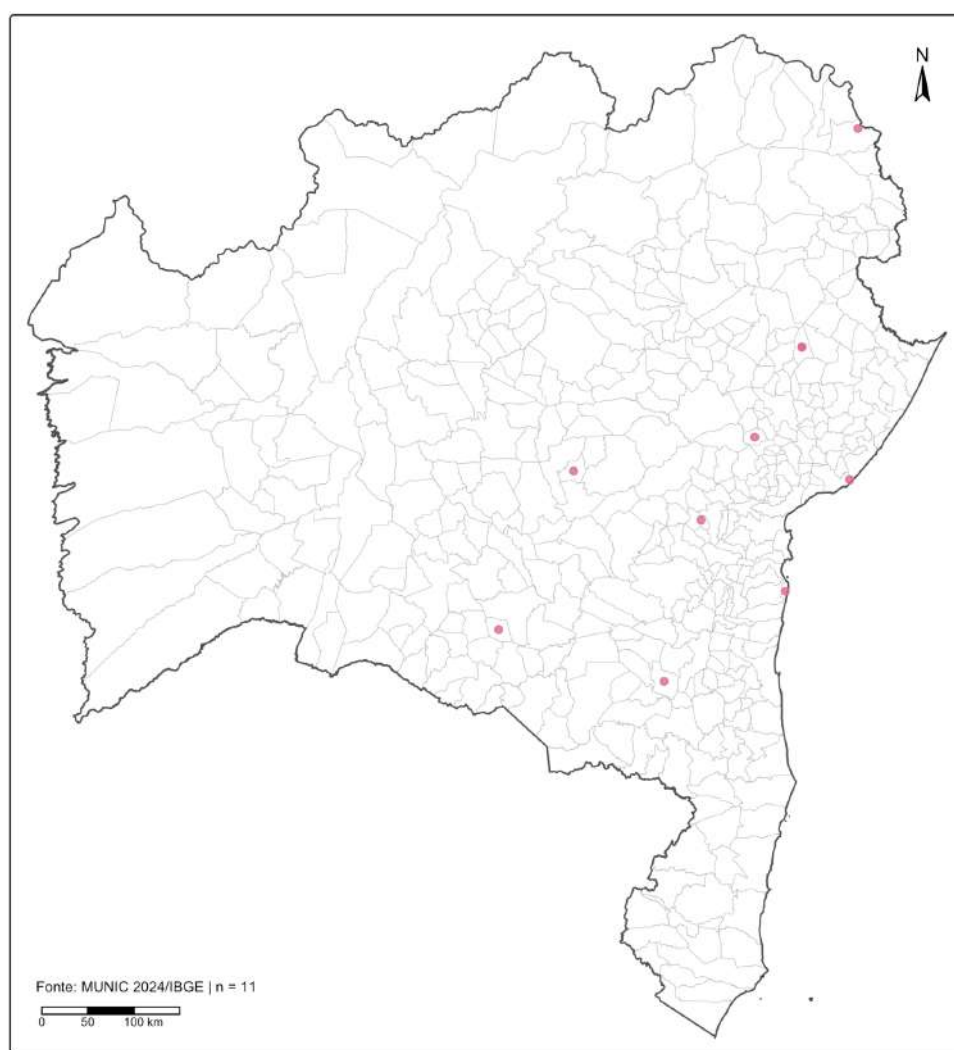
## Espírito Santo — Cozinha Comunitária



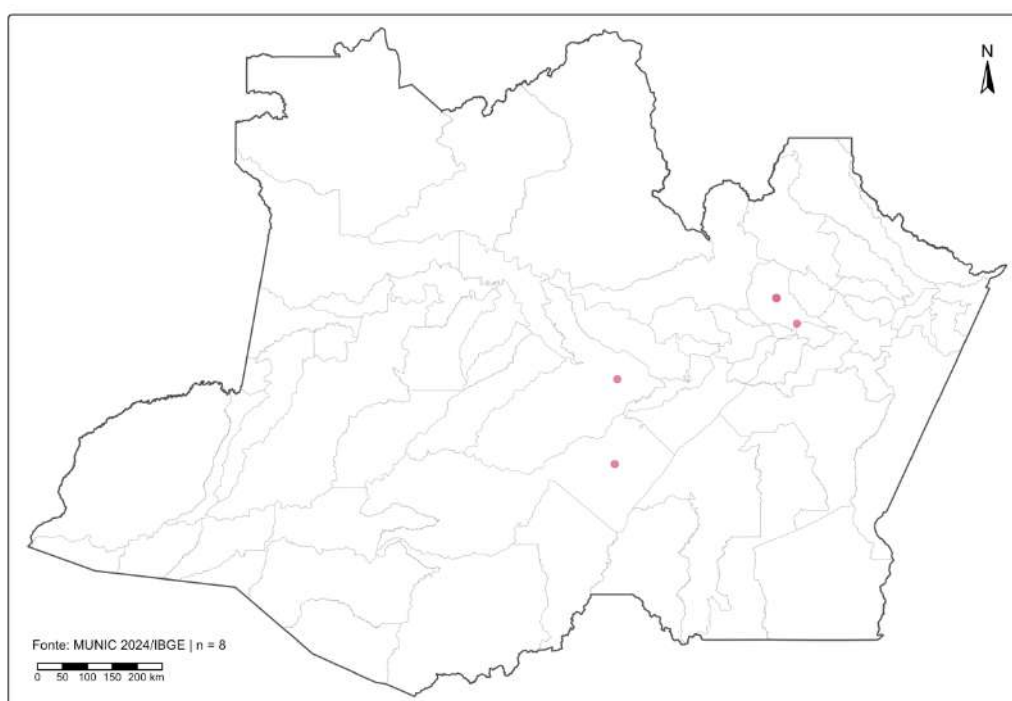
## Ceará — Cozinha Comunitária



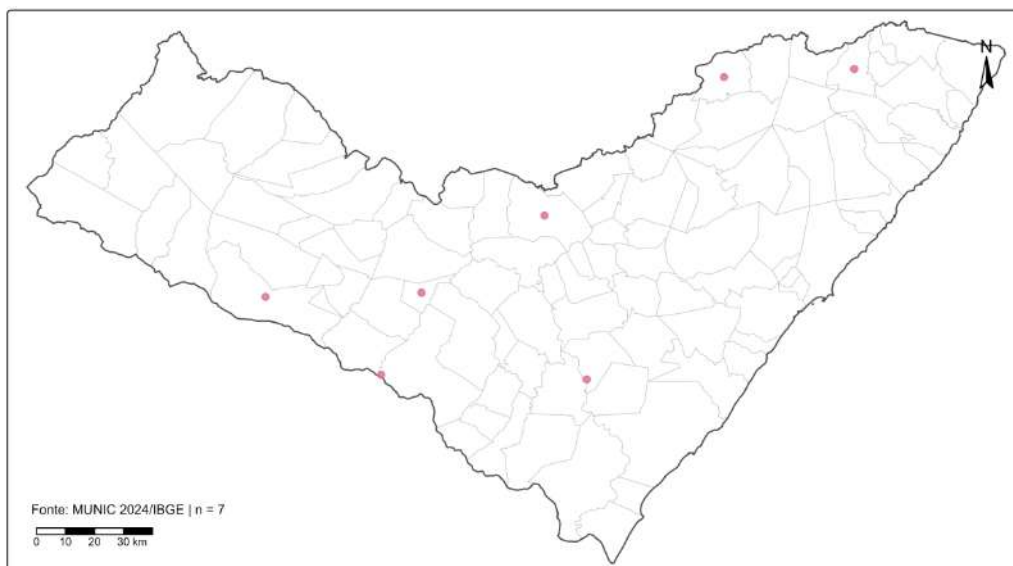
## Bahia — Cozinha Comunitária



### Amazônas — Cozinha Comunitária

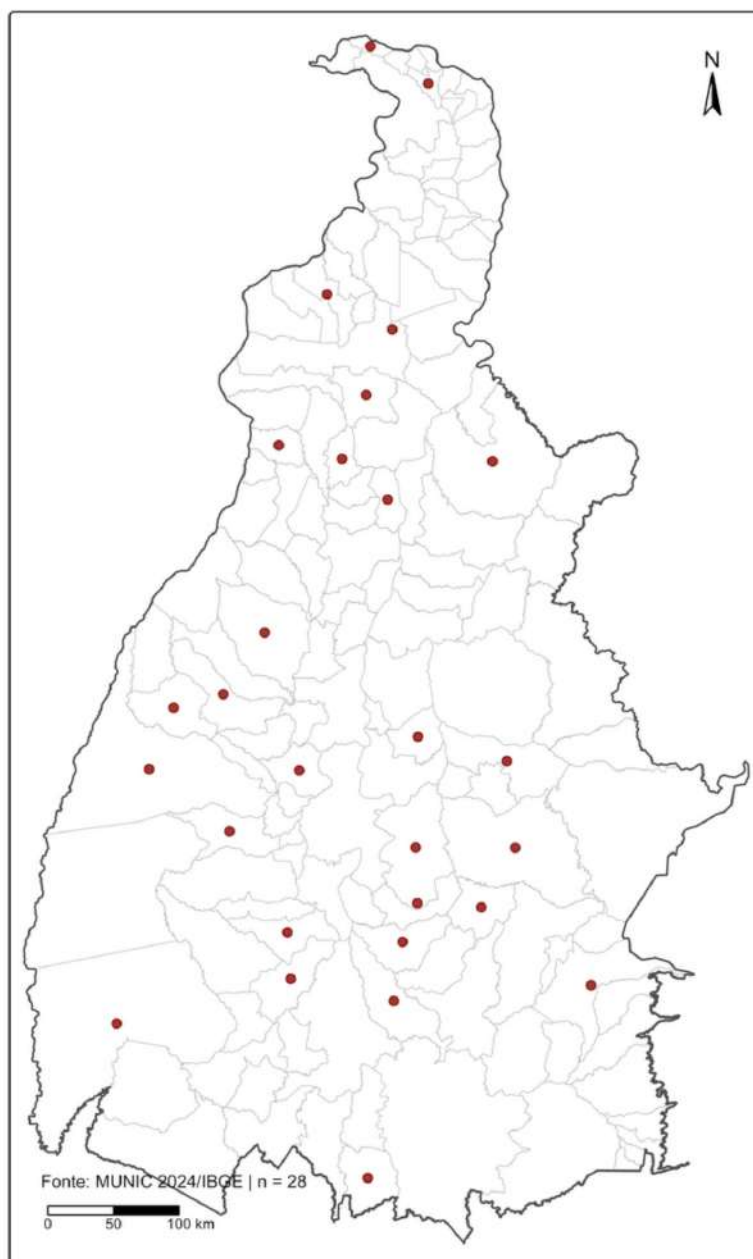


## Alagoas — Cozinha Comunitária



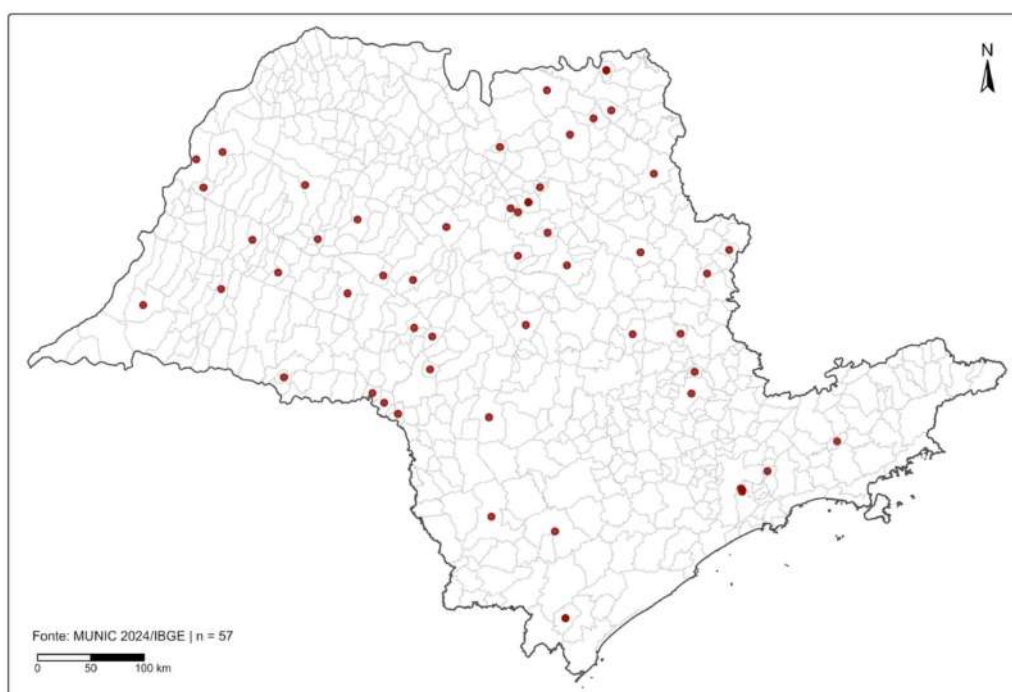
## 4.6 Anexo (Tipos de Equipamentos nos Estados Central de Recebimento da Agricultura Familiar)

Tocantins — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar

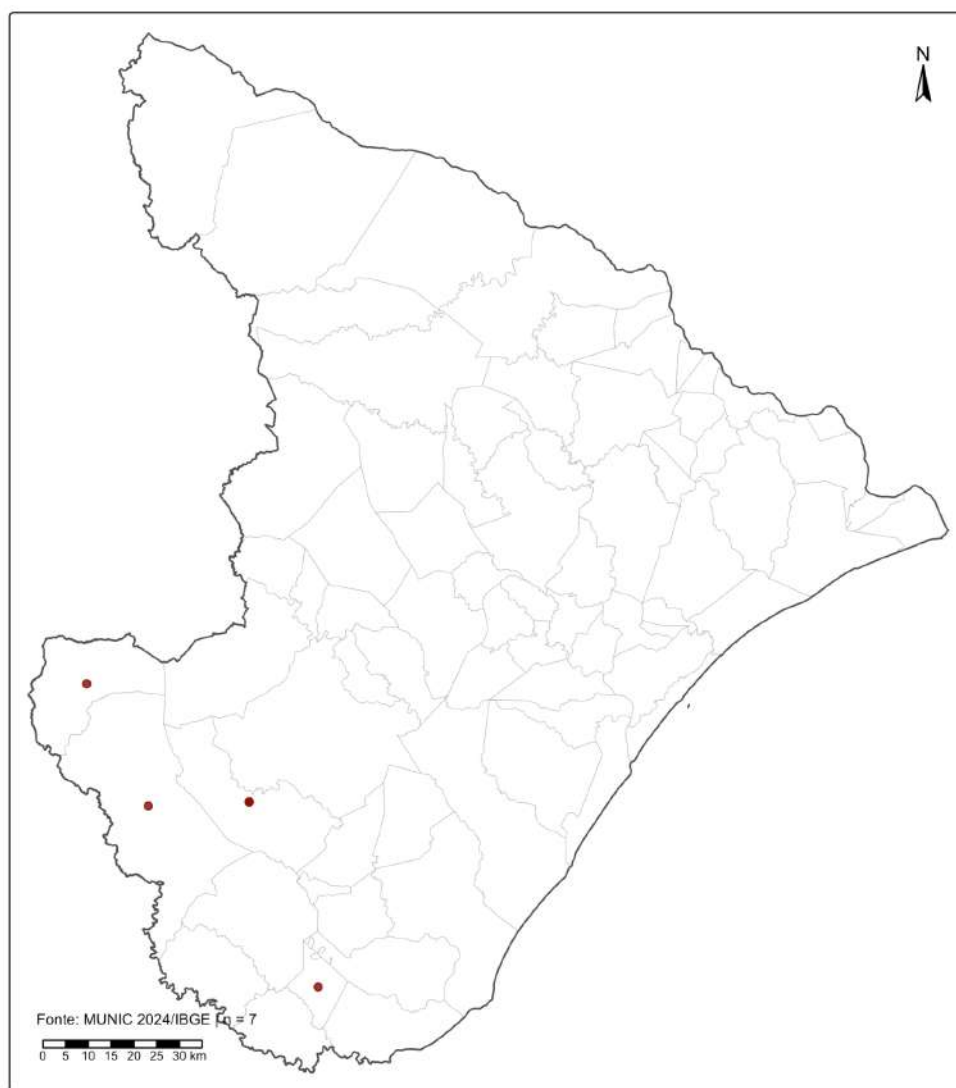




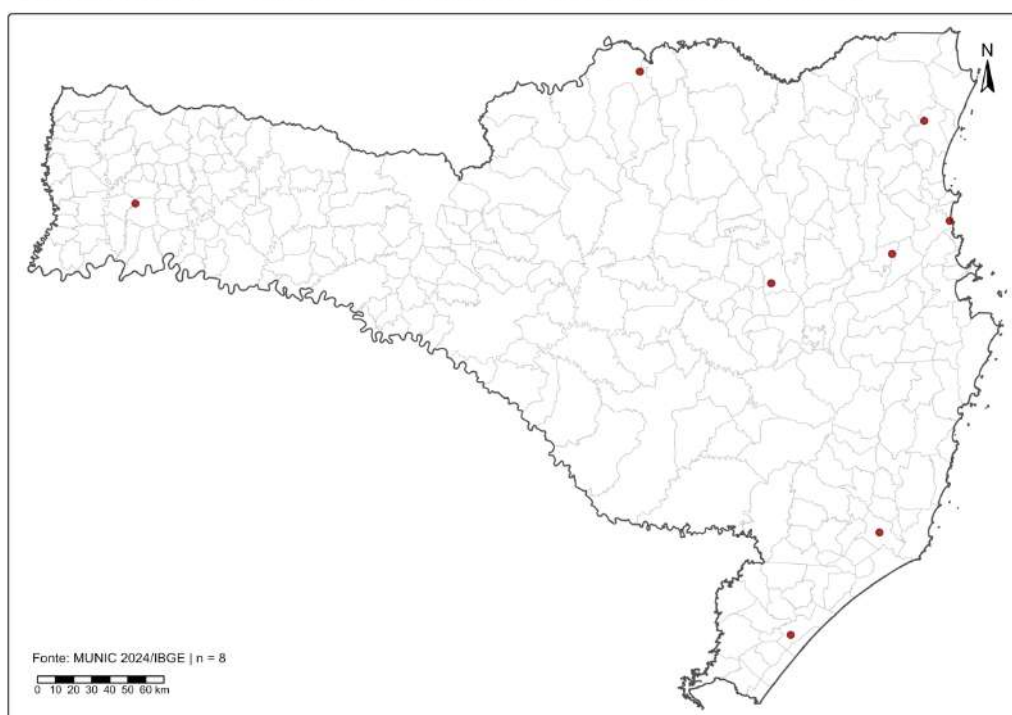
### São Paulo — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



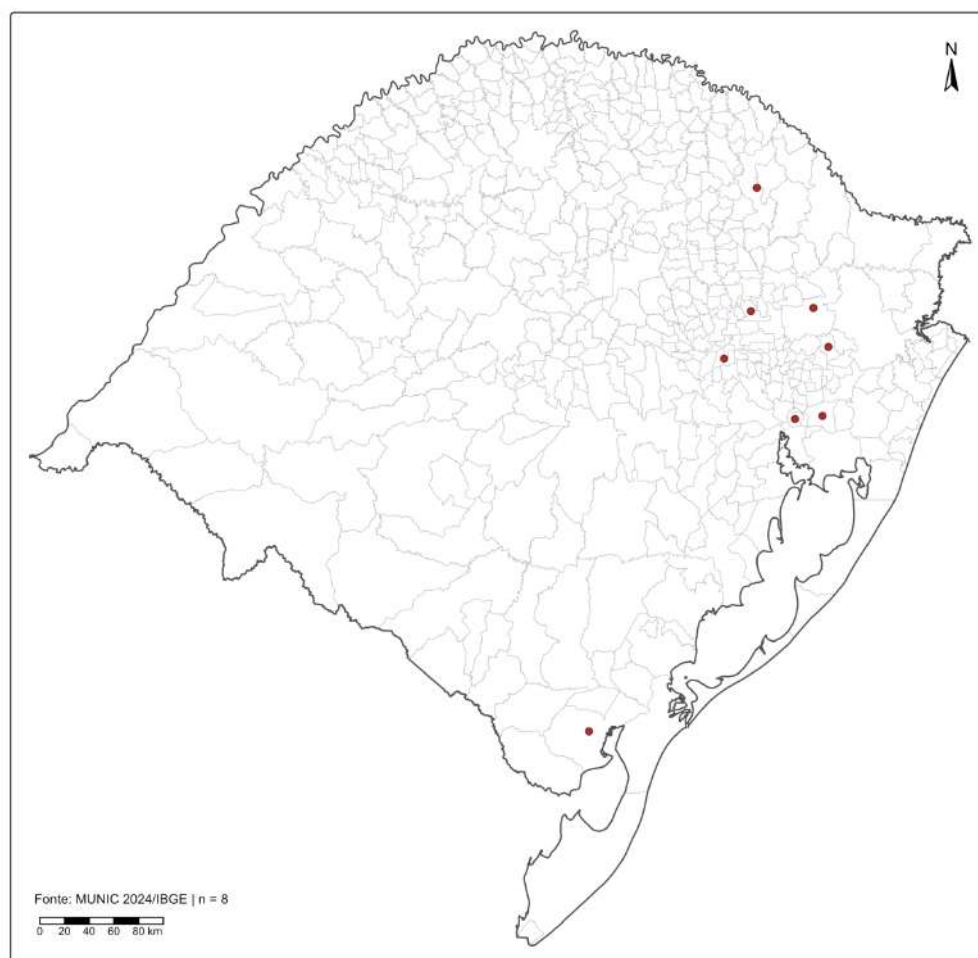
## Sergipe — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



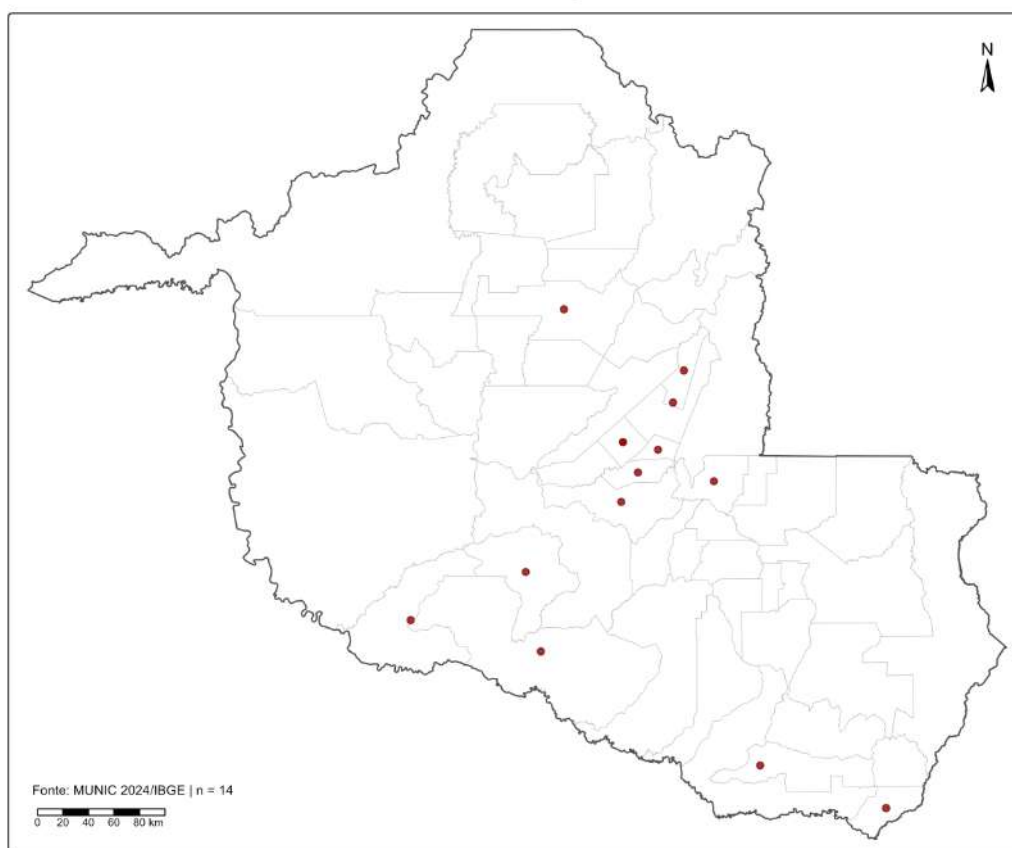
### Santa Catarina — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



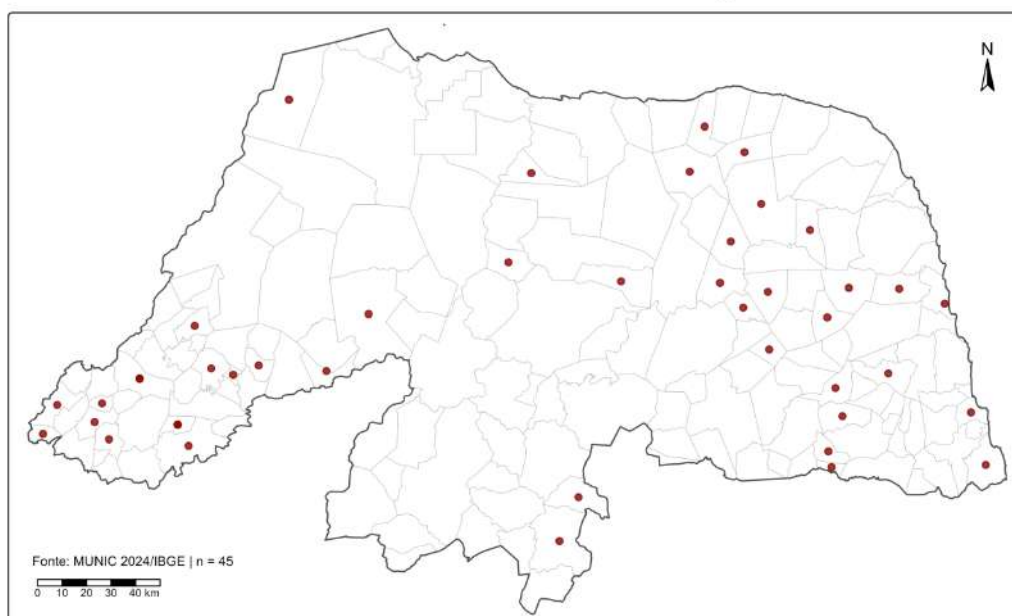
## Rio Grande Do Sul — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



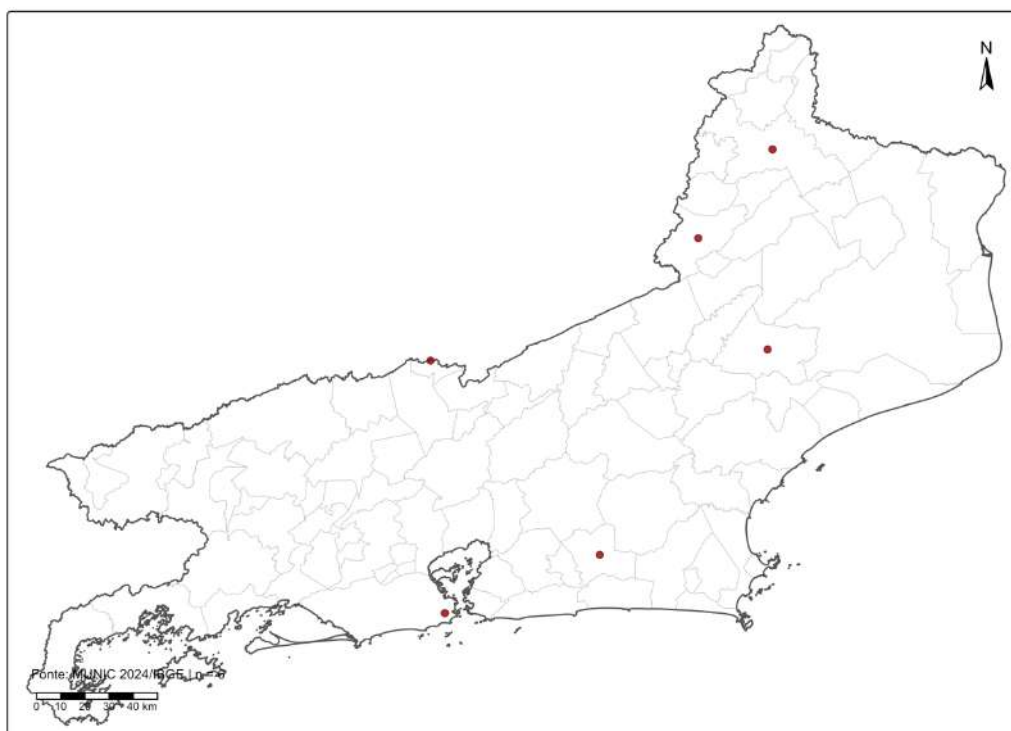
### Rondônia — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



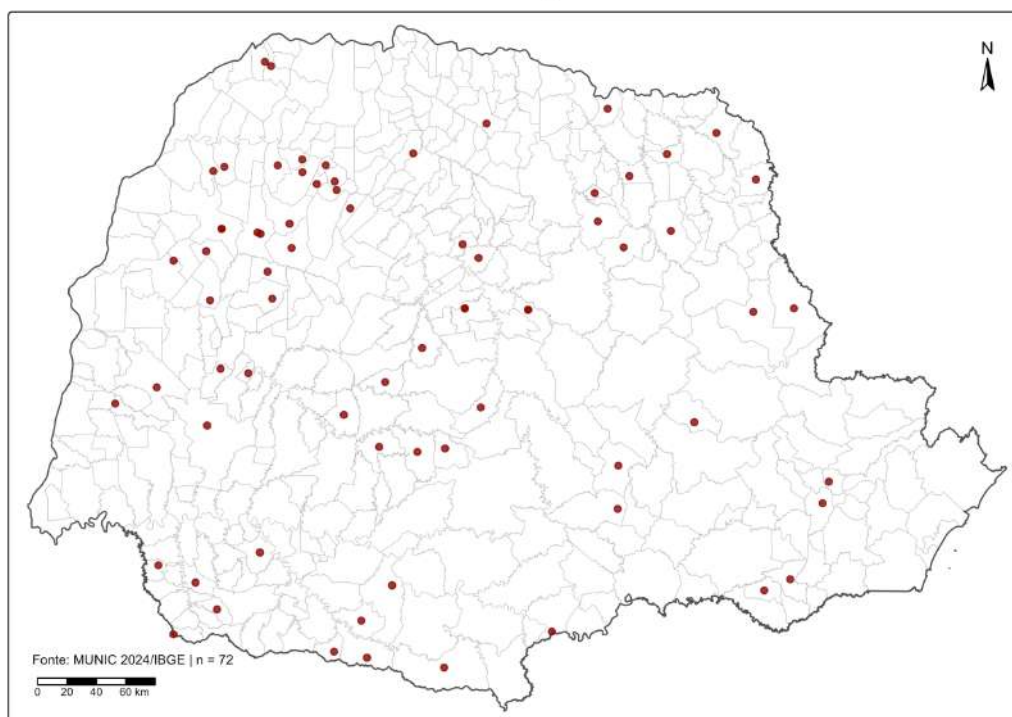
### Rio Grande Do Norte — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



### Rio De Janeiro — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar

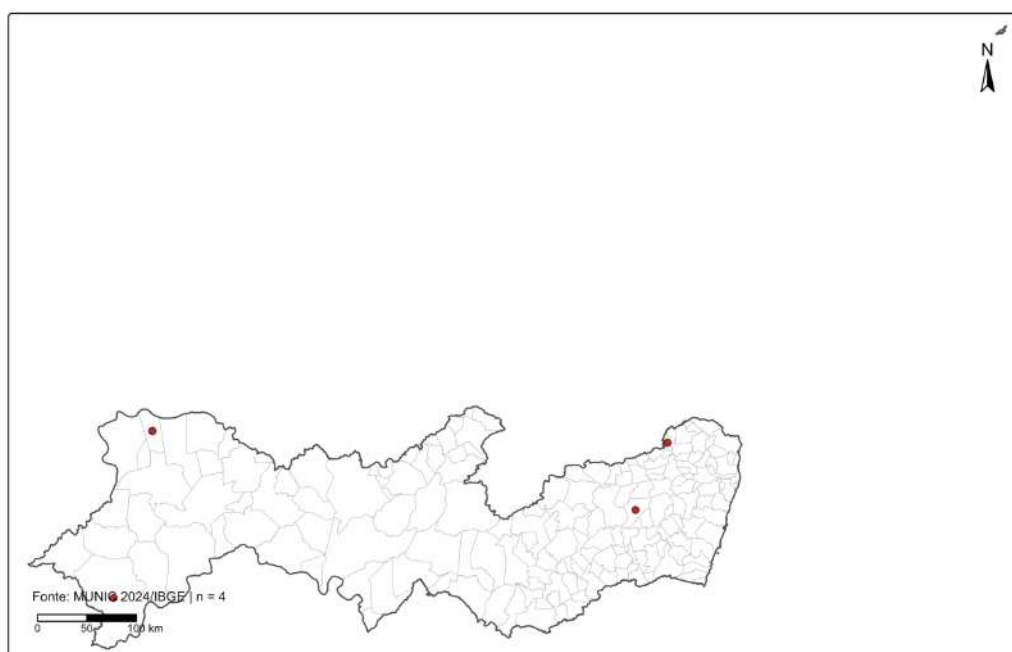


### Paraná — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar

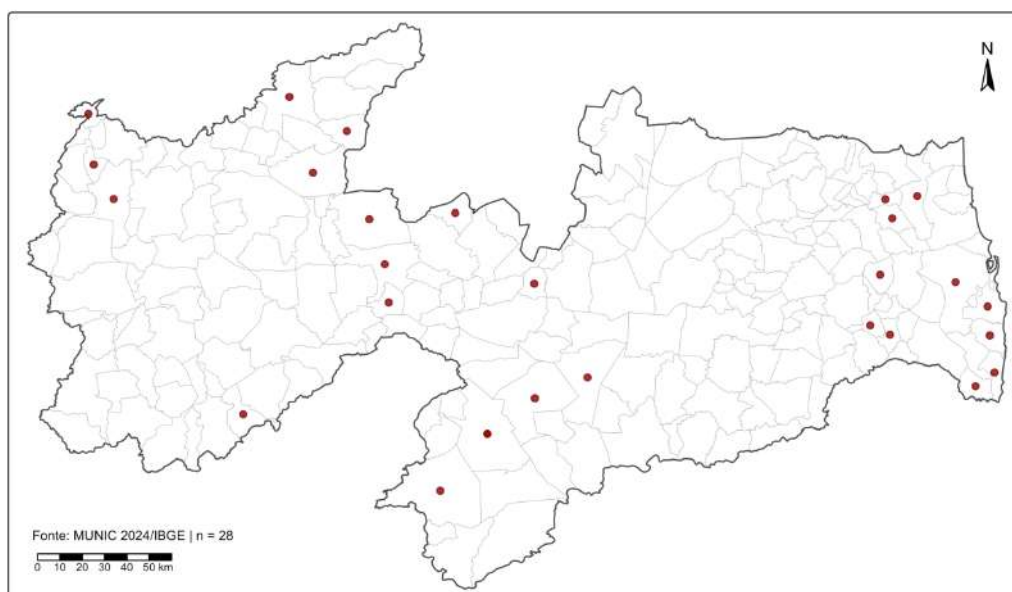




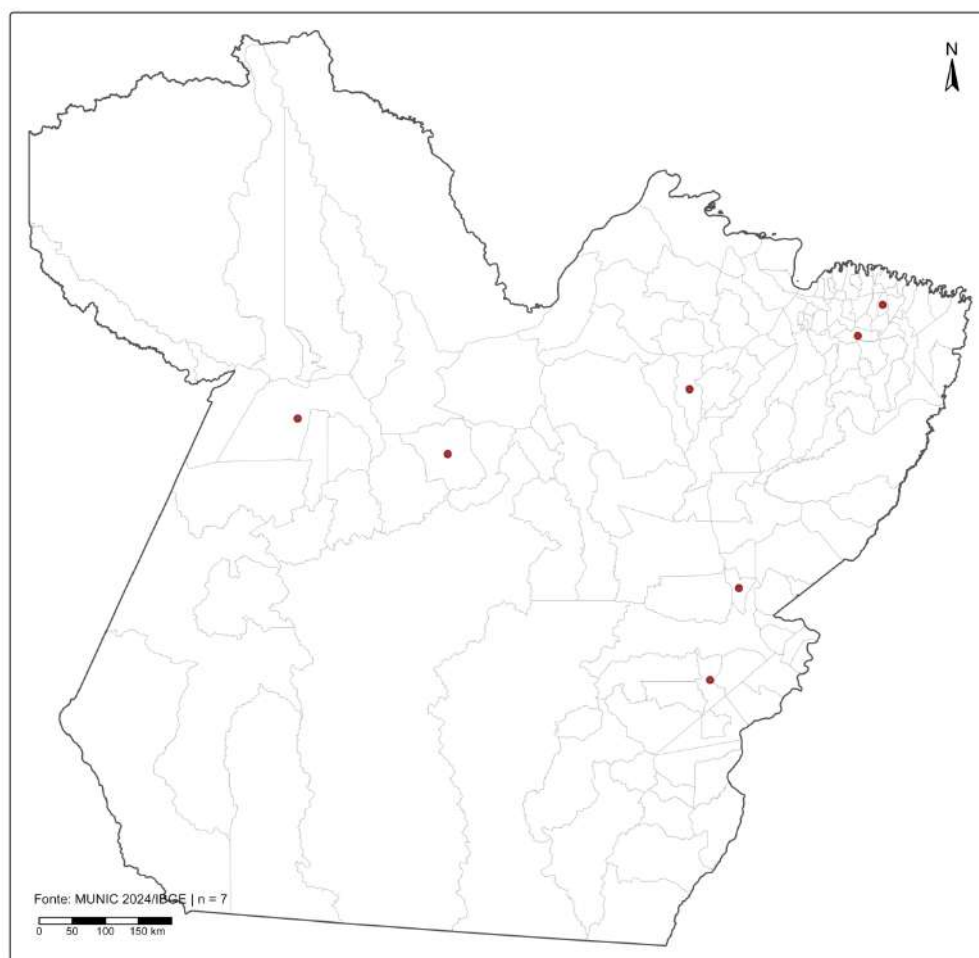
## Pernambuco — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



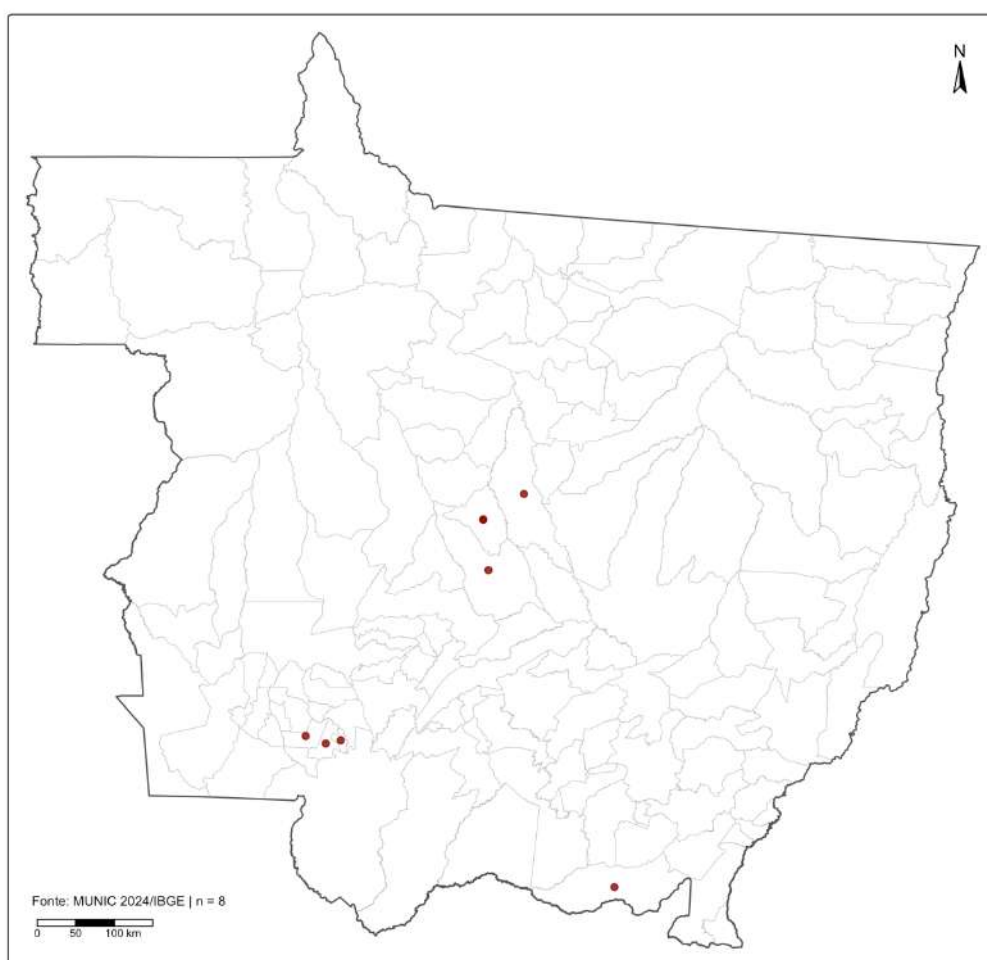
### Paraíba — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



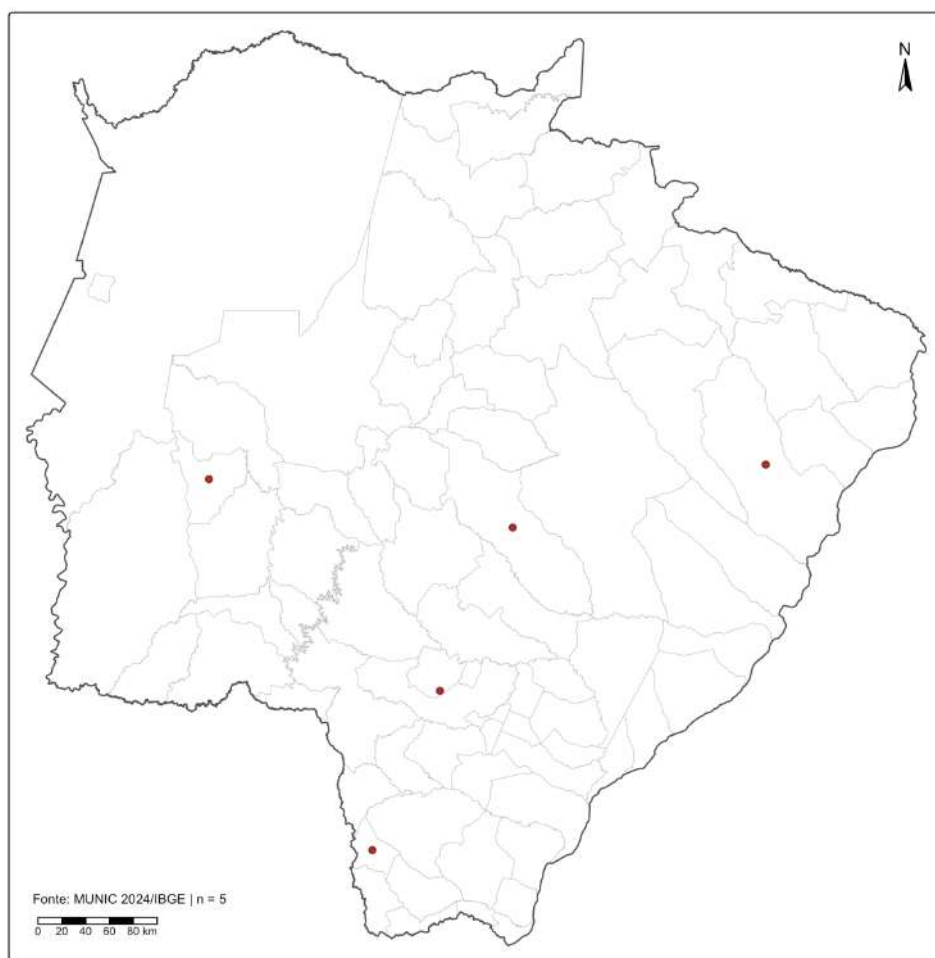
## Pará — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



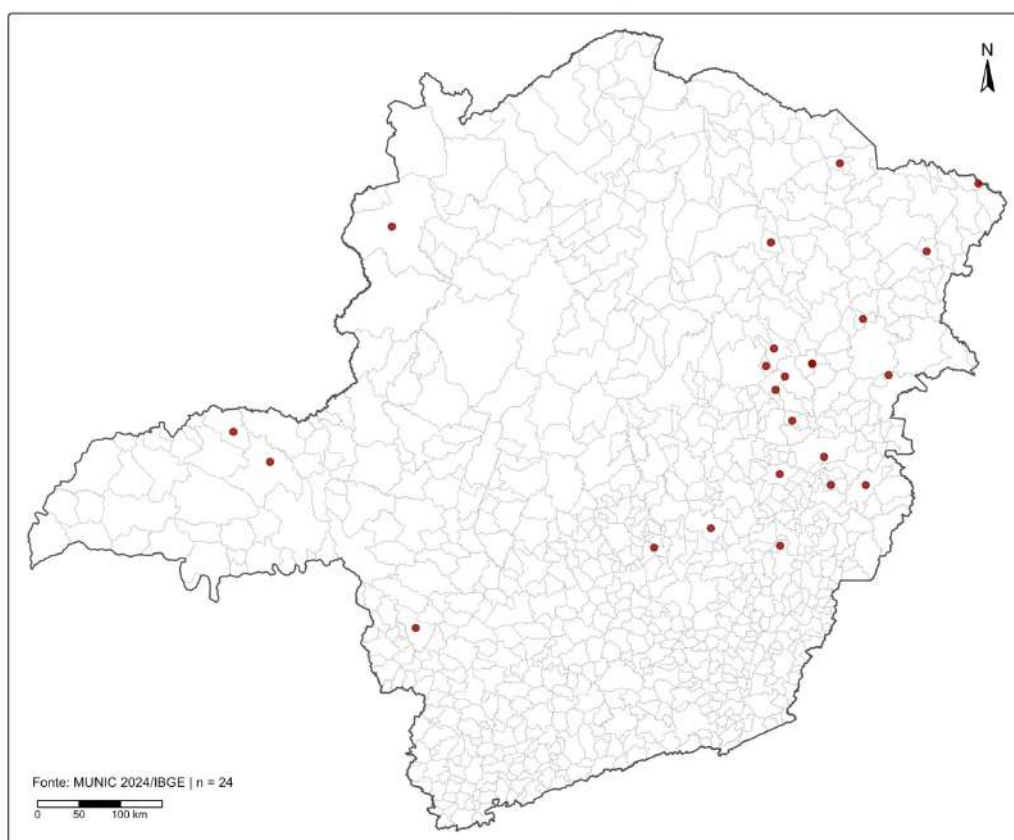
## Mato Grosso — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



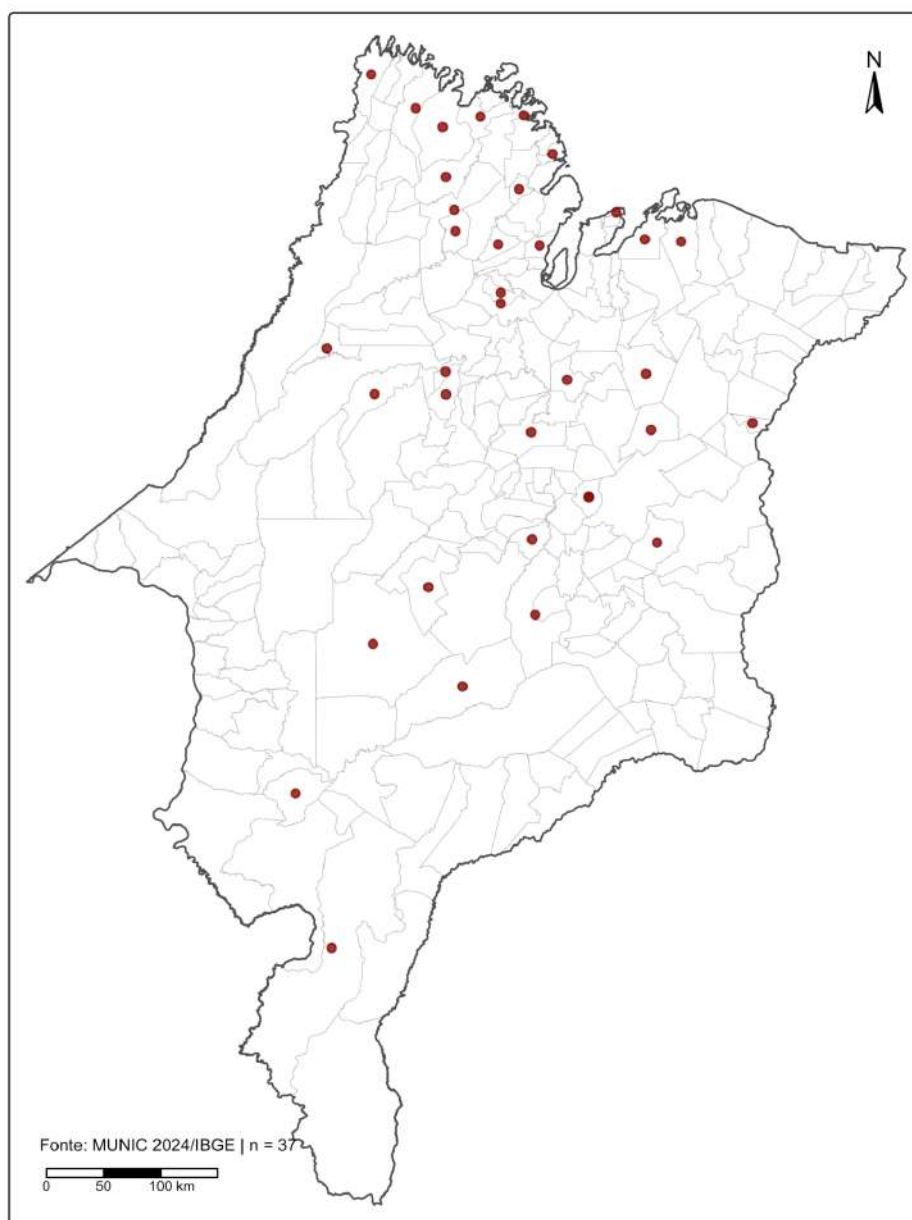
## Mato Grosso Do Sul — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



### Minas Gerais — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



## Maranhão — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



## Goiás — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar

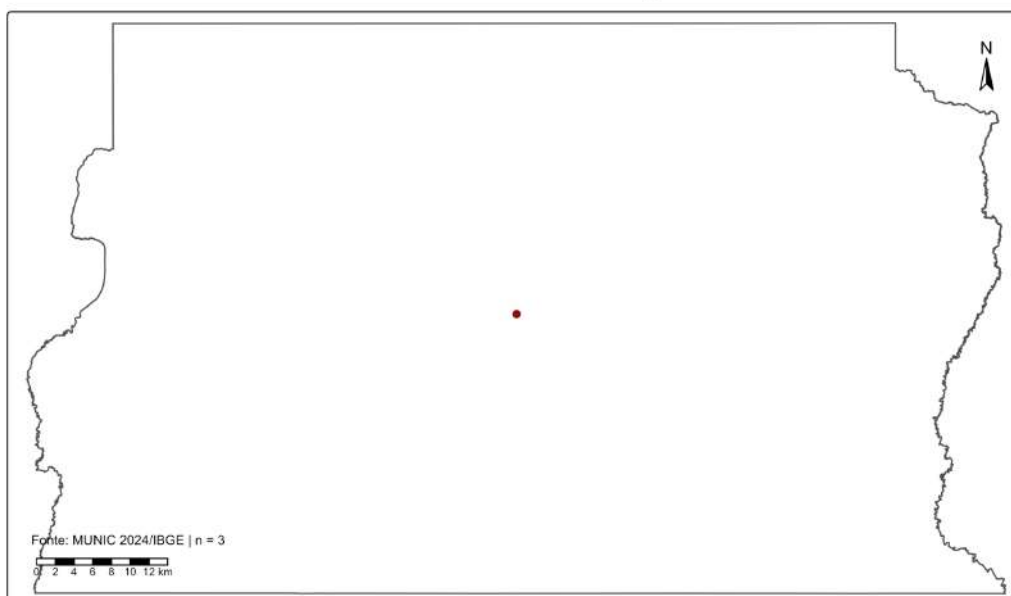




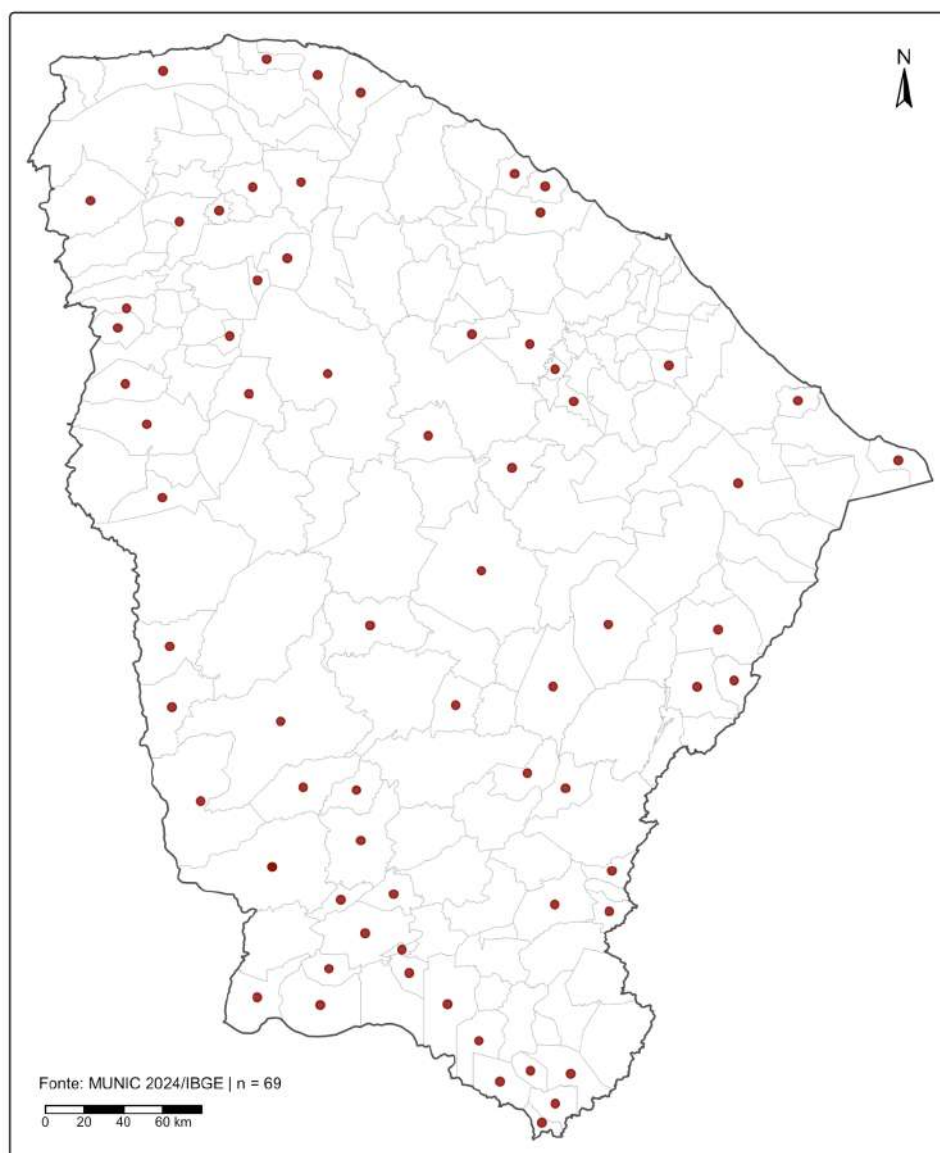
### Espírito Santo — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



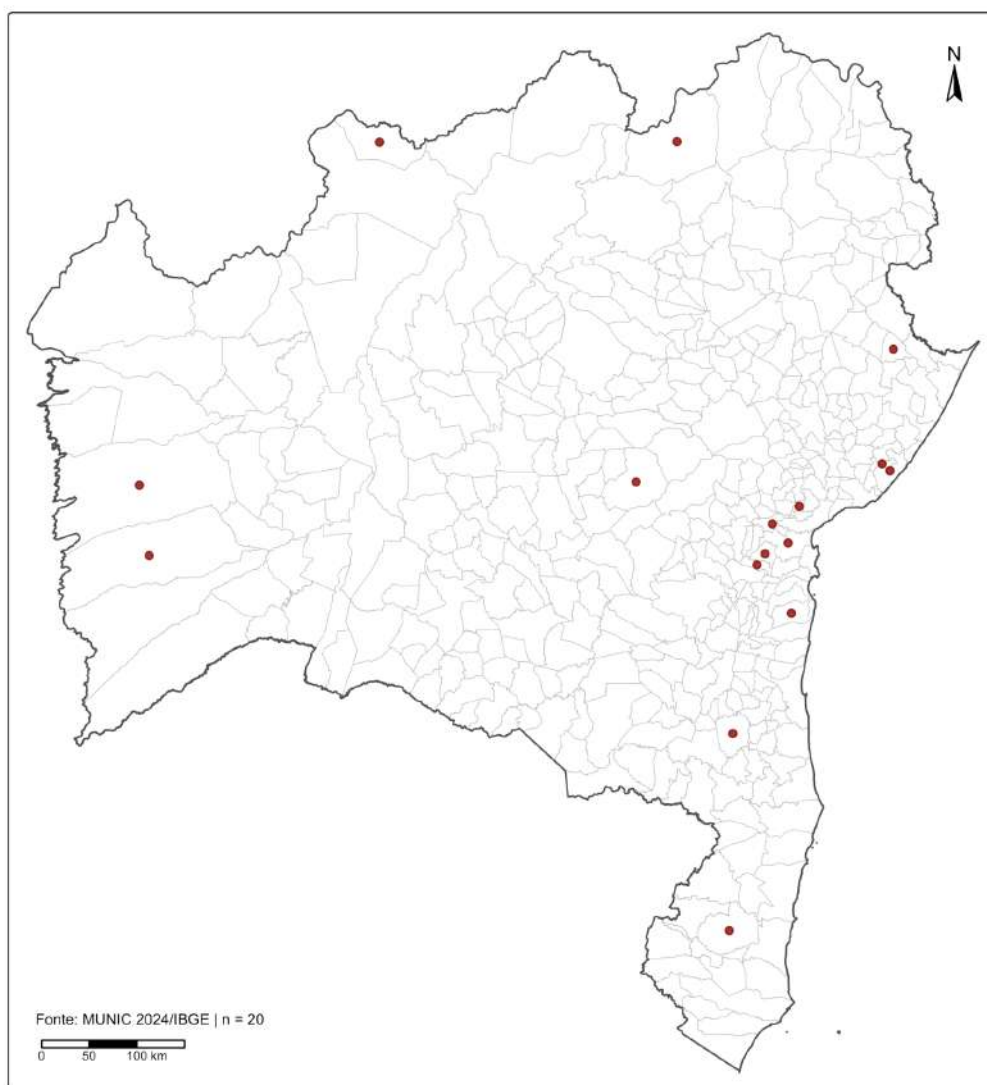
### Distrito Federal — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



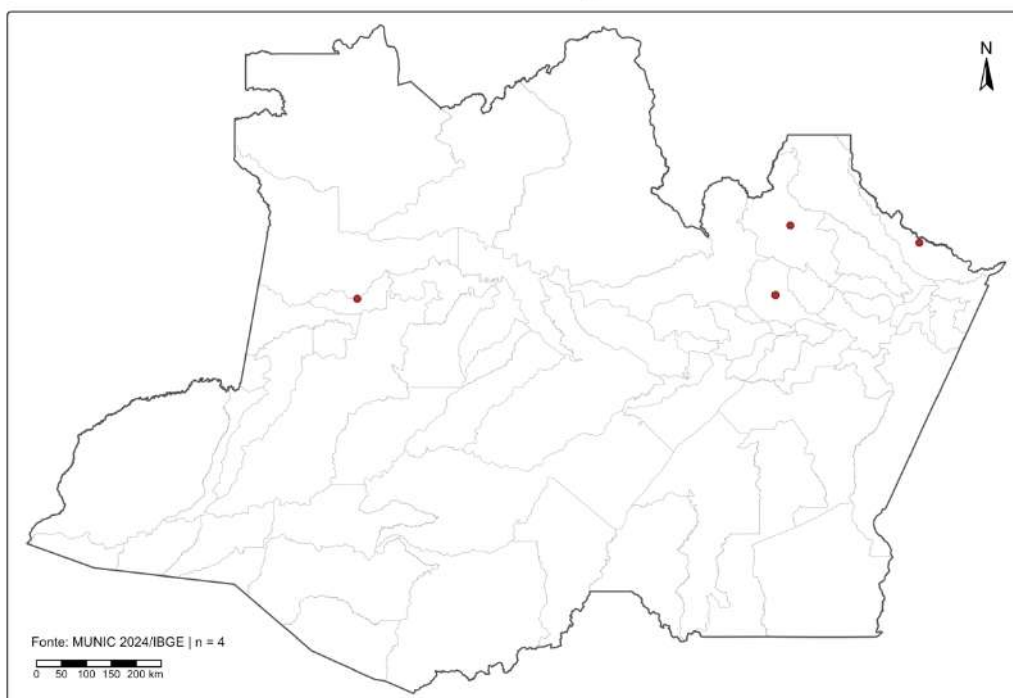
## Ceará — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



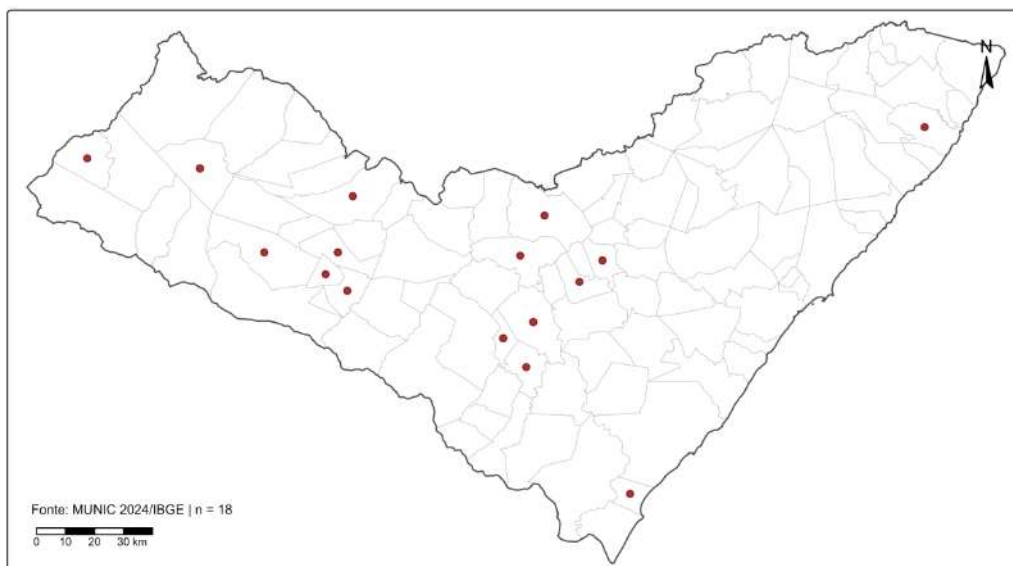
## Bahia — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



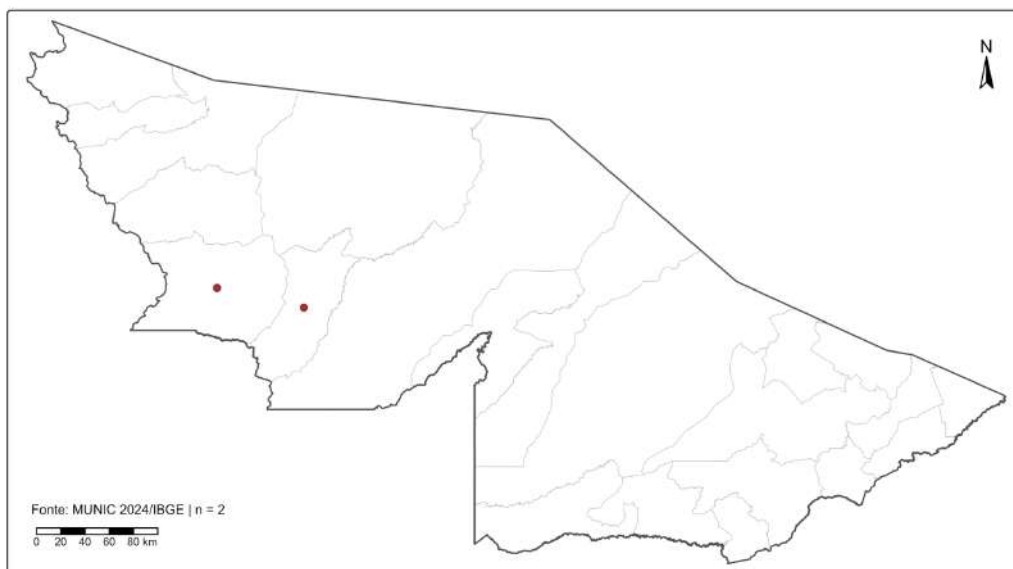
### Amazônas — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



### Alagoas — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar

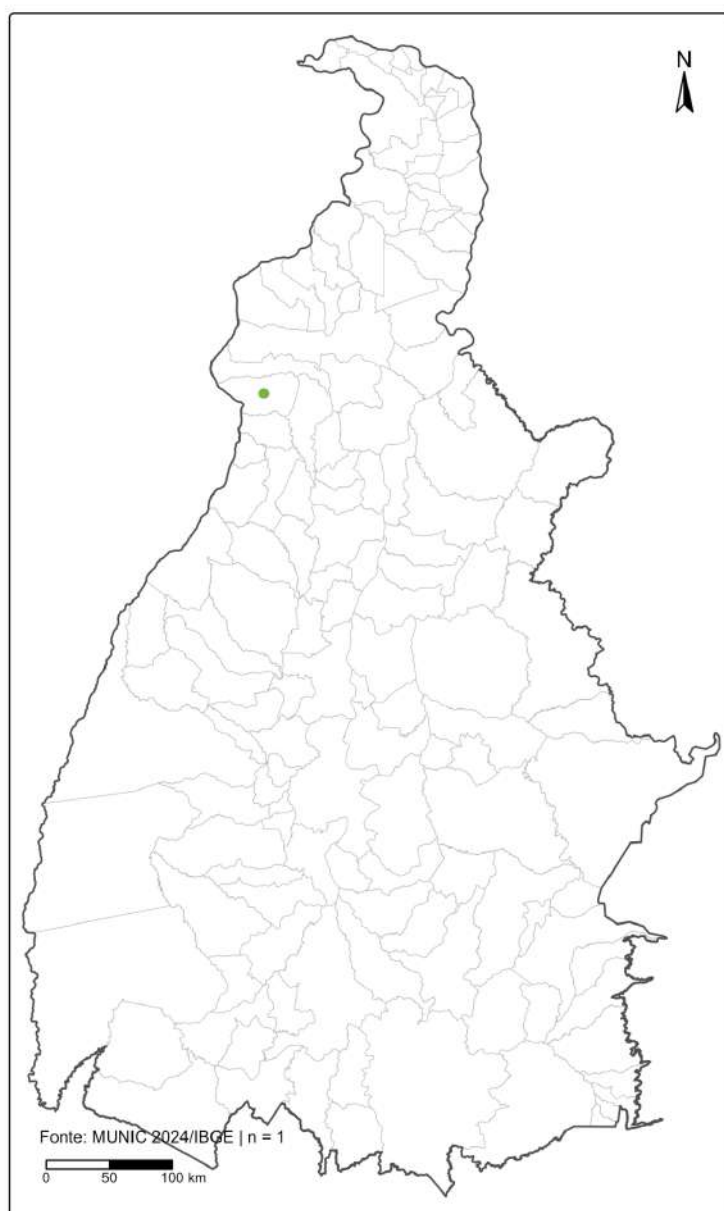


### Acre — Central De Recebimento Da Agricultura Familiar



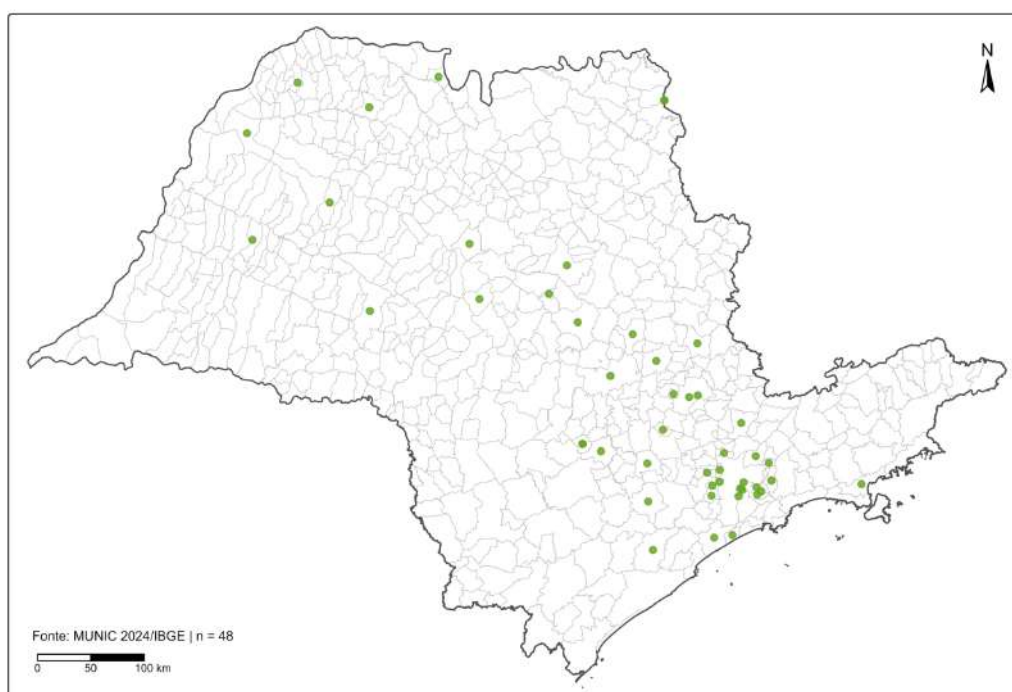
## 4.7 Anexo (Tipos de Equipamentos nos Estados - Banco de Alimentos)

Tocantins — Banco De Alimentos

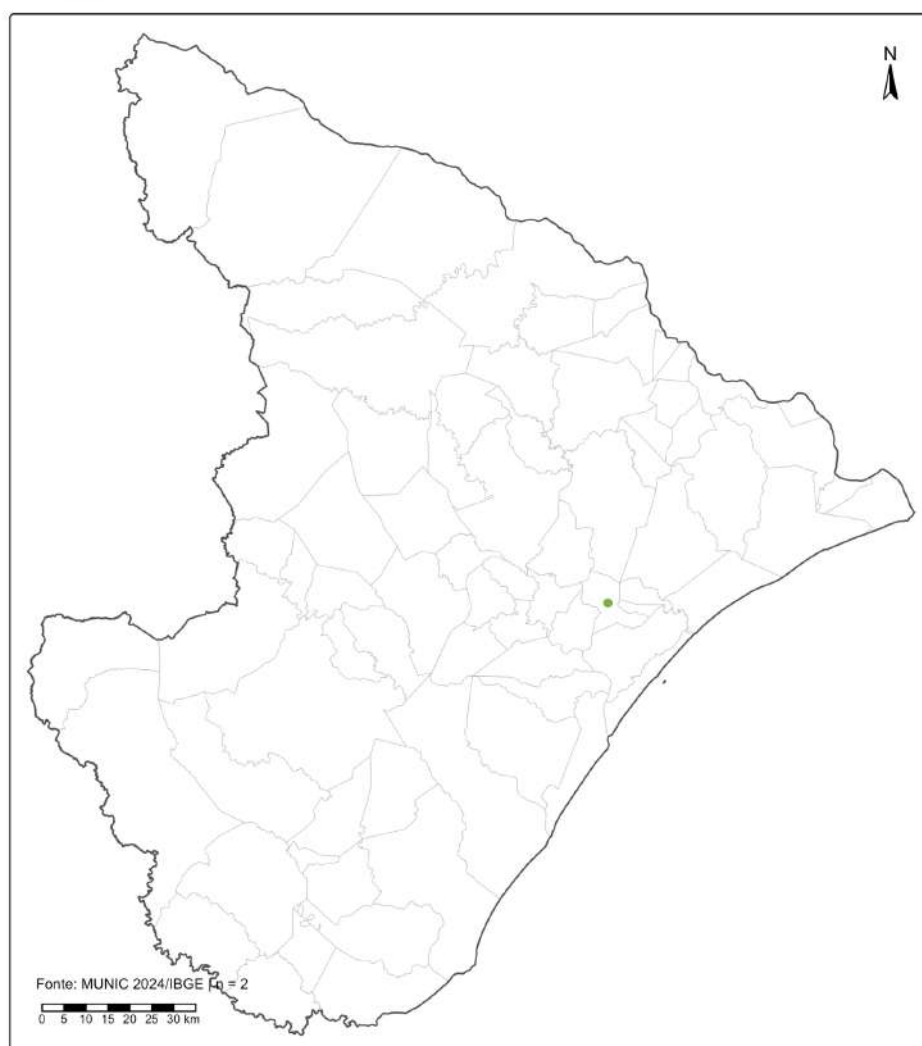




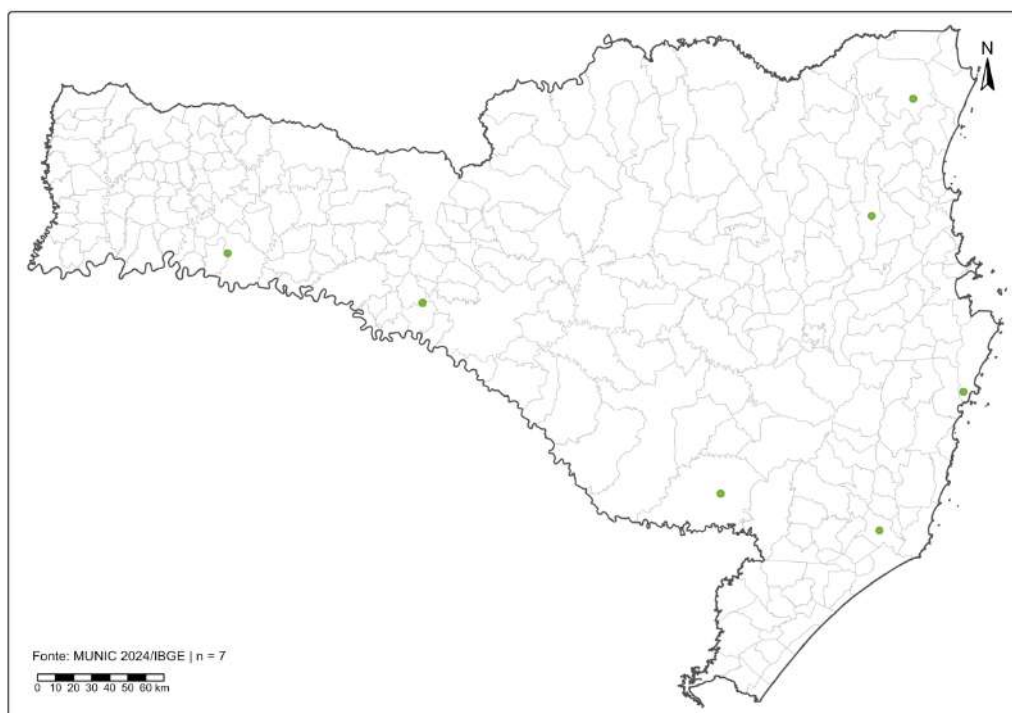
### São Paulo — Banco De Alimentos



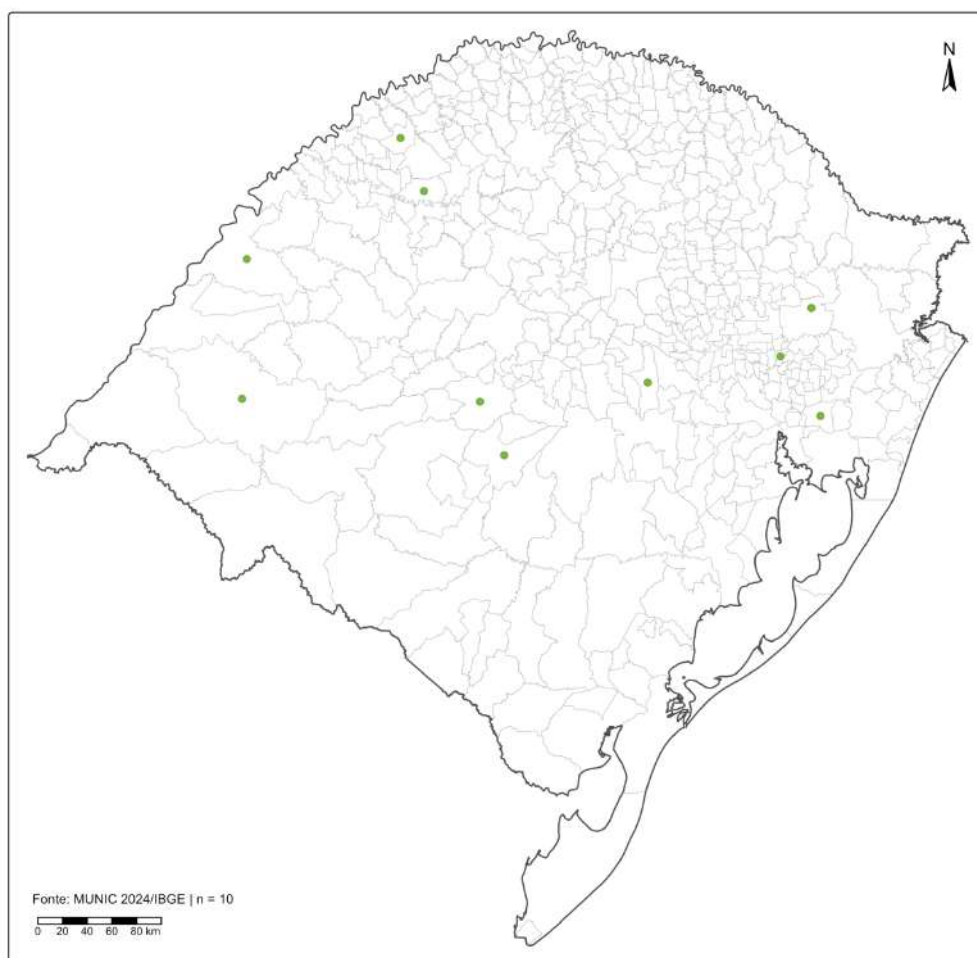
## Sergipe — Banco De Alimentos



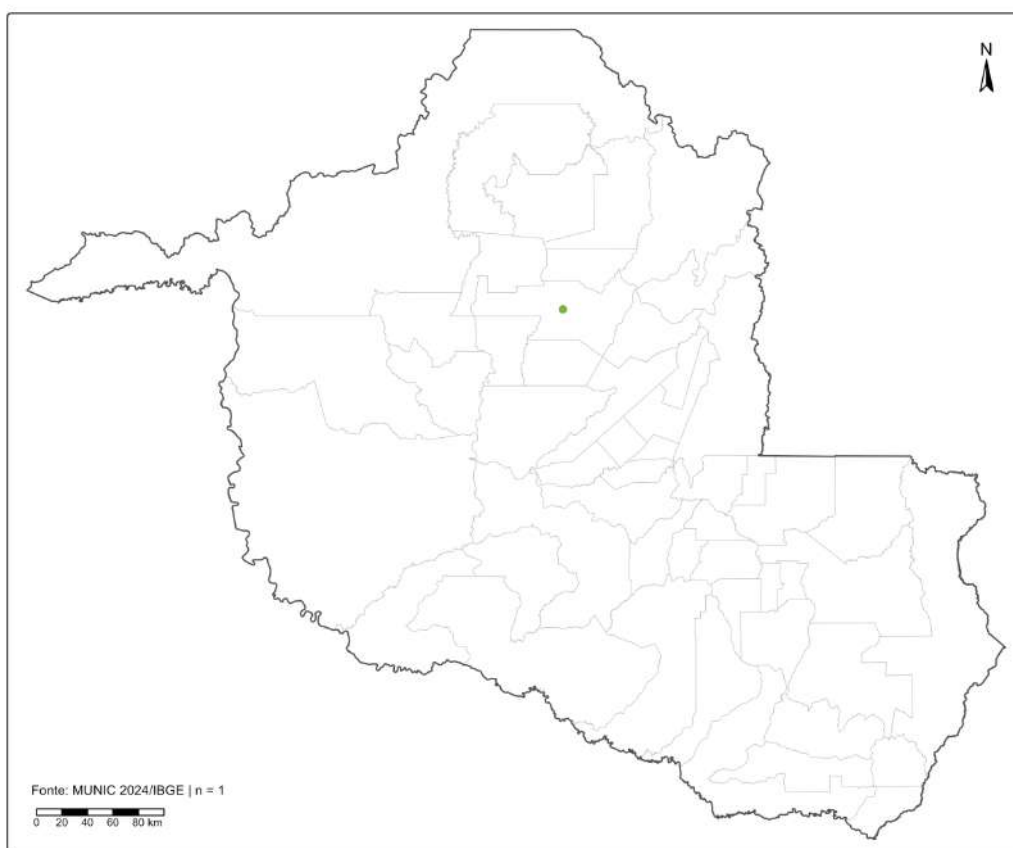
## Santa Catarina — Banco De Alimentos



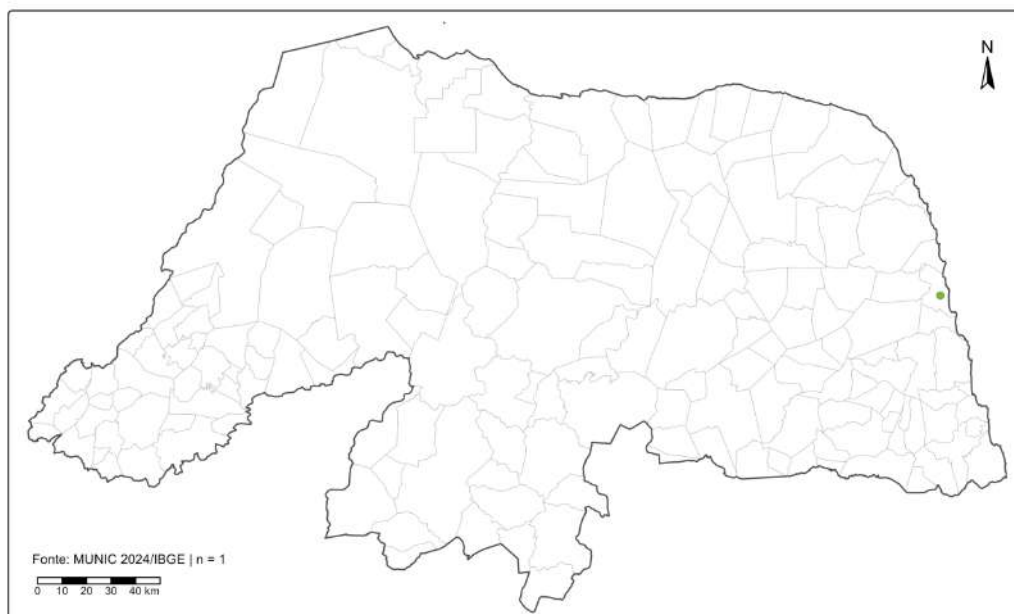
## Rio Grande Do Sul — Banco De Alimentos



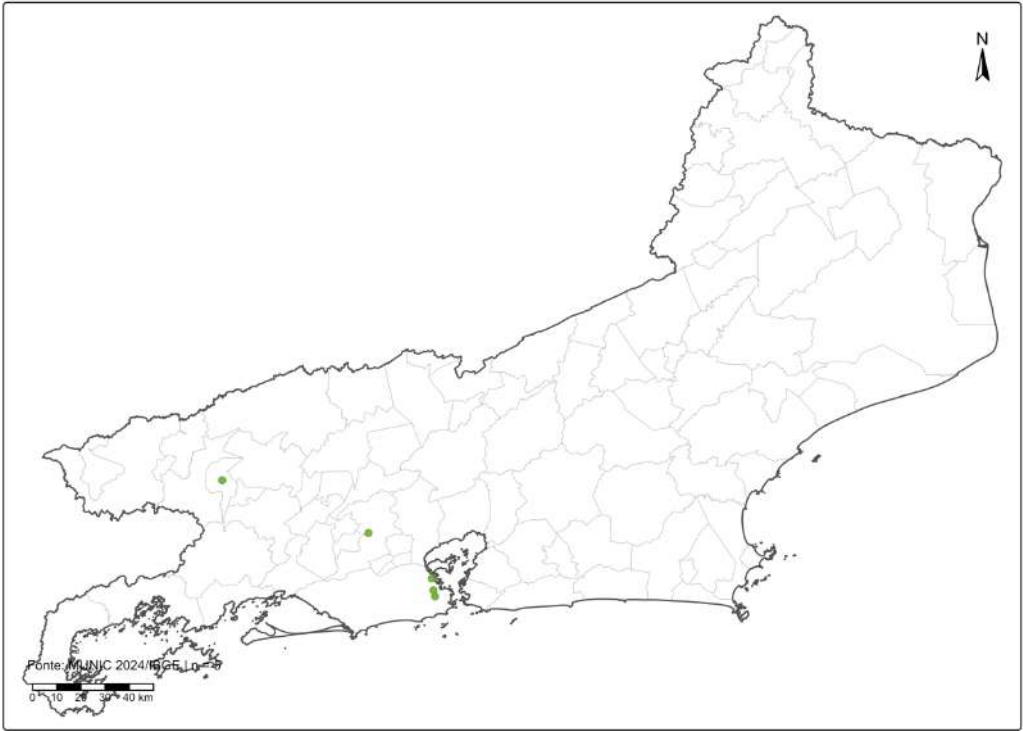
## Rondônia — Banco De Alimentos



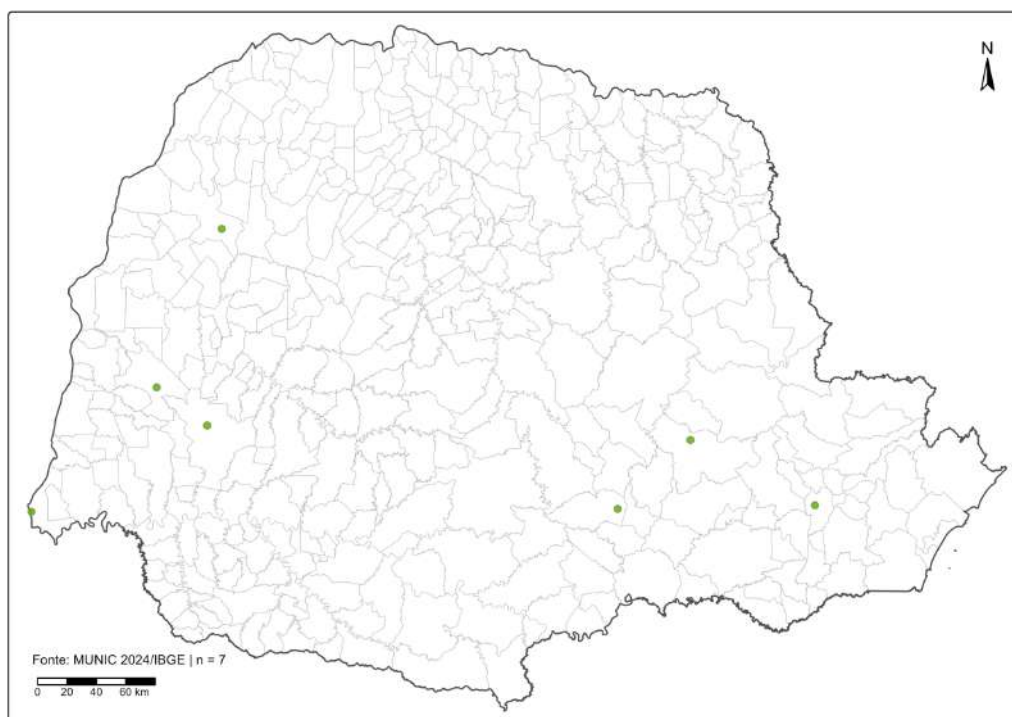
## Rio Grande Do Norte — Banco De Alimentos



Rio De Janeiro — Banco De Alimentos

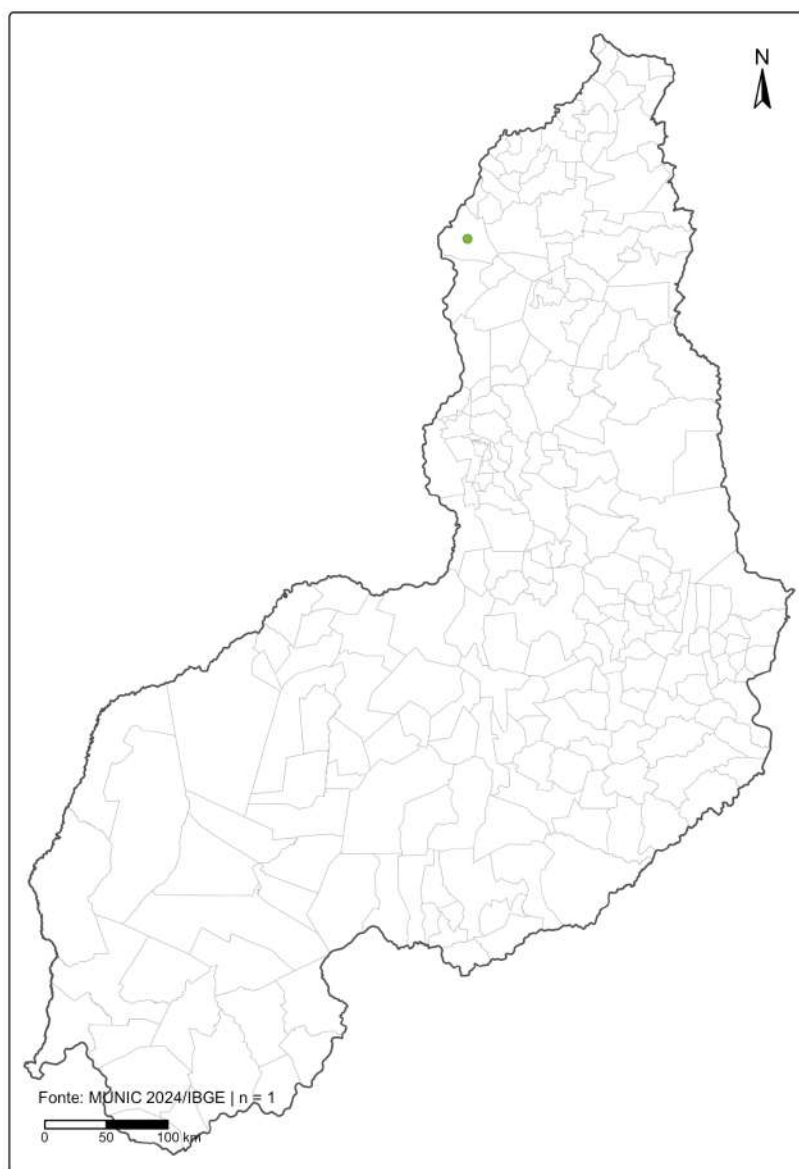


## Paraná — Banco De Alimentos

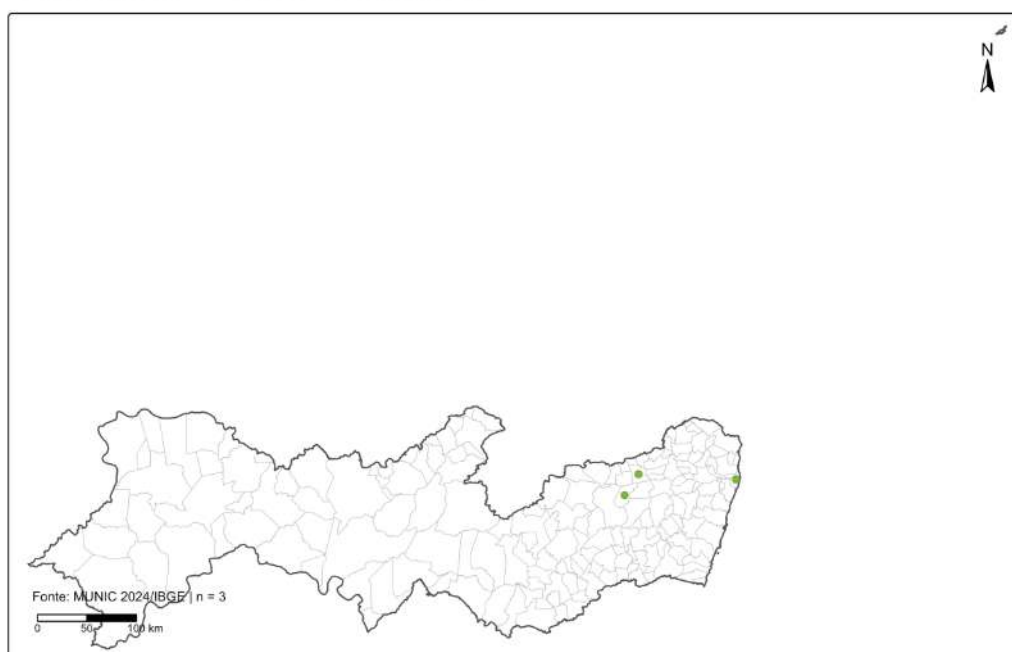




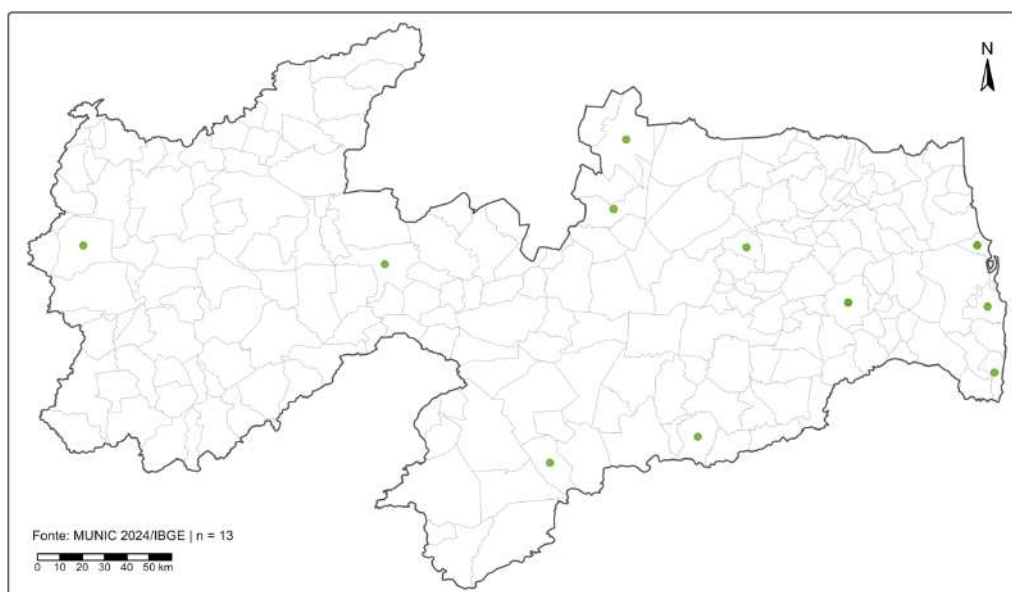
## Piauí — Banco De Alimentos



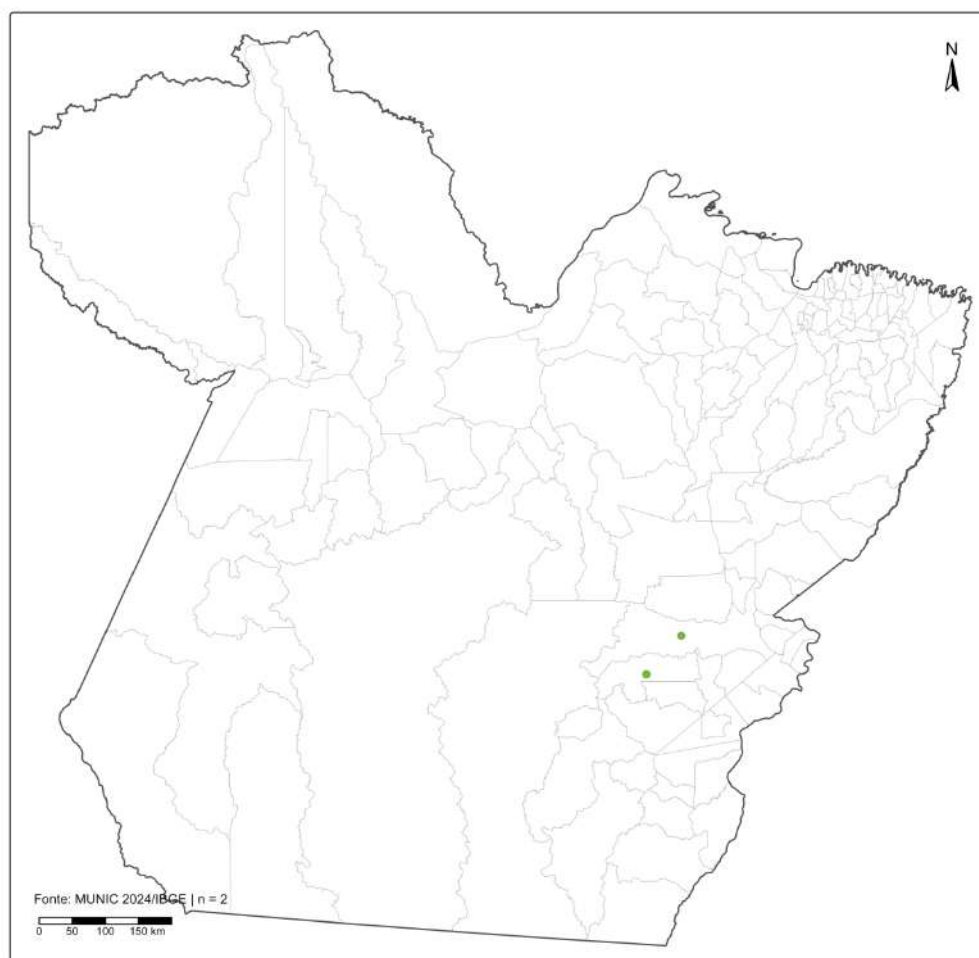
## Pernambuco — Banco De Alimentos



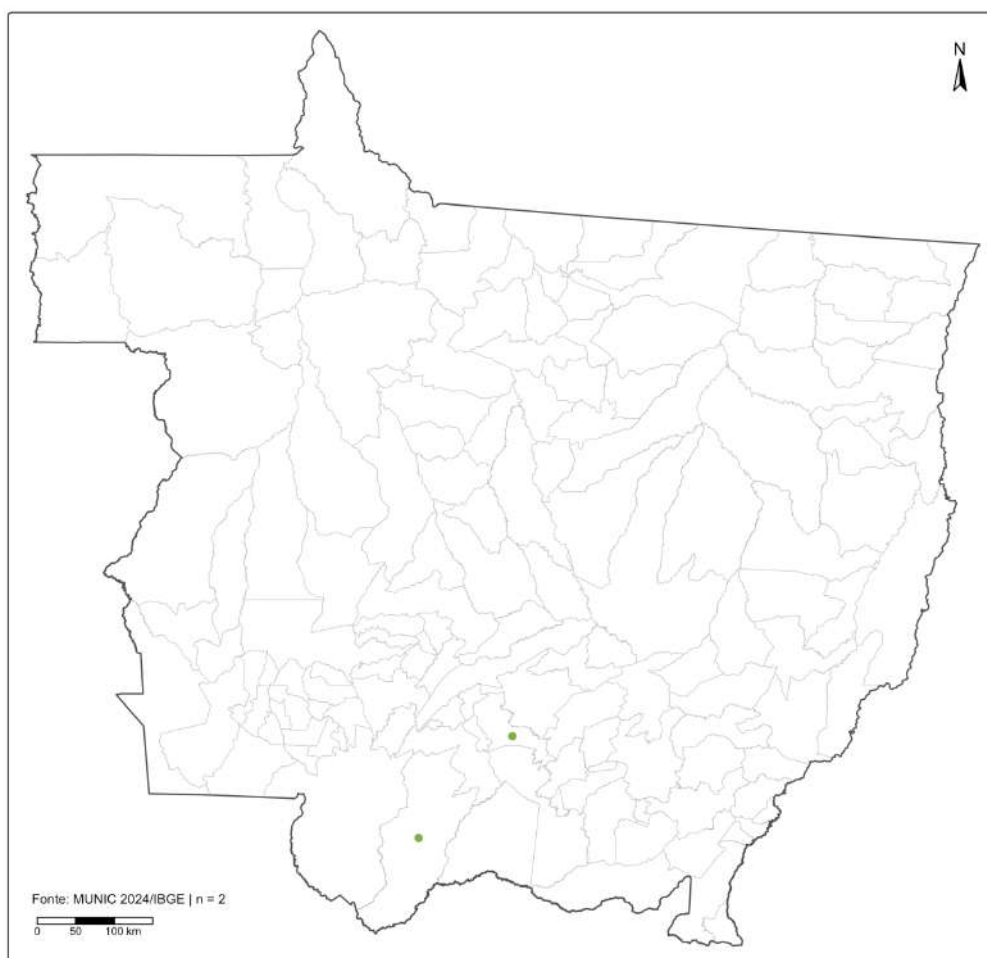
### Paraíba — Banco De Alimentos



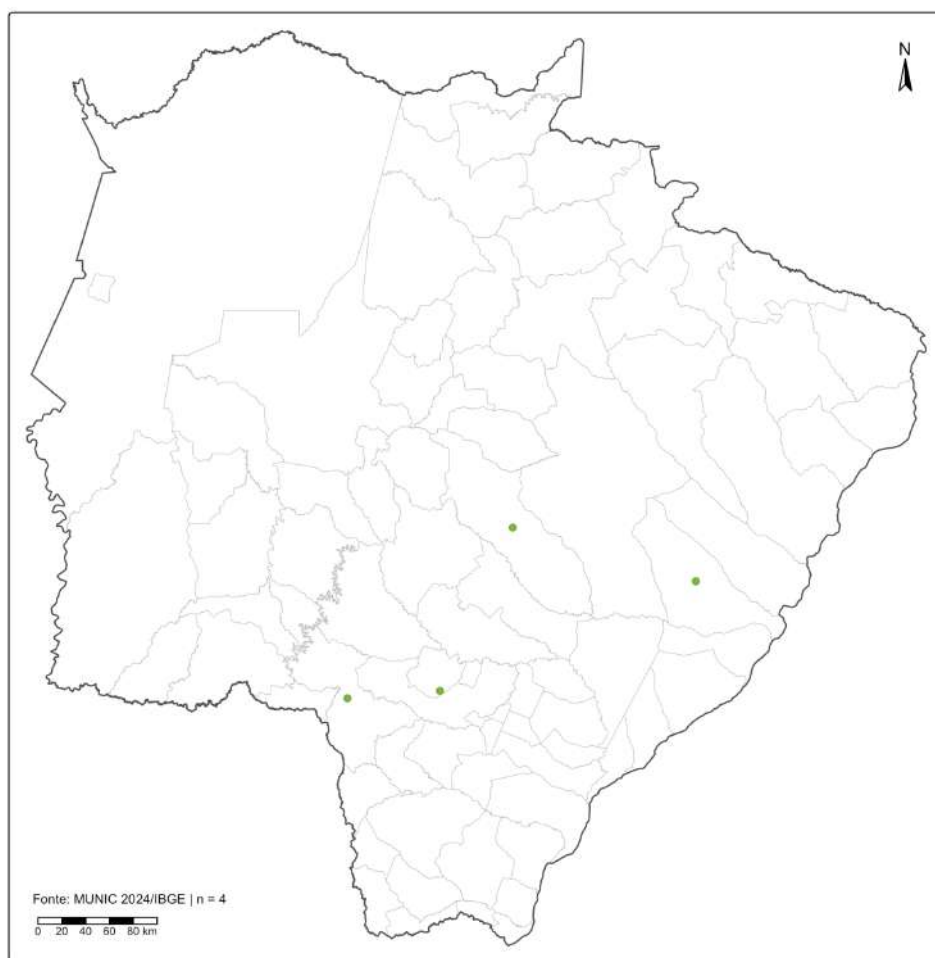
## Pará — Banco De Alimentos



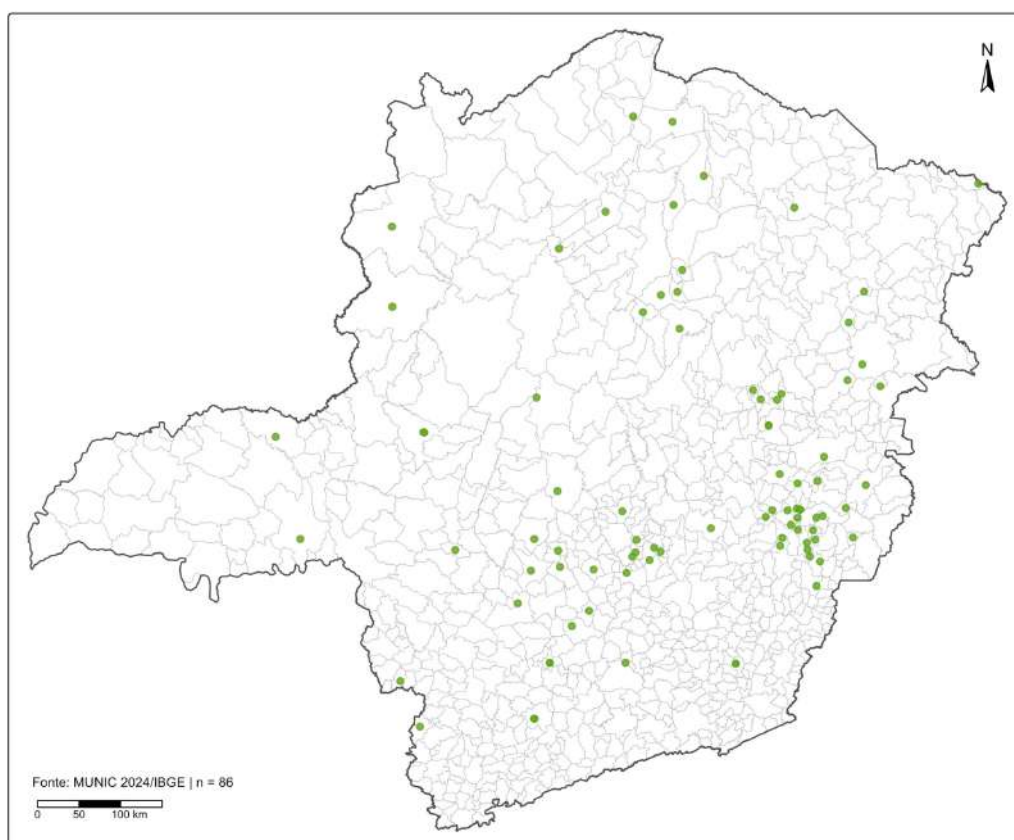
## Mato Grosso — Banco De Alimentos



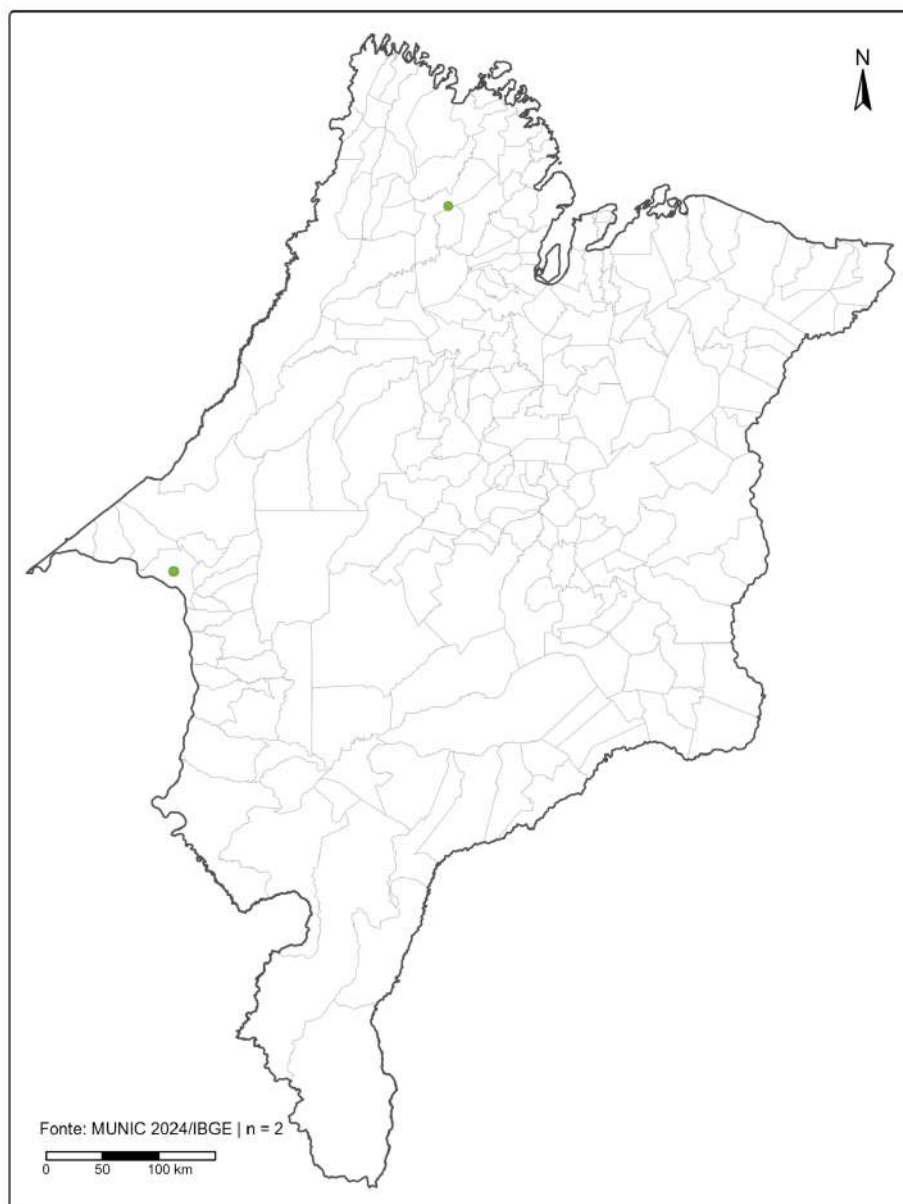
## Mato Grosso Do Sul — Banco De Alimentos



## Minas Gerais — Banco De Alimentos

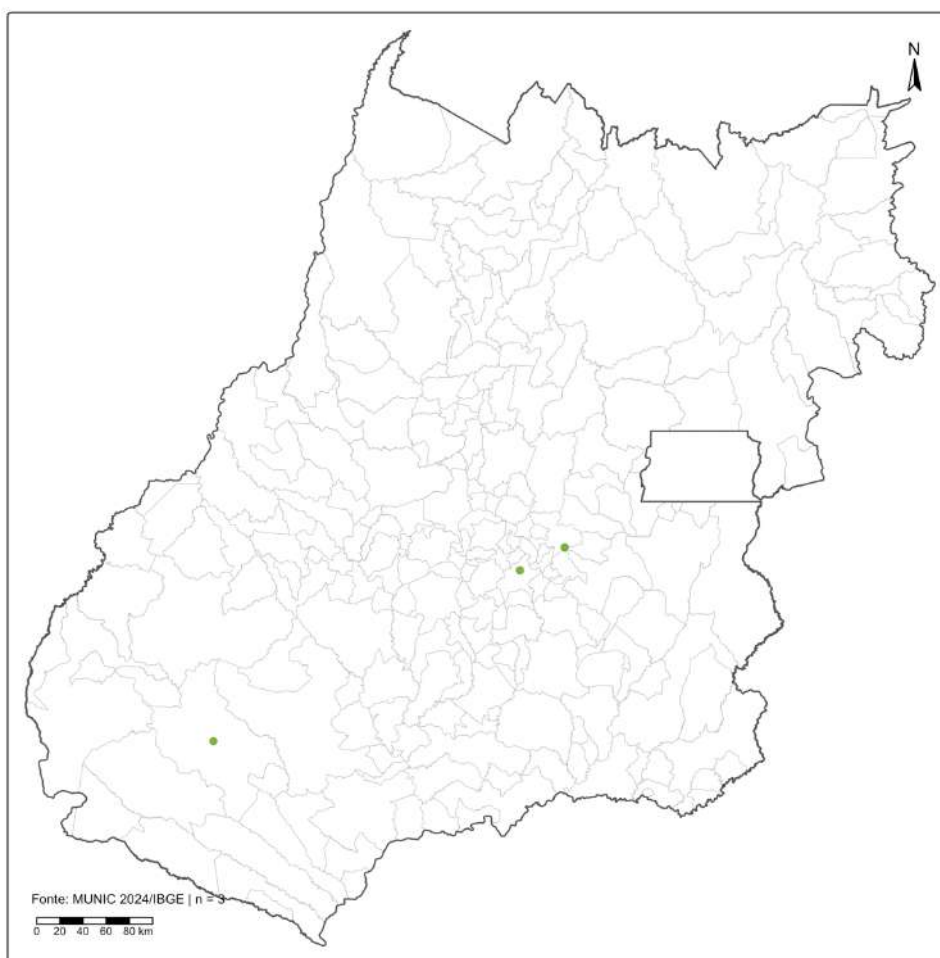


## Maranhão — Banco De Alimentos





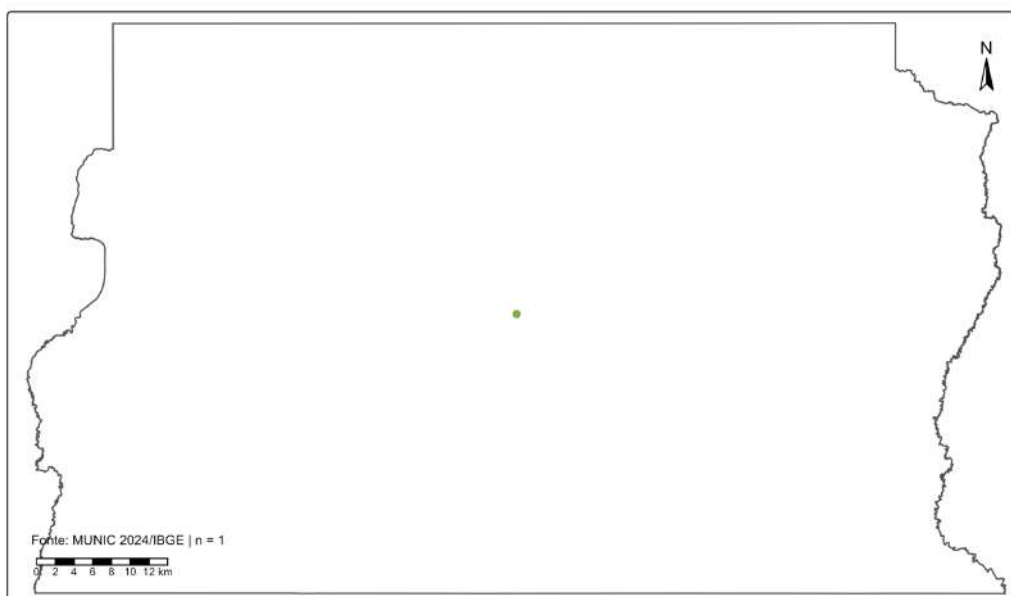
## Goiás — Banco De Alimentos



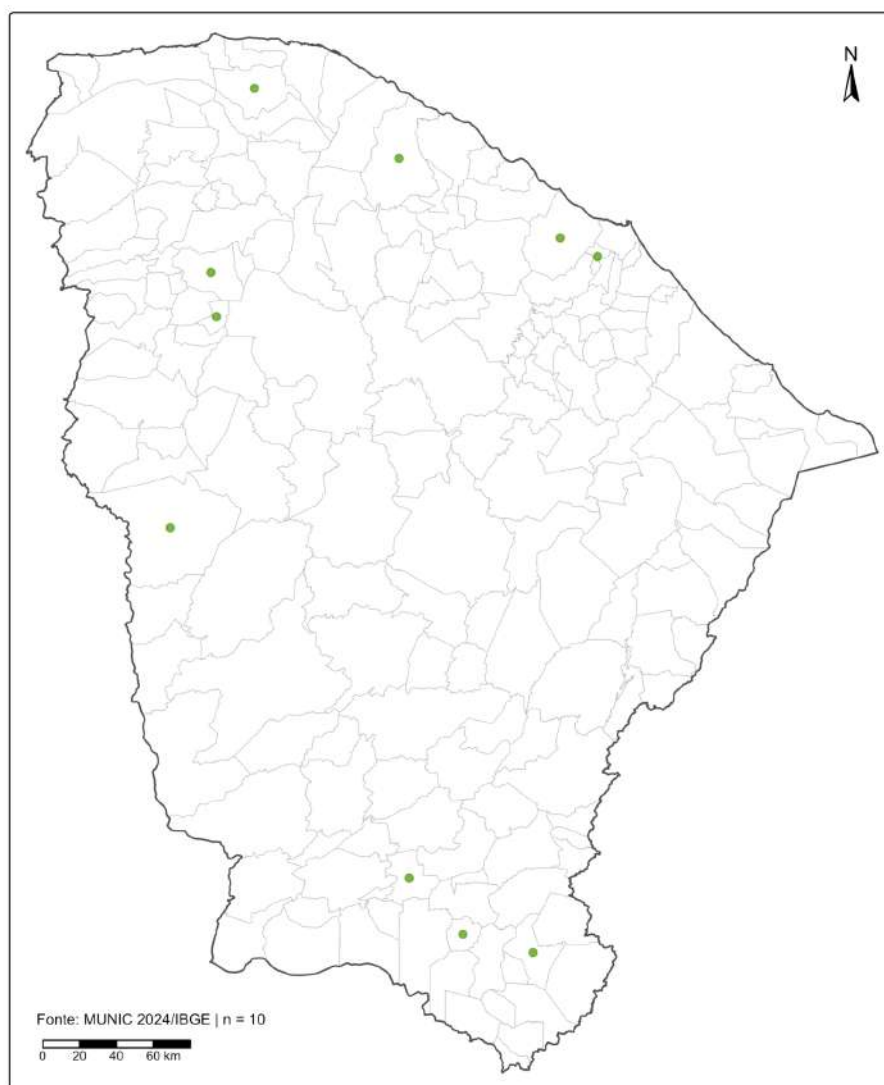
## Espírito Santo — Banco De Alimentos



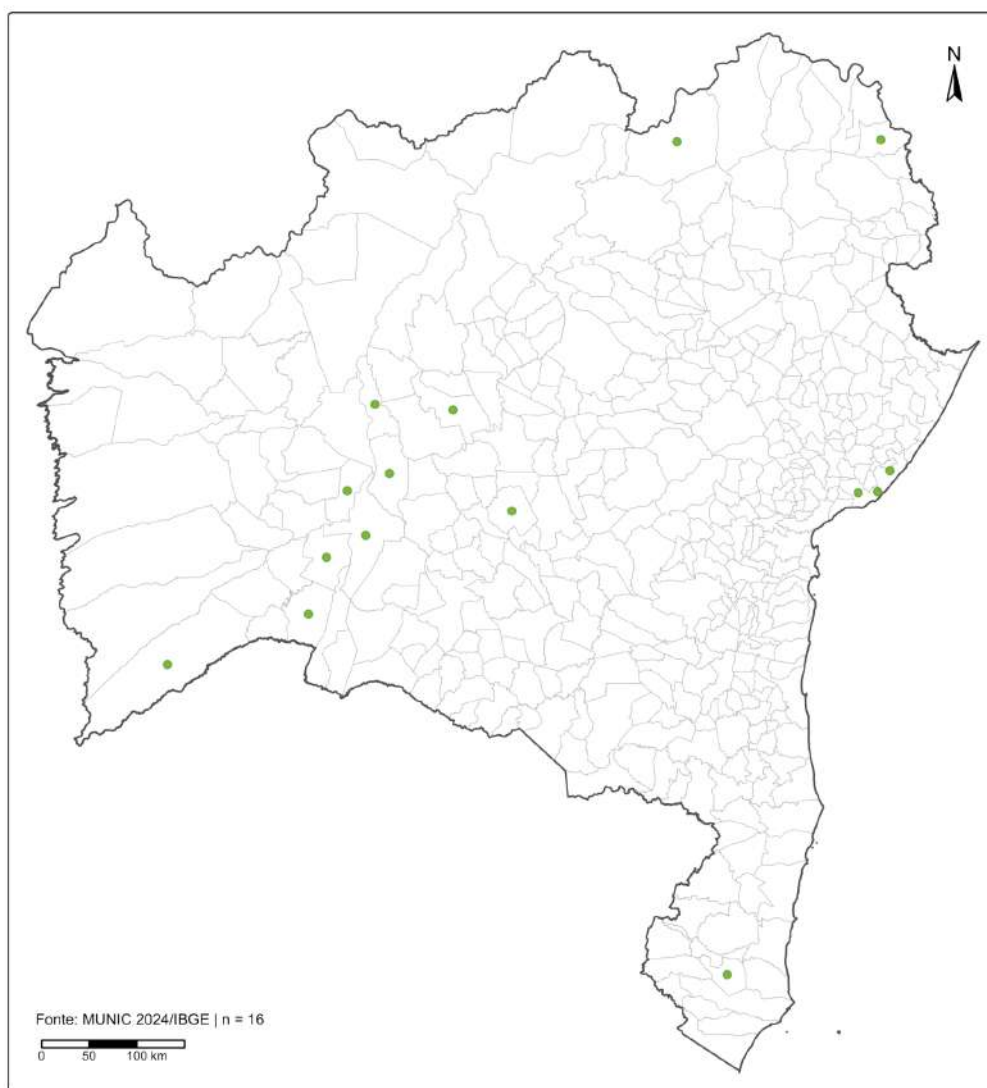
### Distrito Federal — Banco De Alimentos



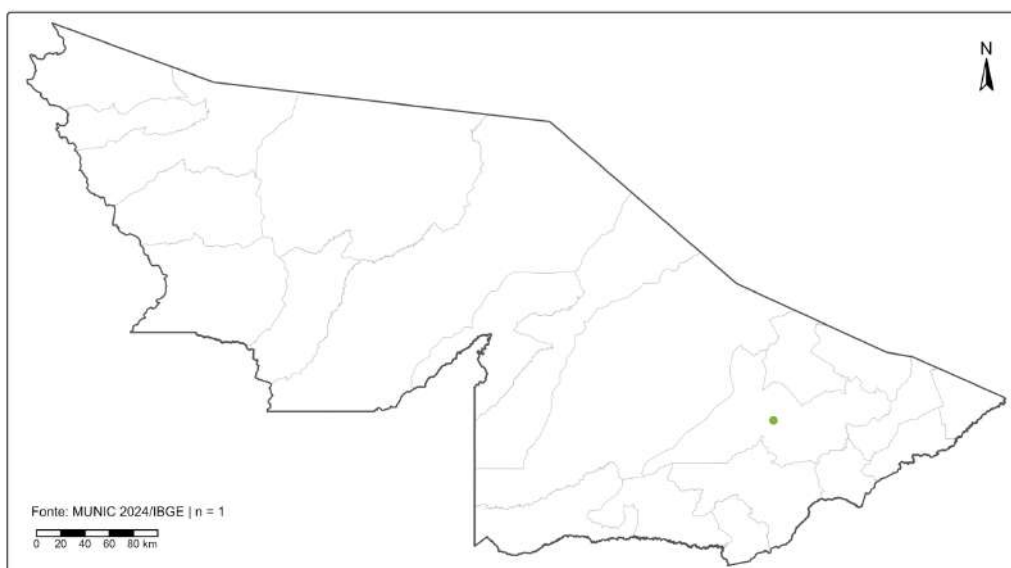
## Ceará — Banco De Alimentos



## Bahia — Banco De Alimentos



## Acre — Banco De Alimentos



BRASIL  
**SEM FOME**

**SISAN**

MINISTÉRIO DO  
**DESENVOLVIMENTO E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE  
À FOME**

